



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

5.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 03 DE JANEIRO DE 2013

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Alcino Pinto

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Diolindo Da Mata

Firmino Raposo

Filomena dos Prazeres

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 50 minutos.

Foi apresentado o Programa do XV Governo Constitucional, pelo Sr. Primeiro-Ministro (Gabriel Costa).

No espaço para pedidos de esclarecimentos, usaram da palavra os Srs. Deputados José Viegas (MLSTP/PSD) e Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD), tendo merecido esclarecimentos do Sr. Primeiro-Ministro (Gabriel Costa) e dos Srs. Ministros da Defesa e Ordem Interna (Óscar Sousa) e de Obras Públicas e Recursos Naturais (Osvaldo d' Abreu).

No debate do Programa, intervieram, a diverso título, além do Sr. Primeiro-Ministro, os Srs. Deputados Rafael Branco (MLSTP/PSD), Xavier Mendes (PCD),

Elsa Pinto (MLSTP/PSD), Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD), António Barros (MLSTP/PSD), Adelino Pires Neto (MDFM/PL), Gil Costa (PCD), Maria das Neves (MLSTP/PSD), Delfim Neves (PCD), Filomena Monteiro (MLSTP/PSD), Albertino Bragança (PCD), Adllander Matos (MLSTP/PSD), José Viegas (MLSTP/PSD) e Felício Leite (PCD).

A discussão do Programa do XV Governo Constitucional foi encerrada pelo Sr. Primeiro-Ministro (Gabriel Costa), após as declarações dos Srs. Deputados Albertino Bragança (PCD) e José Viegas (MLSTP/PSD).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 16 horas e 45 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro reaberta a sessão.

Eram 9 horas e 50 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Adérito de Oliveira Bonfim dos **Ramos**
Adilson Cabral **Managem**
Alexandre da Conceição **Guadalupe**
André Varela **Ramos**
Bilaine Carvalho Viegas de **Ceita**
Carlos Manuel **Cassandra** Correia
Cecílio Quaresma da Graça Sacramento
Celmira de Almeida do **Sacramento**
Domingos José da Trindade **Boa morte**
Domitília Portulêz **Trovoada** da Costa
Hélder Paquete Lima
Heliodoro Pires **Quaresma**
Idalécio Augusto **Quaresma**
Isabel Mayza Jesus da Graça **Domingos**
José António Sacramento **Miguel**
José Carlos Cabral
José Carlos Cabral d' **Alva**
José da Graça **Diogo**
José Manuel Costa Alegre
Levy do Espírito Santo **Nazaré**
Manuel da Graça José **Narciso**
Mário **Fernando**
Martinho da Trindade **Domingos**
Octávio da Costa de **Boa Morte** Fernandes
Roberto Patrício das Neves **Lombá**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrático (MLSTP/PSD):

Adllander Costa de **Matos**
Alcino Martinho de Barros **Pinto**
António da Trindade Afonso **Ramos**
António Monteiro **Fernandes**
António Neves Sacramento **Barros**
Arlindo **Barbosa** Semedo
Aurélia Diamantina **Dias da Trindade**
Cupertina **Nazaré** **Fernandes**
Deolindo Luís da Trindade **da Mata**
Dionísio **Fernandes** Leopoldino
Domingos **Monteiro** Fernandes
Elsa Maria d' Alva Teixeira **Pinto**
Filomena Sebastião Santana **Monteiro** d' Alva
Gualdino de Sousa Costa **Barreto**
Guilherme **Octaviano** Viegas dos Ramos
Hélder Afonso da **Costa** das Neves
Joaquim **Rafael** **Branco**
José da Graça **Viegas** **Santiago**
Manuel da Cruz **Marçal** **Lima**
Maria das Neves Ceita Batista de Sousa
Silvíia **Ambrósio** **Gil do Espírito Santo**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Albertino H. dos Sequeira **Bragança**
Delfim Santiago das **Neves**
Felício Quaresma **Leite**
Filomena Maria Xavier **Pina** dos Prazeres

Firmino João Raposo
Gil Mascarenhas da Costa
José Luís Xavier Mendes

Movimento Democrático Força da Mudança/Partido Liberal (MDFM/PL):

Adelino Pires Neto

O Sr. **Presidente**: — Excelências, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Como reza a nossa Constituição no seu artigo 216.º, a apreciação do Programa do Governo é feita na Assembleia Nacional com a declaração de Sua Excelência o Primeiro-Ministro e diz também o nosso Regimento, no artigo 218.º e seguintes, na apreciação do Programa do Governo não há pontos prévios ou pontos de antes da ordem do dia. Essa apreciação é feita através de uma declaração do Sr. Primeiro-Ministro, finda a qual haverá um período para pedidos de esclarecimento, seguido posteriormente de um debate. Desta forma, em nome dos meus colegas, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de convidar o Sr. Primeiro-Ministro do XV Governo Constitucional a introduzir o Programa do Governo, para apreciação, através de uma intervenção sua.

Tem a palavra, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo** (Gabriel Costa): — Excelências, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, permitam-me, em primeiro lugar, que as minhas primeiras palavras sejam de calorosa saudação a esta augusta Assembleia e aos legítimos representantes do povo, eleitos democraticamente no sufrágio de Agosto de 2010.

Em segundo lugar, quero exprimir-vos a minha grata satisfação em poder estar aqui presente perante este Parlamento, emanação directa da vontade livre e expressa do eleitorado são-tomense, para apresentar o Programa do XV Governo Constitucional.

O Programa que tenho o ensejo de submeter à vossa soberana apreciação exprime as orientações, os objectivos e medidas de políticas destinadas ao desenvolvimento sustentável no nosso país. Um desenvolvimento que se pretende harmonioso, que tenha em conta a preservação do meio ambiente e a qualidade de vida e que tenha como motor a nossa juventude.

O Governo prosseguirá o combate à inflação e continuará a envidar esforços no sentido da redução de *deficit* do sector público, fará o controlo das despesas públicas no sentido de sua diminuição e prosseguirá a política de combate à inflação, à fraude e à evasão fiscal, tendo sempre em conta o equilíbrio que é necessário manter-se para que a carga fiscal não seja um factor de desencorajamento de investimentos.

Excelências, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o prosseguimento da reforma da Administração do Estado constitui uma ingente tarefa que é necessário retomar-se sem ter-se a veleidade de a poder concluir, sobretudo no horizonte temporal relativamente tão curto.

O Programa que ora apresento exprime os compromissos assumidos durante o período da crise política, para garantir a governabilidade e a estabilidade política com a participação de todos os cidadãos no desenvolvimento sustentável do nosso país.

O Governo legítimo e constitucional a que tenho a honra e o elevado privilégio de presidir assumiu funções, conforme o conhecimento de todos, em circunstâncias peculiares que convocaram de todos e de cada um dos seus membros o inegável sentido de missão de dever patriótico.

Gostaria desde já, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, de reafirmar solenemente o nosso desejo de manter uma relação de franca cooperação política e de lealdade institucional com este órgão de soberania. Com efeito, a representatividade do regime democrático que o povo são-tomense escolheu como forma de organização política em 2010 não se esgotava na força política vencedora das últimas eleições legislativas. Ao conferir uma maioria relativa ao ADI, o povo são-tomense não sufragou nas urnas as pretensões, os cenários, as agendas estratégicas individuais ou de grupos, através de votos, e todos estamos lembrados das circunstâncias da vitória do ADI, o eleitorado manifestou sobretudo a vontade de ver o País governado pela ADI, certo, mas na base de diálogo construtivo e de boa-fé com as forças políticas da oposição.

Aplausos.

«Sr. Presidente e Srs. Deputados, mas é preciso que fique claro que, contrariamente ao que alguns têm afirmado, não houve assalto nenhum ao poder. Houve sim um erro fatal de estratégia política que conduziu ao afastamento da governação do Partido Acção Democrática Independente, que preferiu abandonar deliberadamente o poder do que encontrar no seu seio um outro primeiro-ministro para substituir o seu líder à testa da governação.

A estratégia da inviabilização do funcionamento do Parlamento para impedir a discussão da moção de censura agendada, consubstanciada no acto de renúncia do cargo pelo Presidente da Assembleia Nacional,

seguido de abandono, em bloco, do hemiciclo pelos Deputados do Grupo Parlamentar da ADI, tinha como propósito provocar eleições legislativas antecipadas, para as quais só a ADI estava preparada, porque fazia parte da sua agenda política.

Pretender diferente é procurar bode expiatório para a crise política artificialmente engendrada, cuja responsabilidade deve ser imputada àqueles que, de facto, fizeram a opção de sacrificar o mandato que lhes foi conferido nas urnas para governar, associando-o indefectivelmente ao destino do seu líder.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não podemos deixar de nos referir aos acontecimentos registados no passado recente nesta Casa Parlamentar e que feriu seriamente a sua credibilidade e desprestigiou a instituição aos olhos dos cidadãos e do País. Todos temos a obrigação de promover a dignificação do Parlamento e dos seus Deputados, reforçando a sua eficácia e renunciando definitivamente a baixa política. Para que tal aconteça é preciso, entre outras medidas, estabelecer consensos que enriqueçam e valorizem o trabalho parlamentar.

Esperemos que todos tenhamos tirado lição desta crise e que sejamos agora capazes de trazer para o debate político questões que verdadeiramente preocupam os cidadãos na sua vida quotidiana.

Auguramos, sinceramente, que os ilustres Srs. Deputados do Grupo Parlamentar do ADI possam regressar à Casa Parlamentar tão cedo quanto possível para, com a sua experiência, animar o contraditório político e exercer, como é de direito, a fiscalização da actividade governativa, cumprindo assim, em suma, o mandato de representação que o povo soberano lhes conferiu.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, durante a II República, o País conheceu frequentes crises políticas com a sucessão de um número elevado de governos, com todas as consequências que tal situação acarretou para o desenvolvimento do País. Por isso, gerou-se o consenso ao nível da sociedade em geral, no sentido de se ter como regra executivos de legislatura que percorresse o prazo normal estabelecido na Constituição.

Ao invés do que se esperava, o governo anterior adoptou uma postura governativa menos dialogante e de confronto com a representação nacional, frustrando assim a ideia do governo de legislatura que a Nação reclamava e ainda reclama até ao presente momento.

Por razões de agenda meramente partidária, gorou-se, desnecessariamente, a possibilidade de termos um governo de legislatura que todos ansiávamos.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, nunca é demais sublinhar que as reformas importantes para o País têm de ser feitas. A reforma do sistema político, por exemplo, se impõe como prioridade absoluta para a moralização da vida política.

É urgente proceder-se a algumas reformas no seio do nosso Estado e das instituições políticas. É preciso rever-se o sistema eleitoral, a lei sobre os partidos políticos, mormente o seu financiamento, com vista a uma maior transparência e controlo.

O País reclama uma democracia com mais qualidade, em que haja mais igualdade de oportunidades para todos e sem exclusão e uma prioridade máxima na resolução das questões que mais afligem as populações como o problema de água potável, saúde, energia, habitação e formação profissional.

Adoptaremos uma postura que contrarie a tendência para a governamentalização e instrumentalização clientelar de cargos, nomeadamente no domínio da Administração Pública. Por isso é que achamos francamente despropositada, e até soa a ridículo, a afirmação de que o Governo solicitou directores do ADI para elaborar o Programa do Governo. Já não podemos perder tempo com coisas tão fúteis, porque não existem na Administração do Estado directores deste ou daquele partido político. Existem funcionários ou agentes pagos pelo Estado para cumprir uma missão de interesse geral e não de interesse partidário.

Chamados a assumir a condução dos destinos do País, para viabilizar a preservação, não só da moldura, mas também dos tecidos que compõem o Estado, o meu Governo comparece hoje perante a Assembleia Nacional, Casa dos Deputados eleitos pelo povo, para submeter à vossa soberana apreciação o presente Programa que, em vários aspectos, vimo-nos forçados a sobrepor o urgente ao necessário. Não se trata de uma justificação prévia, mas sim da expressão de um traço fundamental do meu modo de estar na política: dizer a verdade ao invés de dourar a pílula para satisfazer audiências ocasionais.

Excelências, tendo presente este conjunto de princípios e valores, as orientações e políticas adoptadas para o referido horizonte temporal, o Programa está organizado em cinco eixos, nomeadamente, a organização do Estado e fortalecimento da democracia; desenvolvimento económico e promoção do bem-estar social; formação e valorização dos recursos humanos; política externa e preparar o futuro.

Sr. Presidente, ilustres Srs. Deputados, à semelhança doutros países em desenvolvimento, estamos expostos aos caprichos do sistema económico e financeiro global e vemos a nossa situação agravada com a crise actual com todas as suas consequências sociais e económicas devastadoras. Em termos de impacto e capacidade de resposta à crise, não fugimos à regra, são sempre os mais pobres e vulneráveis os principais afectados. Por isso é que o combate à pobreza e à exclusão estarão no centro das políticas sociais deste Governo.

Num contexto de particular turbulência, em que se evidenciam sinais de empobrecimento e se acentuam as assimetrias e as injustiças sociais, o Governo estimulará as parcerias com as organizações não-governamentais, instituições religiosas pelo papel relevante que continuarão a desempenhar junto das populações mais desfavorecidas e em prol da melhoria global da qualidade de vida dos são-tomenses.

O combate à corrupção é uma das bandeiras deste Governo, que pugnará igualmente pelo cumprimento das normas sociais e pelo respeito pelos valores e princípios éticos.

A justiça, a ordem, a segurança e a paz serão a constante aspiração deste Governo.

No domínio da segurança rodoviária, não podemos esconder a nossa grande inquietação sobre a preocupante situação vivida actualmente no País. Os acidentes de circulação constituem hoje a principal causa de mortalidade e é importa implementar medidas capazes de actuar eficazmente sobre as causas, com vista a uma melhor prevenção da sinistralidade, particularmente no seio dos jovens.

Excelências, a criação de um clima de relacionamento saudável e de cooperação institucional com os Deputados e Assembleia Nacional será o apanágio deste Governo que pugnará pelo prestígio da instituição parlamentar, submetendo-se a sua acção fiscalizadora sempre que for necessário. Articularemos as diferentes políticas de acordo com os interesses específicos da Região Autónoma do Príncipe e das autarquias locais, procurando corrigir situações potenciadoras de desnecessários conflitos. Procuraremos, relativamente à descontinuidade territorial, reduzir o seu impacto mediante acções tendentes a lutar contra a real desigualdade e os seus efeitos perversos.

O direito dos cidadãos são-tomenses de informar, de se informar e de ser informado constitui princípios basilares que enformam o nosso Estado de direito democrático. Por isso, é prioridade deste Governo despartidarizar os órgãos de comunicação social e garantir a liberdade de informação e os direitos dos jornalistas, salvaguardando o direito dos cidadãos a uma informação livre, rigorosa, pluralista e responsável, isenta de manipulação.

A conjuntura e o contexto, Sras. e Srs. Deputados eleitos pelo povo, não são fáceis e disso estamos todos cientes. O Programa não ilude e não pode iludir esse facto e o que eu e a minha equipa nos esforçamos por fazer foi definir prioridades, traçar objectivos e delimitar vias para a sua concretização, tendo sempre presente que este Governo dispõe de um horizonte temporal de 18 meses.

O Programa assenta sobre dois eixos fundamentais, a saber; o da política interna e o da política externa.

No domínio interno, a política deste Governo radica no combate às desigualdades sociais; no reforço da coesão social; na redução da pobreza; na consolidação da democracia; na dinamização do processo de desenvolvimento em curso; na afirmação de valores e de preparação do homem para a sua integração na sociedade; na formação profissional virada para o mercado de trabalho; na promoção do desenvolvimento da juventude e do desporto, sendo de realçar neste âmbito o compromisso da realização dos IX Jogos Desportivos da CPLP e na garantia da continuidade de Estado.

No âmbito da política externa, este Governo pautará por uma diplomacia económica dinâmica e acutilante. A intervenção do Governo no combate às desigualdades sociais e à redução da pobreza seguirá a lógica de efectiva implementação da II Estratégia Nacional de Redução da Pobreza, visando uma sociedade mais igualitária na criação de oportunidades; na redistribuição de rendimentos; na valorização dos recursos humanos; na promoção do bem-estar social e na equidade na justiça.

A consolidação da democracia passa pela existência de uma administração pública funcional, assente na reorganização e no reforço das instituições nacionais, apta a assegurar a efectiva aplicação do conceito de cidadania participativa e capaz de criar as bases para a melhoria das condições de vida do cidadão, promovendo a criação de riqueza.

No actual contexto económico de São Tomé e Príncipe, a ajuda externa constitui factor incontornável para o financiamento do orçamento do Estado, tendo em conta a fragilidade dos sistemas tributários e o baixo nível de crescimento económico registados nos últimos anos. Perante a natureza e o grau de tais fragilidades, o financiamento da economia será feito através de políticas agressivas de angariação do investimento directo estrangeiro.

No domínio da educação, o Governo elege como elemento fundamental para a consecução do objectivo do desenvolvimento a afirmação de valores e de preparação do homem para a sua integração na sociedade são-tomense. Do mesmo modo e atendendo a que a formação constitui um dos pré-requisitos para o processo de desenvolvimento nacional, uma atenção especial será dada à formação profissional virada para o mercado de trabalho.

No domínio da juventude e desporto, a acção do Governo pugnará por uma actuação susceptível de combinar os factores «educação e profissionalização», «cidadania e participação cívica», «empreendedorismo e oportunidade de trabalho», «cultura e consolidação dinâmica das fronteiras identitárias».

Relativamente ao desporto, acções serão desenvolvidas no sentido de potenciar a sua prática, nas mais distintas modalidades, como elemento promotor da saúde física e psicológica; de um saudável espírito competitivo; de diversificação dos moldes de participação cívica; de fomento do espírito de pertença nacional e de interiorização da prática desportiva como contributo importante ao convívio e à fraternidade universais. Uma atenção muito particular será dada ao aprofundamento e alargamento dos mecanismos de mobilização e participação financeiras.

A actual conjuntura internacional de crise económica e financeira e de redução das ajudas públicas ao desenvolvimento exigirá do Governo uma diplomacia económica dinâmica, criativa e lúcida. Essa política deverá estar ao serviço da consolidação e do aprofundamento das relações entre São Tomé e Príncipe e os seus diferentes parceiros, assumindo-se como instrumento de mobilização de recursos para a promoção do

desenvolvimento, a par do fortalecimento dos laços construídos ao longo de um processo de conhecimentos e de permutas mutuamente vantajosas.

Assumimos o plano de desenvolvimento como um desafio mobilizador, uma aposta de convicção da sua necessidade vital para a modernização e desenvolvimento de São Tomé e Príncipe.

Tudo o que posso assegurar e prometer, em meu nome pessoal e em nome da equipa que fui incumbido de chefiar, é que não serão poupados esforços para fazermos o máximo e o melhor com os escassos meios materiais de que dispomos, conscientes, porém, de que o valor do capital humano é insubstituível.

Ao terminar a apresentação destas linhas de orientação que o meu governo pretende seguir durante os próximos tempos, gostaria de reafirmar o nosso compromisso de exercer com humildade as nossas responsabilidades governativas, disponibilizando-nos de forma total e permanente para o diálogo sério e construtivo com toda gente, na base do respeito mútuo e dos princípios políticos e os valores éticos que enformam a nossa democracia.

Aceitamos este desafio com patriotismo e para a salvaguarda dos superiores interesses da nossa Nação.

Muito obrigado pela vossa atenção».

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Como dizia anteriormente, após a apresentação do Programa que acabou de ser feita pela declaração de Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro, há um período de esclarecimento por parte dos Srs. Deputados dos grupos parlamentares. No quadro da organização desta apreciação do Programa do Governo, fixamos como tempo disponível 300 minutos, ou seja, podemos discutir este Programa ao longo de 5 horas. Daí que o tempo está assim distribuído: o Governo tem 92 minutos; o ADI tem 92 minutos; o MLSTP/PSD tem 78 minutos; o PCD tem 33 minutos e o MDFM/PL, 5 minutos. Deste tempo, estava reservado a Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro 30 minutos, para fazer a apresentação, através da declaração que acabamos de ouvir e o Sr. Primeiro-Ministro fez alguma poupança do tempo, o que nos vai beneficiar na organização dos nossos trabalhos.

Gostaria de propor as Sras. e Srs. Deputados que pudéssemos utilizar um período máximo de 30 minutos e cada grupo parlamentar fará a gestão desse tempo, dentro do tempo que tem disponível para pedidos de esclarecimentos ao Governo, findo o qual iniciariamos o debate propriamente dito.

Se as Sras. e Srs. Deputados estiverem de acordo, abriria o período de inscrição para pedidos de esclarecimentos. Estou a fazer um esforço, Srs. Deputados, para cumprir os passos regimentais. Caso haja pedidos de esclarecimentos a serem feitos ao Governo, vossas excelências têm esse direito e não o posso subtrair. Caso não haja, passaremos de imediato ao debate.

Pausa.

Temos dois pedidos de esclarecimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas.

O Sr. **José Viegas** (MSLTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Ilustres Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados: Antes de mais, gostaria de, neste palco, desejar um ano 2013 cheio mais sucessos possíveis nas nossas vidas colectiva, individual e familiar.

Não vou fazer uma intervenção, aliás, porque o momento ainda não é próprio. Apenas vou fazer alguns pedidos de esclarecimentos.

O primeiro pedido de esclarecimento que gostaria de fazer não está aqui neste Programa, tem a ver com a situação dos famosos barcos que estão nas nossas águas. Gostaria de solicitar ao Sr. Primeiro-Ministro se já têm informações que possam ajudar a esclarecer-nos um pouco mais sobre a situação legal dos barcos.

Segunda questão, tenho aqui no Programa do Governo, na página 6: «Na sequência da componente militar da defesa nacional (...)», o último ponto, «...o reforço da componente “ordem interna” sempre que solicitada.» Gostaria de saber em que perspectiva está aqui «sempre que solicitada».

O Sr. **Ministro da Defesa e Ordem Interna** (Óscar de Sousa): — Em que página, Sr. Deputado?

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Página 6.

Depois temos no segundo parágrafo: «A criminalidade sobre todas as suas formas será objecto de tratamento especial (...)». Sobre isso não tenho problema, tenho problemas sim sobre a última linha deste parágrafo, que fala dos «fluxos migratórios». A minha pergunta é saber se estaremos a referir-nos mesmo a «fluxos migratórios» ou «fluxos imigratórios». É da saída e entrada de pessoas, ou é só relativamente a entrada de pessoas? Gostaria de obter alguma precisão sobre isto.

Murmúrios do Sr. Ministro da Defesa e Ordem Interna.

O Sr. Ministro conseguiu ver? Na página 6 temos «reorganização e modernização da defesa e ordem interna», no segundo parágrafo, na última linha.

Depois, no controlo do mar, «a protecção de recursos e salvaguarda da vida», na penúltima linha deste parágrafo, se calhar vou ler o último período, «a par da melhoria das vertentes “localização e identificação” atenção particular será dada à sustentação da rede de faróis e outros meios». Não sei se haverá continuidade porque o período acaba aqui, mas no período seguinte, «paralelamente será desenvolvido um plano de cooperação e parcerias com as demais entidades...». Aqui quer-se dizer mesmo «entidades», ou «parcerias»? Porque «entidades» pode significar uma coisa muito mais restrita.

Portanto, de imediato é o que me ressalta, são algumas questões que gostaria de colocar para alguma precisão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Octaviano, para uma intervenção.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Gostaria também de associar a minha voz à de outros Deputados, para desejar um bom ano e dar também boas-vindas a esta Casa Parlamentar.

Inicialmente tinha mais questões, mas as palavras introdutórias de Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro amainou um conjunto de questões que tinha para apontar. Todavia, ainda subsiste uma que, no conjunto dos grandes eixos apresentados por Vossa Excelência, não encontro um axioma fundamental que é a do sector privado.

Como sabem, meus senhores e minhas senhoras, mesmo a noção conceptual do «empreendedorismo» passa, na sua horizontalidade, a todos os outros sectores da vida social e económica, produzindo empregos, gerando trabalho, um parceiro por excelência do Governo. É neste contexto que gostaria de saber em que ponto se enquadra o sector privado.

Como disse e bem o Sr. Primeiro-Ministro, apresentou as grandes linhas e os grandes eixos e era impossível ter-se um conjunto de questões, senão o Programa seria todo maçudo, todavia, há questões que entendemos que são essenciais, importantes e que também inserem-se no grupo das prioridades.

Tenho visto pela nossa TVS que a Câmara do Comércio está neste momento a organizar os seus corpos sociais. Acho que isso permitirá à Câmara do Comércio, de certa maneira, ser um parceiro privilegiado do Governo e, muito mais ainda do que vimos num passado recente, as hostilidades que vinham por parte do Governo cessante a este sector, acho que é importante ver nas suas notas essas questões.

Também fiquei satisfeito por o Sr. Primeiro-Ministro reconhecer que a Assembleia representa um órgão fiscalizador das actividades do Governo. Aliás, de acordo com a sua própria formação, entende muito bem este conceito. No entanto, isto permite-nos dar a nossa colaboração e a nossa contribuição. Portanto, é para dizer que também da nossa parte poderéis contar com o nosso apoio.

Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, a minha questão resume-se na do sector privado e o seu papel ao nível nacional.

O Sr. **Presidente**: — Não sei se há mais pedidos de esclarecimentos.

Negaram, acenando com a cabeça.

Não sendo o caso, não sei se Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro quer aproveitar o momento para fazer os esclarecimentos solicitados.

Se assim for, tem a palavra para prestar esclarecimentos.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo**: — Sr. Presidente e Srs. Deputados: Vou fazer a introdução relativamente as questões que foram colocadas pelos Srs. Deputados e depois, consoante a matéria, passarei a palavra aos Srs. Ministros para que entrem em detalhe sobre as legítimas preocupações expressas aqui neste santuário do debate parlamentar.

Acho que começamos bastante bem e os timbres desta governação e de dar todos os esclarecimentos necessários ao cidadão, que é o último destinatário das nossas acções. O cidadão tem o direito de saber tudo sobre o funcionamento do Estado. Somos titulares de cargos públicos, mas a coisa pública não é nossa coisa para que possamos geri-las com o secretismo que entendermos e da forma como entendermos, sem dar satisfação à representação nacional, que tem efectivamente a acção fiscalizadora da acção governativa.

Então, Srs. Deputados, regozijo-me com a inauguração deste novo momento de debate na Assembleia Nacional, do esclarecimento que os governos devem dar aos representantes da Nação sobre os diferentes dossiers.

Relativamente aos barcos de que tanto ouvimos falar, devo dizer ao Sr. Presidente e aos Srs. Deputados que, infelizmente, não dispomos de um documento oficial relativamente a essa questão que fez correr tanta

tinta, porque, infelizmente, pela forma como os altos dignitários do Estado se comportaram sobre o pretexto do não reconhecimento da legitimidade deste Governo – como se houvesse realmente a necessidade de se reconhecer a legitimidade dos governos – os dossiers fundamentais não nos foram entregues. Estamos a descobri-los nos meandros de cada um dos ministérios, na medida do possível e, mesmo no dia 24 de Dezembro, na qualidade do Chefe do Governo, e os Srs. Ministros relacionados com as áreas deste negócio, tivemos que fazer indagações extra-institucionais para obter informações, porque devíamos dar uma resposta ao comandante de um dos barcos, que devia deixar as águas de São Tomé e Príncipe.

Então, foi nesta altura que descobrimos, pela primeira vez, que esta actividade dos barcos tinha várias componentes. Uma delas era a do porto flutuante; outra era de negócios de exploração do gás; outra tinha a ver com a construção de um hotel; outra com a instalação de um banco aqui em São Tomé e Príncipe, pois que houve um memorando de entendimento que foi assinado por um dos ministros do anterior governo e que estava na posse de um dos representantes da sociedade de cá. Mas sobre esta questão os Srs. Deputados terão o ensejo de ouvir mais em detalhes o Sr. Ministro das Obras Públicas.

Diria que, relativamente ao sector privado a que fez referência o Sr. Deputado Guilherme Octaviano, esta questão não está de uma forma, digamos, explícita, mas está de maneira implícita. É que quando dizemos que queremos «melhor Estado e menos Estado» e dizemos que vamos encorajar o empresariado nacional durante o tempo em que estivermos na governação, porque entendemos que é uma peça fundamental, acarinharemos o investimento externo, mas sempre que for possível faremos o necessário para que o empresariado nacional se fortaleça e possa ser ele a assumir as rédeas do sector privado.

Também entendemos que há actividade que deveriam ser reservadas, sem qualquer discriminação negativa, ao sector privado nacional como forma de gerar emprego e rendimento, sobretudo para sustentar famílias que menos tenham. Portanto, os Srs. Deputados poderão estar descansados que, relativamente à questão do sector privado, ele merecerá uma atenção particular deste Governo.

Deixarei a questão ligada à Defesa para que o Sr. Ministro da Defesa e Ordem Interna responda de forma mais detalhada. Limitar-me-ia a dizer que temos uma preocupação fundamental que é sobre o desenvolvimento da pirataria no Golfo da Guiné, o tráfico de droga, o branqueamento de capital e outras ilicitudes que têm tido lugar aqui no nosso país. Cingir-nos-emos aos acordos de parceria que temos com entidades com capacidade maior do que a nossa, iremos pôr em marcha mecanismos para permitir que as nossas águas não sirvam para dar coitada às actividades ilícitas que proliferam de uma forma assustadora, mormente a questão da pirataria no Golfo da Guiné. Portanto, é efectivamente a cooperação com entidades identificadas com as quais já existem acordos, sem afastar a possibilidade de outras parcerias que possamos ter nessa matéria.

Fazendo a transição, daria a palavra, se o Sr. Presidente da Assembleia me permitisse, ao Sr. Ministro da Defesa e ordem Interna, para precisar os esclarecimentos que foram solicitados ao Governo, no âmbito deste Programa.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, por uma questão de natureza técnica e para facilitar os trabalhos da comunicação social, pediríamos aos Srs. Ministros e Srs. Deputados que utilizassem o púlpito, para evitar muita mobilidade dos microfones.

O Sr. Ministro da Defesa pode fazer uso da palavra.

O Sr. **Ministro da Defesa e Ordem Interna**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Relativamente à preocupação que foi levantada pela Sra. Deputada Elsa Pinto, gostaríamos de remetê-la para a página cinco, na componente militar de defesa nacional. Por arrastamento, fomos levados a fazer esta proposta. Vem assim: «reforço da componente ordem interna, sempre que solicitado». Infelizmente não dispomos de meios e muitas vezes temos um equipamento instalado, do qual alguns dados são tratados aqui em São Tomé e outros não. No quadro dessa colaboração que temos com o país que instalou aqui este equipamento, temos muitas vezes que solicitar essas informações. Quem as tem mais actualizadas são eles, não vou descer a pormenores, mas temos um equipamento, uma rádio-localização, instalada no Ministério da Defesa e que tem, digamos, este papel. Há outros que solicitamos a países com que temos acções conjuntas de treino, que também disponibilizam os seus meios para fazer esse asseguramento da nossa defesa interna. Eis a razão pela qual introduzimos esta questão.

Relativamente à criminalidade, o Sr. Deputado tem razão, é em dois sentidos e depois iremos acrescentar a observação que foi feita.

Relativamente à última preocupação que o Sr. Deputado levantou, sim, temos no controlo do mar «protecção de recursos e a salvaguarda da vida». Há outros sectores porque a componente não está só na defesa, ela está também nas pescas, nas infra-estruturas, ou seja, o mar é vida e em sector que, ao nível institucional, é representado por outros. Eis a razão pela qual fazemos alusão a demais entidades com competências no domínio do mar.

Espero ter esclarecido as questões.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, não sei se há acréscimos a serem feitos?

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo**: — Sr. Presidente, se me permite, passarei a palavra ao Sr. Ministro das Obras Públicas para que, na senda da explicação que foi dada, possa efectivamente dar mais detalhes transparentes à Assembleia Nacional, relativamente a esse polémico dossier.

O Sr. **Presidente**: — Se faz favor Sr. Ministro das Obras Públicas, tem a palavra para prestar esclarecimentos.

O Sr. **Ministro de Infra-estruturas, Obras Públicas, Recursos Naturais e Ambiente** (Osvaldo Abreu): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Gostaria de aproveitar esta oportunidade para desejar um bom ano a todos cá presentes e que 2013 seja coroadado de sucessos e êxitos para toda a nossa população e para o nosso país.

Relativamente à questão em foco, os barcos, tivemos o cuidado de tomar o devido conhecimento da situação logo após a imposição e, porque foram acontecendo situações que exigiram de nós alguma decisão rápida, no dia 21 de Dezembro, feriado, tivemos que lidar com uma situação de tentativa de um dos barcos abandonar as águas nacionais. Conjuntamente com o Ministro da Defesa, reunimos com os departamentos do Estado que têm a ver a com a situação, a ENAPORT, a IMAP e a Guarda Costeira, para nos inteirarmos melhor da situação, tendo em vista o pedido dos armadores para que o único barco que ainda permanecia abandonasse as nossas águas. As explicações que nos foram dadas não nos convenceram e, com o concurso do Sr. Ministro da Defesa, não foi permitido que o barco abandonasse as nossas águas. Uma das justificações é que tinham que abastecer e indicamos algumas alternativas para que eles dessem solução ao que pretendiam.

Entretanto, no dia 24, tivemos uma situação semelhante, agora com a intervenção do responsável máximo da instituição ou empresa que gere toda essa situação, que nos enviou uma mensagem electrónica, com as justificações devidas, para que os barcos abandonassem as nossas águas territoriais. Na sequência dessas informações, o Sr. Primeiro-Ministro, depois de ser informado, convocou uma reunião de emergência em que participámos, conjuntamente com os Srs. Ministros das Finanças, da Defesa e eu próprio, e tivemos que fazer muitas diligências – como muito bem disse o Sr. Primeiro-Ministro – devido ao vazio de informações. As informações detidas pela ENAPORT e pela IMAP eram completamente exíguas e os relatórios foram apresentados, mas não respondiam àquilo que se pretendia e além disso entrava em contradição com a nota justificativa do responsável da empresa, porque a ENAPORT, de acordo com as suas atribuições, fez algumas alegações e a IMAP também. De acordo com as suas alegações e com a justificação da empresa, visavam uns testes, uns estudos e coisas que não encontravam cabimento nas funções daquelas instituições.

Neste vazio de informação e desinformação, tivemos que recorrer a outras fontes e, com alguma felicidade, ficamos a saber e foi-nos facilitado algumas documentações. Uma delas tem a ver com o documento que tenho em mãos, que é o memorando de entendimento para o estabelecimento de uma parceria público-privada de estabelecimento de uma companhia de gás são-tomense; o estabelecimento de um porto logístico e um banco comercial, assinado entre o Governo de São Tomé e Príncipe e a empresa *Bluscae FLNG*, no dia 1 de Março de 2012.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Quem assinou este memorando da parte são-tomense?

O Sr. **Ministro de Infra-estruturas, Obras Públicas, Recursos Naturais e Ambiente**: — Da parte são-tomense assinou o Ministro Dr. Afonso da Graça Varela da Silva.

Portanto, estas informações nos permitiram ter mais alguns elementos para decidirmos, mas tínhamos um problema fundamental que estava na origem da polémica entre a ENAPORT e a empresa, que versava sobre um montante que rondava, na altura, exactamente USD 571 891 00, tendo em conta as taxas de estacionamento e outras atribuições da ENAPORT, considerando o tempo de permanência desses navios cá em São Tomé.

De acordo com a informação da empresa, os navios não têm funções comerciais, não operavam com objectivos comerciais e essas informações também são corroboradas pela própria nota da ENAPORT, cujos seus agentes, quando estiveram a lidar com os navios, não observaram nenhuma transacções comerciais. Além disso, temos no nosso poder uma carta de 28 de Setembro de 2012, dirigida ao Sr. Ministro dos Recursos Naturais e Meio Ambiente, pelo responsável da empresa *Bluscae*, solicitando a total isenção das taxas, pelos seguintes motivos. Devo acrescentar que as informações da empresa estão todas na língua inglesa, inclusive o memorando que foi assinado sem cópia em língua portuguesa, portanto, a empresa alegava que depositaram os barcos na nossa costa com o objectivo de realizar testes para instalação do porto flutuante, testes estes que viriam a beneficiar São Tomé e Príncipe, tendo em conta a inexistência total de testes desse tipo. São testes da hidrodinâmica das ondas e outros que se precisavam para a estabilidade ou não desta função, cujo principal objectivo é a implantação, nas nossas águas, de acordo com as informações da empresa, de uma plataforma de gás, na sequência da empresa de gás que está no memorando. Esta plataforma de gás teria o objectivo de monitorar o gás que a empresa conseguisse capturar, comprar ou explorar ao longo da nossa costa, inclusive nas nossas águas económicas exclusivas.

A carta também alega que, não tendo realização de actividades comerciais, ela não sabia porquê, portanto, pediam a justificação do porquê que teriam que pagar as tais taxas que são atribuídas a este tipo de operações.

Igualmente, tive o cuidado de ter contacto com um dos operadores comerciais que lida com as transacções marítimas e me foram dados alguns dados interessantes. De acordo com os cálculos feitos por um destes operadores, 4 dias de permanência destes barcos, dos quatro barcos em São Tomé, a ENAPORT arrecadaria mais receitas do que toda a sua operação anual com os barcos que entram e saem do País, tendo em conta o tamanho e a tonelagem destes. Estamos a falar de barcos de cerca de 300 metros de comprimento e 160 de largura...

Murmúrios gerais.

...barcos especializados para operações muito específicas.

Portanto, o Governo, depois de ter todas essas informações e ter auscultado algumas individualidades ligadas a este dossier, comunicou aos operadores e aos responsáveis dos barcos, depois da decisão, que estariam livres para deixar as nossas águas a partir da meia-noite do dia 24. Contudo, o Governo aceitou como caução uma quantia de 80 000 dólares para que, na base de negociações futuras, venha a estabelecer a verdadeira taxa para estas situações.

Depois, o que constatámos é que de facto, não havendo operações comerciais, tinha que se rever esta situação, mas a ENAPORT tem atribuições e não podia, de maneira alguma, ficar completamente desautorizada. Então tínhamos que balancear entre essas situações todas para chegarmos e esta posição comum e aceitamos o pedido da empresa de vir cá para o País, em meados de Janeiro, para falarmos sobre todo esse processo. Aproveitamos também para exigir da empresa todos os dados relativos aos testes realizados nas nossas águas.

Devo acrescentar que, como especialista que sou nas questões da sísmica, essas operações devem sempre ter técnicos nacionais para acompanhar o processo e não foi feito. Portanto, tivemos a garantia da empresa que os dados serão fornecidos, mas ninguém nos vai garantir a fidelidade desses dados, porque não tivemos lá ninguém a acompanhar.

Estamos em crer que está em causa uma possibilidade de negócio que pode ser ou não benéfica para o País. Não queremos afugentar os investidores e, pela pouca informação que tivemos, achamos que os investidores querem fazer o seu trabalho e estamos de braços abertos para reanalisar e reapreciar todos este dossier que mandam as leis do nosso país.

Portanto, é toda esta informação que temos neste momento para fornecer e estaremos abertos para adicionais esclarecimentos, caso venha a ser necessário.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Ministro das obras Públicas por esse esclarecimento bastante frutuoso. Gostaria de saber dos Srs. Deputados se podemos passar a outra fase.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Gostaria de pedir a indulgência de todos e a paciência do Sr. Primeiro-Ministro e dos Membros do Governo. Como deverão entender, este é um assunto que trouxe muita confusão no entendimento da Assembleia com o Governo, que sempre furtou a responsabilidade de vir aqui prestar informações.

Gostaria de agradecer imenso esse esforço que o Governo já fez, em menos de um mês conseguiu trazer à Assembleia aquilo que durante meses andamos à espera de um governo arrogante e prepotente, que não foi capaz de nos prestar essas informações todas.

Há um princípio que defendemos: «nunca afugentar oportunidades de investimento», ponto assente, mas há outro que defendemos, «é preciso que as leis da República sejam respeitadas, que as instituições sejam respeitadas e que se respeite a direcção que os recursos devem ter», para o cofre do Estado.

Para finalizar, vou pedir a indulgência do Governo no sentido de nos fornecer as cópias das documentações que tiverem, vamos fazer um pedido por escrito, porque acho que temos que levar isso até as melhores consequências, cito bem.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, julgo que podemos passar a outra fase ou iniciar o debate propriamente dito. Tínhamos acordado que teríamos como tempo 30 minutos, ultrapassamos esse período, julgo que os grupos parlamentares e o Governo ainda têm tempo suficiente, daí que quero anunciar aos Srs. Deputados que entramos na fase de debate sobre o Programa, porque terminamos o período de pedido de esclarecimento.

Assim sendo, convido as Sras. e Srs. Deputados a fazerem intervenção para o debate.

Diz o artigo 220.º: «O debate sobre o Programa do Governo inicia-se findos os esclarecimentos previstos no artigo anterior ou, à solicitação de qualquer Deputado, no prazo máximo de 48 horas após a distribuição do texto do Programa». Como não houve esse pedido para que o debate se fizesse após 48 horas, vamos iniciar os debates.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rafael Branco.

O Sr. **Rafael Branco** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Presidente, permita-me que sendo a primeira vez que uso da palavra nesta Assembleia lhe enderece as minhas felicitações e formule votos de que o seu mandato prestigie a nossa instituição.

Quero igualmente felicitar o Sr. Primeiro-Ministro e os demais membros do Governo e desejar-lhes muito sucesso. Estou convencido de que a tarefa que vocês assumem é de missão, é um acto patriótico. De facto foi o nosso compromisso patriótico e o nosso empenhamento democrático que conduziram ao surgimento deste Governo, que o nosso partido, o MLSTP/PSD, teve a grande responsabilidade de assumir a indigitação de Vossa Excelência para chefiar.

A aprovação do Programa deste Governo, que esperamos que seja feito, estamos convencidos, dá uma nova dimensão e uma responsabilidade acrescida aos partidos que dão sustentação parlamentar a este Governo. De facto, como disse, o que nos guiou foi um acto de patriotismos e o nosso empenhamento com a defesa do regime democrático, porque queremos a todo custo preservar a nossa democracia e queremos todos continuar a alimentar o sonho dos são-tomenses para uma vida melhor. Não quero com isto dizer, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. membros do Governo, que lhe vamos passar um cheque em branco. Aqui na Assembleia assumiremos plenamente o nosso papel, a nossa acção fiscalizadora, mas assumiremos igual e plenamente o nosso dever de contribuir para que este país continue, através do diálogo, da concertação entre as instituições e entre as pessoas, a fazer a sua trajectória.

Faremos aqui uma apreciação, necessariamente geral, do Programa que nos é submetido, sublinhando, no entanto, três grandes princípios:

O primeiro princípio, Vossa Excelência já fez referência, é o da inclusão. A história recente mostra-nos que este país não se governa somente com maioria, seja ela de que dimensão for. Este país governa-se incluindo todos na área política, mas procurando a inclusão de todos em diferentes sectores da actividade nacional.

Como foi dito aqui por um colega do meu Grupo Parlamentar, é preciso que todos os actores privados ou do sector não governamental possam ser incluídos no processo de desenvolvimento económico do nosso país. Não há lugar para exclusão.

Depois, é necessária a prestação de contas. Hoje a prestação de contas entrou na vida de quase todas as instituições, mesmo as mais conservadoras. No último fim-de-semana estive numa missa e no fim foi com agradável surpresa que vi um dos acólitos anunciar – o Sr. Ministro da Defesa também esteve nessa missa – aos fiéis presente que na última missa a colheita das contribuições de todos foi de 1.750 milhão de dobras. É prestação de contas.

Hoje não é possível vivermos numa sociedade, talvez mais democrática, em que os cidadãos se sentem com o direito de saber e de participar, sem prestação de contas.

O terceiro princípio também Vossa Excelência referiu, é o das prioridades. Vossa Excelência e o seu Governo terão que eleger prioridades e sobre elas dar o melhor que poderem e que sabem, se os recursos do País o permitirem.

Vou sobrevoar alguns dos sectores que consta no Programa, em primeiro lugar para sublinhar o carácter central e fundamental que tem a reforma da justiça nos nossos esforços. Sei que é uma questão que Vossa Excelência conhece bem e com a Sra. Ministra da Justiça e todos os outros actores que estão no sector devem empenhar-se a fundo para que cheguemos juntos. Quero também aqui sublinhar a palavra «juntos». As reformas bem sucedidas fazem-se com as pessoas, com os actores do sector e estou convencido que no sector da Justiça há pessoas responsáveis que não querem olhar tanto para o passado, mas querem dar um passo em frente. E é isso que é importante, que todos os actores do Sector da Justiça, o Governo e esta Assembleia, no que for necessário, olhem para frente e dêem passos necessários para que a nossa justiça ganhe credibilidade, celeridade e ganhe a confiança que suscita os nossos cidadãos. É verdade que é uma questão de política, de justiça, mas é uma questão muito mais séria.

Quem fala com os nossos banqueiros, com as pessoas que estão no mundo do negócio, vê que sem uma justiça que dê essa garantia não vamos ter investimentos, nem estrangeiro, nem mesmo nacional, mas isso não acaba assim. Temos uma história longa de dar créditos, toda a nossa história demos crédito. A história disso é que 90% desses créditos não são pagos e não é só com aqueles mais desfavorecidos da nossa sociedade, mesmo a outros níveis da sociedade. Tem-se o hábito de não pagar aquilo que se recebe do Estado e isso tem de acabar. Só a justiça pode levar a que cada um assuma as suas responsabilidades.

O Sr. Primeiro-Ministro referiu-se ao sector das Relações Exteriores e à importância que assume para um país como São Tomé e Príncipe e para um São Tomé e Príncipe neste momento particular. No geral estamos de acordo com as orientações, devo confessar que do nosso lado não entendemos bem a apresentação, porque no nosso entendimento as relações exteriores tem um papel de grande importância na defesa nacional e na apresentação do Programa esse aspecto vem enquadrado na Defesa, mas o importante é retermos que a nossa diplomacia vai ter um papel muito importante em garantir a nossa defesa, no contexto que Vossa Excelência mencionou e que felicito. É preciso que tomemos consciência que tudo o que queremos aqui em São Tomé e Príncipe pode estar em perigo se a situação no Golfo da

Guiné continuar assim. Já houve tentativas de golpes de Estado em países vizinhos, originado por bandos que estão aí disponíveis no Golfo, assaltos a bancos em dois países vizinhos, há um imenso roubo de petróleo e gás nessa sub-região, captura de pessoas à procura de resgate, roubo de recursos marinhos, enfim. Os últimos relatórios apontam para a transformação do Golfo da Guiné numa zona bastante perigosa. Daí que é preciso investimento na diplomacia, na defesa e nas parcerias, porque não temos condições de fazê-lo, temos necessariamente de fazer parcerias com alguns países com quem temos relações, há pouco tempo esteve aqui uma delegação de Portugal que se oferecia, mas com os países vizinhos que têm mais meios e no quadro da defesa, da SEMAC, há oportunidades para reforçarmos essa parceria que é essencial e felizmente que o Sr. Primeiro-Ministro tenha dado destaque a esta questão, assim como o papel do mar que tem uma referência específica neste Programa, o que acho importante.

Nos sectores sociais, não devemos ter medo, há muitas políticas que têm que ser continuadas e houve tempo que quando se falava de continuidade política isso causava muitos problemas às pessoas. Acho que este Governo não tem que ter nenhum problema em continuar tudo de bom que houve, porque se não fosse continuidade não sei que contas faríamos ao Governo precedente. É preciso que não nos hesitemos em continuar aquilo que bem se fez.

De todos esses sectores eu queria destacar o Sector de Habitação, os meus colegas falarão de outros. Penso que é necessário e urgente que tenhamos uma política de educação agressiva para os nossos quadros, mas também para muitas populações do nosso país que vive em condições que tem implicações na saúde, na educação e uma política de habitação adequada é garantia de que não só resolveremos o problema de habitação, mas resolveremos o problema da saúde e outros que são próprios de países em nossa situação.

Porque falei de política precedente, sei que haverá algum problema, houve muita possibilidade, foi pretexto se calhar para visar pessoas individuais, mas individualmente não acho moralmente aceitável que, num país onde haja tanta dificuldade com habitação, haja gente que tenha recebido uma casa e não a pague. Quem recebeu uma habitação do Estado tem de pagar. Se há problemas, vamos resolver os problemas legais. Não se pode admitir que outros não tenham e uns que recebem não paguem. Façam-se os ajustamentos que forem necessários, porque temos que continuar isso para outros e se não fizermos pagar não poderemos construir mais. Acho que nesse aspecto temos de dar continuidade ao anúncio de outro governo com toda a transparência, sem desígnios de perseguição, sem tentar pôr as pessoas numa situação que elas não podem, se calhar, comer se pagarem, mas tem-se que chegar a um calendário e há um compromisso de que isso tem de ser pago.

Sobre a Educação os desafios são imensos. Acho que a nível das grandes estratégias e das grandes políticas as coisas estão mais ou menos no lugar. É preciso implementar, implementar com isenção e com inclusão, porque há muita gente que pode dar a sua contribuição ao desenvolvimento da nossa educação que foi posta de lado de maneira pouco aceitável e pouco digna. Muito de nós fomos formados por muito desses professores que foram atirados para a reforma. O Sr. Ministro das Finanças dirá que tem de ser feita, mas é possível e a lei permite que alguns desses professores – a mesma coisa na Saúde com alguns enfermeiros –, altamente competentes, continuem a dar a sua contribuição a esse sector, ao contrário de alguns que noutros sectores não são tão necessários e continuaram a dar.

Na Educação queria sublinhar que estamos com um grande desafio que é o da qualidade. Não podemos adiar mais esse desafio e por mais volta que dêmos não há qualidade sem professores formados. Temos de fazer um grande investimento na formação de professores, de valorizar a carreira docente e temos que assegurar que eles trabalham em condições minimamente satisfatórias, senão vão desmotivar-se. Estamos a verificar que muitas pessoas fazem um curso de professor, mas depois de 2, 3 anos saltam para outra coisa qualquer. Esse investimento tem de continuar na Educação, porque só podem continuar se houver perspectiva de carreira e se houver também incentivo para ficarem.

Sobre a questão de desenvolvimento económico do nosso país, pelo que se ouve e pelo que sabemos, a situação é preocupante, é difícil, desde a questão orçamental até ao aspecto mais abrangente do crescimento económico. Conheço-o bem, Sr. Primeiro-Ministro, o senhor fez a tarimba da universidade, creio que o fez na França, isso é importante, mas fez a tarimba da universidade da vida e essa é uma grande universidade, ela nos dá a capacidade de olharmos para os problemas com o desejo e a determinação de resolvê-los. Sei que o Sr. Primeiro-Ministro não vai alimentar ilusões, mas certamente quererá alimentar os sonhos dos são-tomenses e esses sonhos só poderão ser realizados com o crescimento económico.

O Sr. Primeiro-Ministro aludiu aqui às parcerias público-privadas, à captação do investimento directo estrangeiro, estou de acordo no geral, mas a experiência recente também nos mostra que não é qualquer investimento estrangeiro que resolverá os problemas de São Tomé e Príncipe. Temos de apostar no investimento que chega ao País, que traga capital, que traga *know-how* que crie empregos, porque há muitos países em que há muitos investimentos, sobretudo em África, mas não há crescimento de emprego. Se não há crescimento de emprego, não há crescimento de rendimento e as pessoas continuam na pobreza. Daí que acho importante, respondendo ao meu colega do Grupo Parlamentar, com o sector privado nacional termos parceria clara, transparente e responsável. É preciso fomentar o empreendedorismo, sobretudo juvenil, nas áreas de cultura, da pesca, do turismo. Há muitas oportunidades

aqui, mas temos de apreender com o passado. Não podemos, muitas vezes por motivos eleitorais, estar a pôr dinheiro nas mãos das pessoas. Temos de capacitá-las para que tenham condições. Não duvido, aqui tem que ser mesmo apoio, temos mesmo que apoiar o nosso sector privado, mas temos que o apoiar de maneira criteriosa, transparente, sem considerá-los benfiquistas, sportinguistas, portistas. Todos devem ter uma oportunidade, mas todos devem ser apoiados e fiscalizados para que façam uma contribuição real no nosso país.

Há uma tentação que está desmentida aqui. Há países que andarão a investir milhões de dólares nos últimos 10 anos, a criar grandes estradas, grandes obras e durante esses anos cresceram 0,3%, 0,4%. Se metade desse dinheiro fosse para o sector privado, estaríamos numa situação diferente. Daí que penso que isso será importante.

Como já disse, Sr. Primeiro-Ministro, é claro que não passamos ao seu Governo um cheque em branco. O nosso cheque tem saque periódico. Periodicamente vamos ver como é que isso está a ser feito e nesse sentido aguardamos pela apresentação das GOP e do OGE para ver como é que essas ideias se concretizam e como é que elas serão sustentadas com o nosso orçamento e outras fontes de financiamento.

Como dizia, o nosso partido confiou-lhe essa missão. Essa confiança deriva do conhecimento que temos de si, do patriota, do homem íntegro habituado ao rigor, falo por mim que tive a honra e o privilégio de uma vez trabalhar sob a sua chefia. Nesse sentido, a nossa confiança é total no seu empenhamento, no seu espírito de missão, no seu patriotismo e, parecendo que não, o que São Tomé precisa mesmo é de muitos patriotas e de muita gente com missão.

Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. membros do Governo, boa sorte e muito trabalho.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Xavier Mendes.

O Sr. **Xavier Mendes** (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. Ministras, Srs. Ministros, Caras e Caros Deputados: Irei focalizar alguns aspectos importantes do Programa ora apresentado pelo XV Governo Constitucional.

Antes de mais, gostaria de saudar Vossa Excelência para que tenha um ano cheio de sucesso e também esta augusta Assembleia, Sras. Deputadas e Deputados, um ano cheio de prosperidade.

A nossa tarefa de hoje é apreciação e debate do Programa do XV Governo Constitucional, saído de uma crise política forçada, que é conhecida por todos, onde o bom senso prevaleceu e, mais uma vez, a nossa população deu prova de elevada maturidade política.

Sr. Primeiro-Ministro, ao apreciar o Programa que apresentou a esta Assembleia, ressalta-nos a olho nu uma abordagem completamente diferente e diferenciada no que tange ao desenvolvimento de São Tomé e Príncipe. Esta abordagem tem como premissa fundamental o homem são-tomense como foco de toda a acção política e ela reflecte-se neste Programa na preocupação constante da sua inclusão em todos os aspectos da vida económica, social e cultural, como disse o Sr. Deputado Rafael Branco.

A palavra inclusão é várias vezes citada no seu Programa e em contextos completamente diferenciados. Quer se fale do desenvolvimento no geral, quer se fale da reforma da justiça, quer se aborde o sector financeiro e o do crescimento económico e quer se aborde a questão da preparação do futuro, a inclusão está sempre presente. O são-tomense não pode estar fora do desenvolvimento do próprio país. O homem são-tomense está incluído e omnipresente, parabéns Sr. Primeiro-Ministro.

Denota-se efectivamente a preocupação com a rotura de práticas governativas em que imperava a exclusão, pois aqueles que tinham ideias contrárias ou que expressavam a sua opinião eram excluídos e perseguidos, numa tentativa de impor o medo e de bipolarizar a sociedade são-tomense.

É constante no seu Programa a afirmação da promoção do diálogo entre os são-tomenses, entre as instituições, quer nacionais quer locais ou regionais, e ainda entre os órgãos de soberania, no fundo para a criação de um clima de paz e concórdia saudável para o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe. Essa promoção do diálogo entre os são-tomenses dá sinais claros de vontade política da tendência que nos últimos meses abalou São Tomé e Príncipe, vincada pela intolerância e arrogância.

Por outro lado, é deveras notória a preocupação do seu Governo em inscrever no seu Programa, agora apresentado, o estabelecimento de um relacionamento aberto institucional com esta augusta Assembleia e esta preocupação está patente em quase todas as áreas de intervenção governativa, com especial ênfase na reforma da Justiça, da modernização da Administração Pública, na reforma fundiária e na reforma do sistema financeiro.

Sr. Primeiro-Ministro, mais uma vez, Vossa Excelência se diferencia do passado recente no que diz respeito a esta Casa Parlamentar, cujos objectivos e práticas se centravam na banalização e subalternização da Assembleia Nacional.

Por último, gostaria de enaltecer a humildade do seu Governo em apresentar um Programa no qual se denota a preocupação temporal para execução do mesmo, numa perspectiva de, nos 18 meses do seu mandato, contribuir com acções que possam, de forma paulatina e consequente, dar solução aos problemas e anseios da nossa população.

Sr. Primeiro-Ministro, na arena internacional, a crise económica e financeira graça os principais países parceiros de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe. A liquidez nessas economias para financiar o desenvolvimento é cada vez mais escassa e o Governo terá que utilizar todos os meios e acutilância necessárias na procura das melhores soluções para o financiamento do seu Programa.

No que diz respeito às políticas as quais assenta o Programa, apraz-nos referir a inclusão da necessária e urgente reforma do sector da Justiça e da continuidade da reforma do sistema financeiro, premissas fundamentais para o desejado investimento directo estrangeiro e da melhoria de ambiente de negócios em São Tomé e Príncipe.

Também é de se referir a preocupação do Governo em focalizar o combate ao roubo, pois este fenómeno tem contribuído para a diminuição das produções agro-pecuárias, a diminuição do rendimento das famílias, bem como o desinteresse no investimento no sector agro-pecuário.

Por outro lado, foi com satisfação que apreciamos a vontade política do Governo de dar à agricultura, à pesca e à pecuária o seu lugar de destaque, não só na promoção do crescimento económico e de aumento de rendimento das famílias, bem como na contribuição desses sectores para a segurança alimentar e nutricional. E falando desses sectores da segurança alimentar, congratulamo-nos com a ideia da criação de uma central reguladora de produtos da cesta básica, de maneira a contrariar, no mercado local, o aumento do preço dos alimentos no mercado internacional, cuja previsão para 2013 é de cerca de 14%.

Muito trabalho na agricultura, na pesca, na pecuária, de forma que possamos produzir mais para combater a insegurança alimentar em São Tomé e Príncipe.

Se é certo que alguns investimentos foram feitos em rodovias e correcta a opção do Governo em priorizar a manutenção das mesmas, terá que ter em conta alguns anseios das populações de determinadas localidades que há já algum ano vêm manifestando a necessidade de melhores vias de acesso.

Por último, também nos ressalta a vontade política de ver melhorar o rendimento dos mais desfavorecidos com pensões de miséria e de um melhor enquadramento político para a camada mais jovem da nossa população.

Muito obrigado.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Tendo em conta que tivemos duas intervenções de carácter global, gostaria de propor aos Srs. Deputados e também a Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco que fizéssemos a apreciação do Programa, observando os cinco eixos estruturantes do mesmo, para facilitar a evolução dos nossos debates. Estão dispostos da seguinte forma:

1. A organização do estado e o fortalecimento da democracia;
2. Desenvolvimento económico e promoção do bem-estar social;
3. Formação e valorização dos recursos humanos;
4. Política externa;
5. Preparar o futuro.

Gostaria de convidar as Sras. e Srs. Deputados a fazerem a intervenção, caso estejam de acordo, observando este ordenamento.

Uma Voz: — Por ordem, Sr. Presidente?

O Sr. **Presidente**: — Por ordem sim senhor. Quer dizer que iniciáramos com o primeiro eixo. Neste primeiro eixo, para vos recordar, temos: Defesa e Ordem Interna, Justiça, Consolidação do Poder Regional e Local e Reforma Administrativa.

Tem a palavra a Sra. Deputada Elsa Pinto.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Membros do Governo, Caras e Caros Deputados, povo de São Tomé e Príncipe: Ao usar da palavra, pela primeira vez nesta secção e pela primeira vez neste ano de 2013, em primeiro lugar, quero saudar todo povo de São Tomé e Príncipe e desejar muita saúde e sucessos colectivos e individuais a todas e todos são-tomenses.

É nosso profundo anseio que nos unamos todos para garantir a paz, a estabilidade e o crescimento do nosso belo país. O nosso ditado diz que «*ano xiga na sá flogá fá, unwa móm tâ ná cá txila idu n'cabeça fá*». Precisamos estar unidos para vencer os desafios do presente e do futuro. Quero igualmente desejar aos colegas deputados investidos na nobre missão de representar o povo de São Tomé e Príncipe as melhores venturas e sobretudo que o ano de 2013 seja ritmado de muito trabalho e melhor desempenho de todos nós. Ano novo, vida nova.

Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, o ano de 2012 ficou para trás com as suas agruras, espero que a graça do Todo o Poderoso possa recair sobre vós e que possais cumprir com destreza as missões para que fostes chamados.

A aprovação do Programa do Governo tornou-se, na nossa democracia, num acto pouco inovador e quase banal, pois, apesar do nosso processo democrático ser relativamente jovem, o exercício tornou-se bastante repetitivo, mas há sempre lições que podemos tirar de um exercício para outro. O exercício que ora realizamos é marcado pela forma como emerge o actual Governo. É revelador do elevado grau de maturidade da nossa democracia e é compensatória a forma como o povo entendeu as motivações de uns e outros pela conquista, devolução ou entrega do poder. A democracia registou um salto qualitativo, o povo de São Tomé e Príncipe regista e agradece.

Sr. Primeiro-Ministro, quero felicitá-lo pela forma sintética e clara como apresentou este Programa, abrindo caminhos para os problemas mais prementes que o País conhece. Assim, gostaria de, muito responsável e humildemente, dar alguns contributos sobre a área que tange à Defesa, à Segurança e à componente ligada à Justiça. Estas áreas são de grande transversalidade e tocam quase todos os aspectos da vida nacional, desde a protecção das pessoas e bens até a segurança ambiental e alimentar.

Sabemos que o Estado de São Tomé e Príncipe nunca conheceu guerras, nem conflitos armados, mas a experiência do passado e do presente nos dizem que mesmo perante ausência de guerra isso não significa necessariamente a existência da paz. Os momentos conturbados que o País conheceu são a prova evidente de permanentes relações de conflitualidade, conflitos político-partidários, sociais, profissionais, familiares, etc. É perante este quadro que devemos construir um novo paradigma de segurança e defesa e também o da justiça. Uma defesa que não seja vista nos termos convencionais, mas aquilo que hoje os especialistas decidiram chamar *homeland security*, forças virada para as vertentes internas, respondendo ao chamamento da população e aos desafios de desenvolvimento.

Em virtude da presença latente e permanente de conflitos, as nossas forças devem estar capacitadas para actuar de forma preventiva na resolução de conflitos emergentes. Assim, importa introduzir e desenvolver muito rapidamente uma componente dedicada a informação inteligente e estratégica que possa confortar o poder político e permitir a projecção atempada de acções que visem estancar o surgimento de conflitos de qualquer natureza. Sobre esta componente ainda é preciso estabelecer uma rede de informação estratégica com as demais instituições vocacionadas para o efeito, devendo também neste âmbito ter em conta as parcerias com o Sistema de Informação Sub-regionais (SIS) e regionais.

Tendo presente os riscos e tensões latentes, não podemos deixar de manifestar a nossa preocupação sobre aquilo que marcou o consulado do Primeiro-Ministro cessante, tendo investido em alguns seguimentos de força das Forças, em detrimento de outros seguimentos, situação por si só geradora de conflitos entre classes e indivíduos. Sobre isso, Sr. Primeiro-Ministro, gostaria de sugerir que se abrisse um espaço de profunda reflexão sobre o verdadeiro papel das Forças e, mais, investir na formação não apenas de militares, mas que permita a existência de uma massa crítica que possa inculcar princípios verdadeiramente republicanos, democráticos e apartidários no seio das Forças.

Queremos saudar com regozijo a iniciativa deste Governo, a adopção de uma política social que visa evitar eventuais aliciamentos dos militares, agentes das Forças Militares e Paramilitares.

A forma de recrutamento para o cumprimento do Serviço Militar Obrigatório (SMO) deve ser repensado, porque traz consigo algumas injustiças sociais. Daí que o Exército, a Guarda Costeira e todas as demais forças devem constituir verdadeira escola de excelência e no momento devolver ao cidadão a vida civil para que ele possa levar um instrumento para a vida futura.

Pensamos que a formação êxitosa dos oficiais que ocorreu recentemente permitirá compor de forma inteligente algumas classes, eliminando assim a distorção ora existente. Para tal sugerimos ao Executivo a adequação de algumas normas para dar corpo a estas adaptações.

Sr. Primeiro-Ministro, o êxito da política e segurança marítima passa pelas acções por vós perspectivada, mas depende sobretudo da mudança em termos de abordagem e atitudes que temos enquanto insulares e como devemos desenvolver a nossa relação com o mar.

São Tomé e Príncipe, enquanto Estado insular, precisa de adoptar outra demarche que permita garantir e perenizar o esforço de profissionalização da nossa Guarda Costeira *versus* marinha. Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, chamo a vossa atenção para uma nova demarche de recrutamento que deve deixar de ser unicamente terrestre e passar a ser igualmente marítima. Um recrutamento para o exército e outro para a Guarda Costeira. É impossível projectar qualquer crescimento da Guarda Costeira com o actual efectivo e a criação de uma unidade de fuzileiros navais com efectivos que dispomos.

No que tange à vertente do controlo do mar, a protecção dos recursos e salvaguarda de vidas, consideramos que além do quadro multilateral das parcerias de segurança marítima, o nosso país precisa urgentemente de desenvolver relações bilaterais com os países limítrofes e com programas específicos. Esforços devem ser consentidos ou consolidados, porque eles já existem, no sentido de colocar os nossos representantes em algumas organizações.

Neste domínio, a melhoria do nosso desempenho passa igualmente pelo domínio das novas tecnologias mais baratas como por exemplo os meios de detecção de alvos e outros meios de controlo de fiscalização. Deverá haver um comprometimento sério com os parceiros que exploram e capturam o nosso pescado, na melhoria dessas tecnologias.

É pertinente, no quadro actual, analisar e perspectivar a securização efectiva de algumas infra-estruturas críticas e sobretudo garantir a futura segurança e defesa dos projectos estruturantes, os portos, nesse caso

os portos de Ana Chave e de águas profundas. À medida que esses portos vão se edificando, importa construir paralelamente a segurização dessas infra-estruturas críticas.

Relativamente à Justiça, o Deputado que me antecedeu fez uma análise global sobre este sector. Cremos que o diagnóstico está feito. Muito se fala, muito se falou e há de se falar da Justiça, mas, para além de todos os discursos políticos, importa implicar todos nas reformas tão esperadas. Pensamos que apesar de as relações entre os actores estarem processualmente configuradas, é muito difícil, o Sr. Primeiro-Ministro que esteve na área sabe que lidar com magistrado etc., é sempre muito complicado, é uma área sensível e as relações estão prefiguradas nas leis.

O Governo deverá ter a habilidade de construir um quadro de concertação e diálogo permanente entre as diferentes instâncias que concorrem para uma administração da justiça. A responsabilização de uns e outros deve ser tido em conta.

Sr. Primeiro-Ministro, senhoras e senhores, os desinvestimentos propositados nos últimos meses, quer na PIC quer nos Serviços Prisionais, leva-nos a sugerir que uma atenção particular deve ser dada a essas instituições, que deverá traduzir em números orçamentais futuramente.

Não se pode falar de combate à corrupção e à criminalidade com o grau de insipiência que vivemos nestas instituições. O combate à corrupção transformou-se hoje num «chá di *kota féblé*» para muitos governos, mas, como já fora aqui dito, o combate à corrupção passa pelos mecanismos de prestação de contas. A oportunidade faz o ladrão e, a todos os níveis, todos, o Governo, a Assembleia e todos os actores, devem trabalhar numa perspectiva de inculcar a cultura de integridade. Desde aquele que rouba a seringa, o papel, a borracha até ao mais alto, devemos ser íntegros.

Hoje, enquanto Estado insular, estamos vulneráveis, lamentavelmente, importa que adoptemos um programa de combate à criminalidade, à droga e uma nova abordagem da nova criminalidade. O Sr. Primeiro-Ministro falou aqui de algum desses flagelos. É preciso formar e levarmos a uma conjugação de esforços multisectorial e uma devida assessoria para abordagem dessas questões que são profundas e complexas.

Termino pedindo ao Sr. Primeiro-Ministro, enquanto líder, importa sempre que se adopte um princípio de governação, o dever de informar. Quando hoje se falava dos barcos, eu lá no meu lugar dizia «afinal o nosso partido tinha razão». Furtaram-nos todas as informações. Inicialmente diziam que nem sequer havia negociações, que não tinha havido idas aos barcos e depois mesmo os valores que eram devidos foram escamoteados, mas a verdade é como azeite, ele tarda, mas chega e bóia e a verdade há-de boiar. Estaremos atentos a outras verdades.

Sr. Primeiro-Ministro, contamos consigo e que muito rapidamente traga outras verdades. O senhor não pode dar a quitação a outro governo sem trazer as outras verdades, se der o Senhor será cúmplice. Muita sorte e muita coragem Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Presidente**: — Ainda sobre o primeiro eixo, não sei se há Deputados que queiram fazer mais alguma intervenção.

Quero recordar a Vossa Excelência que estamos a analisar «organização do Estado e o fortalecimento da democracia». Os sub-eixos são Defesa Nacional, Justiça, Poder Local e Regional e a Reforma Administrativa

Sras. e Srs. Deputados, não sei se ainda há inscrições sobre essas questões. Agradeço aos Sr. Deputados que façam inscrição em tempo oportuno.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, gostaria de vos saudar, desejar plenos sucesso no exercício das suas funções, de igual modo saudar as Sras. e Srs. Deputados e que 2013 seja o ano de reflexão e trabalho árduo.

A Casa Parlamentar é o espaço por excelência para o debate do contraditório, buscando os amplos consensos, porque vimos cá para partilhar de forma aberta, franca e construtiva as nossas opiniões.

O Sr. Primeiro-Ministro apresentou-nos a sua visão para 18 meses, reconhecendo desde já que este tempo é bastante curto para a resolução de todos os problemas, como é óbvio. Um problema do Governo não esgota todas as questões, mas gostaria de chamar a atenção para um aspecto que foi também abordado e está claro no seu Programa que tem a ver com o poder regional e local. Sabemos que a população deve encontrar a justificação da sua existência na capacidade de dispor de meios para materialização de acções locais para o desenvolvimento dos distritos. A problemática da gestão financeira coloca sérias dificuldades na eficiência das suas acções. Em muitos casos, os recursos disponibilizados servem apenas para cobrir as despesas de funcionamento. Penso que a questão da descentralização administrativa e financeira é muito importante e o seu Programa faz de forma clara referência a isso, mas gostaria de pedir que este Governo, e em particular o Sr. Primeiro-Ministro, não considerasse o poder local e regional como filhos e outros como enteados. Num passado recente, vimos a actuação do governo em relação a essa matéria e porque sabemos o desempenho das autarquias, no nosso entender, dá uma contribuição muito valiosa para o desenvolvimento do país. Vejo aqui no Programa e gostaria de felicitar-lhe, a questão de colectas de impostos e outras receitas por parte das autarquias locais. Penso que é uma

medida louvável, mas não vejo no Programa uma preocupação que é a revisão da Lei das Finanças Locais, Lei 16/92.

Como os outros já o fizeram, gostaria de desejar sucessos e que sejam mais dialogantes, para permitir que efectivamente levemos o País a um bom porto.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. membros do Governo, Sras. e Sr. Deputados, bom dia.

É a primeira vez que tomo a palavra desde que iniciou aquilo que se chamou de crise política e também por ser a minha primeira intervenção no ano de 2013, à semelhança dos outros, gostaria de desejar a todos os presentes um bom ano de 2013, que seja um ano de paz, trabalho e de muito sucesso.

Também gostaria de fazer algumas felicitações no quadro de tudo o que se passou.

Em primeiro lugar, quero felicitar Sua Excelência o Presidente da República pela coragem, pela forma responsável e sentido de Estado com que lidou e conseguiu resolver uma crise que muitos deixaram transparecer que era o fim de São Tomé e Príncipe. Isso fez-me lembrar um grande cantor da nossa praça, Pépé Lima, quando dizia: «homem forte da Nação, homem de posição e homem de decisão». Este homem é o Dr. Manuel Pinto da Costa.

Gostaria também de felicitar Sua Excelência o Sr. Presidente da Assembleia, legalmente eleito, e felicitar também o Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco governamental. Quero dizer a Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro que, independentemente do apoio que terá aqui dos grupos parlamentares, o senhor e os demais Ministros também terão o meu apoio, mas isto não significa dizer que apoiar este Governo é ficar calado se as coisas não estiverem a correr bem, sobretudo se o Príncipe não estiver bem servido.

Em relação a esta matéria, até estou um pouco tranquilo, porque independentemente de saber que o Governo tem responsabilidade com São Tomé e Príncipe no seu todo, fico tranquilo porque o Chefe do Governo é da Região Autónoma do Príncipe e a Ministra de Negócios Estrangeiros também é da Região Autónoma do Príncipe. Muito recentemente foi Secretária de Assuntos Sociais na Região Autónoma do Príncipe, conhece de fundo os problemas sociais que o povo do Príncipe vive e estou seguro que poderei contar com Vossas Excelências para junto darmos volta a esta situação que se vive na Região Autónoma do Príncipe. Portanto, acredito que haverá muita sensibilidade por parte deste Governo que não se registava noutro governo.

Hoje estamos aqui para discutir o Programa do Governo, brevemente vamos ter que discutir o Orçamento Geral do Estado e eu gostaria aqui de pedir ao Sr. Primeiro-Ministro que, antes mesmo de elaborar o OGE, fizesse uma visita à Região Autónoma do Príncipe. É verdade que o senhor tem ido lá constantemente, mas não é como Primeiro-Ministro. Por isso, gostaria que fizesse uma visita como Primeiro-Ministro e que se fizesse acompanhar de um máximo número de Ministros possíveis. O avião que vai ao Príncipe leva no mínimo 15 pessoas. Se não for necessário, que pelo menos se fizesse acompanhar dos Ministros da Justiça, Infra-estrutura e da Saúde, no mínimo, para se inteirarem dos problemas que temos lá.

Peço também ao Sr. Primeiro-Ministro no sentido de negociar e esgotar todas as possibilidades de negociação com os representantes do povo do Príncipe, antes de atribuir o Orçamento à Região Autónoma do Príncipe, porque num passado muito recente nós assistimos a um governo que negociava um orçamento com o povo do Príncipe e na atribuição dava o outro e isto gerava muita polémica aqui. Espero não ter que vir aqui confrontar o Governo que eu apoio, por causa dessas e doutras coisas, porque eu estou num momento que tenho que provar ao povo do Príncipe que a minha política não era contra o anterior governo nem contra o anterior Primeiro-Ministro, mas a favor do bem-estar do povo que me elegeu para lhes representar, neste caso o povo da Região Autónoma do Príncipe. Sei que tenho compromisso também com São Tomé e Príncipe no seu todo e, por causa disso, enquanto faltar algo ao povo do Príncipe, terei que confrontar mesmo o Governo que eu apoio. Peço a sua indulgência neste sentido.

Bem, já que estamos a discutir o Programa por eixos, eu tenho aqui várias coisas para discutir, mas neste momento só vou poder falar da Justiça e depois voltarei para falar de outras questões. É por isso que peço ao Sr. Primeiro-Ministro que, em caso ir ao Príncipe, leve a Sra. Ministra da Justiça, porque temos alguns problemas lá ligados a Justiça. Muito recentemente, se fez um julgamento na Região Autónoma do Príncipe, mas o mesmo ficou marcado por presos que permaneceram por muito tempo aqui em São Tomé, fora do prazo normal estipulado pelas leis de prisão preventiva, porque o Governo não tinha condições de fazer deslocar os presos para serem julgados a tempo. Sua Excelência o Primeiro-Ministro, como jurista que é, sabe melhor do que eu que isso constitui flagrante violação dos direitos humanos e das leis em vigor no nosso país e para o caso do Príncipe é mais grave, porque os presos que ficam aqui estão privados de receber visitas dos seus familiares e isso também constitui uma violação dos direitos humanos. Tem que haver uma solução, mas a solução no meu entender não é só criar condições para que os presos sejam julgados a tempo. No meu entender, a solução é a construção de um estabelecimento prisional na Região Autónoma do Príncipe, de forma que as pessoas possam estar lá e ter a atenção dos seus familiares, até porque fará diminuir os custos ao próprio Estado, porque vejamos só: a pessoa comete um crime no

Príncipe, o Estado tem que pagar passagem para vir a São Tomé, o Estado tem que dar alimentação e depois tem que pagar a passagem para a pessoa ir ao Príncipe para ser julgado e, se for condenado, terá que pagar a passagem para vir a São Tomé. Portanto, poderíamos evitar esses custos se houvesse no Príncipe um centro prisional. Muitas vezes nós ouvimos dar-se desculpas de que este problema é por causa da falta de um juiz no Príncipe, mas eu quero dizer que de facto um juiz no Príncipe permanentemente faz falta, mas o problema não se resolve com isso, porque existe um processo que exige um colectivo de juizes para o julgamento e não um só juiz. Daí que a não permanência do juiz pode ser um problema, mas não é o problema total. Por isso apelo ao Sr. Primeiro-Ministro, porque eu não vi especificado neste Programa do Governo a possibilidade de o mais rapidamente se incluir a construção de um estabelecimento prisional na Região Autónoma do Príncipe.

Bom, fico por aqui porque o Programa está a ser discutido por eixos.
Muito obrigado e voltarei assim que for possível.

O Sr. **Presidente**: — Não havendo mais inscritos, talvez podemos considerar esgotadas as intervenções dos Srs. Deputados.

Gostaria de chamar atenção das Sras. e dos Srs. Deputados para poderem fazer uma síntese porque, por em média, todos os Srs. Deputados estão a falar cerca de 10 a 12 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, eu peço desculpas, se calhar o meu estado também não é o melhor, porquanto eu acabei de ser vítima de um incêndio no passado dia 1 e a minha casa ficou totalmente destruída pelo incêndio. Neste momento, algumas coisas falham e eu também queria aqui aproveitar a oportunidade para agradecer a população do Príncipe que no dia 1 de Janeiro me socorreram, foram autênticos bombeiros para ajudar a salvar o pouco que restou. É justamente por isso que eu gostaria de chamar a atenção do Sr. Primeiro-Ministro, porque o povo do Príncipe tem feito serviço de bombeiros. Não é culpa sua por o Príncipe não ter um corpo de bombeiros, mas que fizesse os possíveis para se criar um corpo de bombeiros na Região Autónoma do Príncipe, porque no momento em que me prestavam socorro, um jovem caiu e desmaiou e foi parar no hospital, certamente porque não estava preparado para esse tipo de serviço. Nós no Príncipe não temos ninguém preparado para esse tipo de serviço.

É mais ou menos isso e agradeço, mais uma vez, à população do Príncipe, os meus vizinhos e amigos que protegeram alguns bens que eu consegui recuperar.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Adelino Pires Neto.

O Sr. **Adelino Pires Neto** (MDFM/PL): — Sr. Presidente, temos uma casa com torneiras e muita água, até há água a perder. Eu gostaria de perguntar porque é que numa casa onde não vive pessoas tem torneiras abertas, deixando perder água. O que é que eu quero dizer com isso? Temos aqui não sei se é um grupo parlamentar ou o que eu posso chamar com 92 minutos. Se eles não estão presentes, não sei porque é que têm esses minutos todos. Acho que nós deveríamos distribuí-los para quem está a trabalhar. Se os vadios não estão, devíamos distribuir esse tempo para quem está a trabalhar.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Deputado. Nós íamos chegar lá, mas como deve compreender eu pessoalmente já enviei uma cábula aos Líderes Parlamentares, porque num outro momento teremos que analisar e posicionar-nos sobre o comportamento dos nossos colegas hoje. Os colegas do ADI abandonaram a Sala em dois momentos e há algumas obrigações que nós, os Deputados, temos. Não tenho toda a certeza se a assinatura do livro de ponto é suficiente para considerarmos a presença. Temos alguns deveres enquanto Deputados que é o de permanecer na Sala e participar nas votações. Inclusive assistimos a alguns comportamentos indecorosos, há Srs. Deputados que vieram mal trajados, quase de camisetas. Mas são questões que analisaremos no momento adequado.

Daí que, relativamente à observação do Sr. Deputado Pires Neto, nós estamos a deixar esgotar o tempo de cada um dos grupos parlamentares e do Governo para depois refazermos o tempo.

Aproveitando a ocasião, gostaria de, em nome de todos os Deputados, manifestar solidariedade para com o Sr. Deputado António Barros pelo sucedido com os seus bens. Estou convencido de que todos presentes, falo em nome da Assembleia, farão um gesto solidário para que o seu bem-estar possa estar à altura dos seus propósitos.

Dizia que nós esgotamos o primeiro eixo. O Sr. Deputado tinha dito que posteriormente gostaria de ter a possibilidade de fazer uma intervenção mais ampla, mas estou apenas condicionado por um pequeno problema: já são 12 horas e 17 minutos, nós iniciaremos o segundo eixo agora ou faremos agora um

intervalo, tendo em conta que o segundo eixo é o maior de todos? Portanto, gostaria de saber se podemos fazer um intervalo de 15 minutos.

Não sei se o Sr. Primeiro-Ministro, relativamente ao primeiro eixo, tem ainda alguma observação a fazer. Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, primeiramente eu gostaria de enaltecer a qualidade das intervenções havidas cá relativamente a este Programa.

Nós estamos numa dialéctica de exposição e aprendizagem e confesso que a qualidade das intervenções havidas aqui encorajam muito, mais muito mesmo o meu Governo a prosseguir na senda do diálogo e sobretudo da humildade, porque nós não sabemos tudo. A sabedoria está no povo e os Deputados são os legítimos representantes do povo.

Esse primeiro eixo do Programa foi sabiamente discutido e tomamos boas notas das sugestões que foram feitas, porque o que iremos fazer posteriormente é exactamente tendo em conta todos os contributos que foram dados aqui. Transformaremos tudo isso numa espécie de plano calendarizado de actividades que vamos desenvolver nestes 18 meses.

Estamos efectivamente preocupados com as pessoas, com os cidadãos, com a resolução dos problemas rápidos dos cidadãos, porque não é admissível que em pleno século XXI nós tenhamos efectivamente cidadãos que vivam numa pobreza extrema, que não tenham acesso nem a energia nem a água potável, não tenham acesso a uma alimentação que lhe permita uma existência condigna.

Por isso é que a solidariedade a essas reformas todas que estamos a prever aqui é em direcção a pessoas, para poder debelar os problemas mais prementes que nos afectam na nossa vida quotidiana.

Claro está que a questão da defesa foi muito bem escalpelizada aqui por alguém que tem a visão do sector, aliás a Sra. Deputada Elsa Pinto exerceu as funções de ministra de Defesa e Ordem Interna e é perfeita conhecedora da situação e o enriquecimento que fez ao Programa permitir-nos-á, portanto, melhorá-lo e sobretudo tomar em conta os aspectos mais particulares que foram aqui sublinhados.

Nós temos que reforçar a democracia e ela passa necessariamente pelas reformas que dissemos aqui, ela passa pela capacitação dos órgãos que constituem o primeiro patamar da democracia, que são os órgãos do poder local e regional, que têm problemas específicos, há uma simetria no nosso desenvolvimentos, essa simetria é fonte de defecção de conflitos e nós não estamos aqui para alimentar conflitos, mas estamos para resolver problemas. Por isso é que dissemos numa forma clara que, um, este Governo respeitará regras de competências estabelecidas nas leis e na Constituição, relativamente ao funcionamento de órgãos de poder local, estabelecerá uma cooperação com os órgãos do poder local de forma a poder ajudá-los a se consagrarem e se capacitarem para resolver os problemas específicos das populações.

Nós estamos preocupados com os problemas das lideranças e gostaríamos que fossemos entendidos nessa matéria, porque isso facilitaria imenso o trabalho do Governo. O Governo não pode estar em todos os locais. Os líderes locais terão um papel extremamente importante na mobilização do povo em função daquilo que estamos a fazer em prol do povo.

É extremamente importante que nós consigamos fazer com que as pessoas próprias saibam que cada vez que atentamos contra o ambiente estamos a postergar o futuro. Então é o que nós efectivamente vamos fazer, governar com o povo, para o povo, não com o objectivo de mostrar que somos o detentor ou que temos o monopólio da verdade, nem queremos ter o monopólio do coração deste povo, porque às vezes quando ouvimos determinados discursos inflamados, pensamos que as pessoas são donas do povo. Ninguém é dono deste povo, ninguém tem o monopólio do coração do povo. Agora uma coisa é certa: com os ensinamentos que colhemos aqui, iremos pôr toda a nossa energia e sabedoria na resolução e sabedoria do povo.

Sr. Deputado António da Região Autónoma do Príncipe, eu quero dizer-lhe que ouvi a sua mensagem. Nós iremos ao Príncipe não para fazer promessas mirabolantes nem vender sonhos, porque, parafraseando aquilo que disse o Dr. Rafael Branco, não queremos fazer as pessoas sonhar, sobretudo nós a geração da Utopia, que proclamámos a independência deste país, nós que sempre dissemos que iríamos construir com as nossas próprias mãos uma pátria renovada, não podemos continuar a «fazer ouvidos de mercador» perante a situação de pobreza extrema em que vive uma grande parte significativa da nossa população. Por isso, era mais um gesto de agradecimento propriamente com aquela consideração e dizer que estamos finalmente no caminho certo, estamos neste processo inclusive para o bem-estar de todo nós e muito obrigado pela vossa atenção.

O Sr. Presidente: — Obrigado Sr. Primeiro-Ministro.

Excelências, quero propor-vos um intervalo rigoroso de 10 a 15 minutos no máximo. Tendo em conta que o segundo eixo é o mais vasto, eu acho que depois do intervalo devíamos retomá-lo e tentar concluí-lo.

Proponho então o intervalo, mas antes disso quero anunciar o tempo restante. O MLSTP tem 14 minutos, o PCD tem 24 minutos, o Governo tem cerca de 42 minutos e qualquer coisa e o MDFM mantém os seus 5 minutos.

Já pedi aos nossos serviços para refazer o tempo, numa perspectiva de retomarmos o trabalho e irmos pelo menos até às 16 horas. Portanto, digo pelo menos porque, quer o Governo quer a Assembleia, no novo figurino, envia sinais de que quer trabalhar de facto para o nosso povo.

Então vamos fazer um intervalo de 15 minutos.

Eram 12 horas e 30 minutos.

Retomou-se a sessão às 13 horas.

Gostaria de chamar a vossa atenção, porque não é nada agradável o Presidente da Assembleia entrar na Sala e ter que esperar pelos Srs. Deputados para iniciar a sessão. Gostaria de chamar a vossa atenção para isso. Vamos retomar a sessão e, como tínhamos dito, vamos passar ao segundo eixo do Programa do Governo e gostaria de pedir aos Srs. Deputados para fazerem a inscrição. O segundo eixo é «desenvolvimento económico e promoção de bem-estar social», com uma série de sub-eixos que não vou aqui anunciar. Os Srs. Deputados têm o Programa e gostaria de pedir para fazerem a inscrição. Entretanto, gostaria de pedir os serviços para me anunciarem a distribuição do tempo. Vamos iniciar a sessão e depois anunciarei a distribuição do tempo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco, Sras. e Srs. Deputados, muito boa tarde.

Por ser a minha primeira intervenção este ano, junto a minha voz a de outros Srs. Deputados que já o fizeram, para desejar um bom ano particularmente a todo povo de São Tomé e Príncipe, ao Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco governamental, muitas prosperidades, êxitos e realizações nesta árdua tarefa que é governar e também aos colegas Deputados que também neste ano possamos produzir mais para dignificação desta Casa Parlamentar.

Sr. Presidente, não posso deixar de fazer referência a algumas questões que penso ser bastante importantes depois daquilo que tomámos conhecimento aqui através de Sua Excelência o Primeiro-Ministro, particularmente de forma pormenorizada pelo Sr. Ministro das Obras Públicas e Infra-estruturas.

Todos nós sabemos que enquanto oposição fazíamos o nosso trabalho de fiscalização governativa e chamávamos atenção do povo de São Tomé e Príncipe para a má gestão da coisa pública, para a falta de transparência e para o indício de corrupção do anterior governo, quase todos voltavam-se contra nós porque não estávamos a deixar o governo trabalhar, porque estávamos a agir de má fé e que não estávamos a fazer o nosso verdadeiro papel.

Hoje tivemos provas e o Sr. Ministro das Obras Públicas exibiu aqui um memorando de entendimento assinado entre o Governo de então e a empresa detentora dos navios que mais ninguém tinha conhecimento. E esta Assembleia pediu documentos, mas não nos foram fornecidos. Esta é mais uma prova de comportamentos não transparentes e indícios de corrupção do anterior governo que nós aqui, por várias vezes, andámos a denunciar, mas que ninguém nos dava ouvido.

Sr. Primeiro-Ministro, peço-lhe que não fique por aqui. Não era só o caso dos navios, falámos também da questão do supermercado, que é bem-vindo, é uma coisa boa, bonita, mas que carece de esclarecimentos. Não estamos contra o supermercado, mas queremos as documentações e queremos conhecer também o memorando de entendimento que foi assinado entre o governo, ou seja, entre o Estado são-tomense, e a empresa ou o grupo que detém a gestão do supermercado.

Falando do supermercado, falo também do acordo que tomamos conhecimento que o então Primeiro-Ministro assinou com o Kosovo e a Geórgia, que devem ser também do conhecimento público.

O antigo Primeiro-Ministro vinha todos os dias à televisão falar de combate à corrupção, de transparência, de boa gestão da coisa pública, mas hoje estamos a começar a provar que era tudo falar bonito para enganar este povo.

Portanto, fico muito grato pelo esforço que o Governo tem feito e espero que continuem assim para nós provarmos realmente a este povo quem fala verdade e quem anda a esconder a verdade a este povo.

Não posso também deixar de tocar num assunto que já está na praça pública. Sr. Primeiro-Ministro, eu, na condição de Deputado e fiscalizador da acção governativa, vou tocar num assunto que ontem tive a oportunidade de ler no jornal digital Téla Nón. Não vou pedir à Sra. Ministra dos Negócios Estrangeiros que venha cá esclarecer, mas vou pedir um outro comportamento, vou exigir, com o apoio do Sr. Primeiro-Ministro, um outro comportamento dignificante da Sra. Ministra dos Negócios Estrangeiros.

Li no Jornal Téla Nón que, no dia 24 de Dezembro, se não me engano, a Sra. Ministra dos Negócios Estrangeiros, por ter perdido o voo de carreira, recorreu ao fretamento do avião da África Connection para se deslocar à Região Autónoma do Príncipe, para passar o Natal com a sua família.

Se falo desta questão aqui é para chamar a atenção do Governo e fazer o Governo entender que, apesar de darmos sustentabilidade ao actual Governo, não vamos compactuar com acções pouco dignas. Da mesma forma como andamos a exigir transparência e boa gestão da coisa pública do anterior governo, vamos continuar a exigir deste Governo, porque a nossa missão é defender os interesses do povo. Por isso,

Sr. Primeiro-Ministro, vou pedir-lhe encarecidamente que faça tudo – na apresentação do Programa o senhor falou do controlo das despesas públicas – para que haja realmente este controlo e que na mesma fonte em que tivemos conhecimento ou que se tornou público essa informação, o jornal *Téla Nón*, não peço que a Sra. Ministra dê explicações, mas sim que mostre a factura de que foi a senhora que custeou as despesas do fretamento do avião e não o Governo de São Tomé e Príncipe.

É apenas isso que eu lhe peço para dar resposta às pessoas que andam a especular sobre esta questão, porque nós, os Deputados, não podemos fingir que não sabemos de nada e que não tomamos conhecimento. É só isso que eu lhe peço e muito obrigado.

Para dar continuidade à minha intervenção, falando do Programa deste Governo, os Deputados que me antecederam falaram de quase tudo, mas como jovem devo insistir na questão de habitação. Falou-se aqui de habitação, de oportunidades de empregos e que, no meu entender, enquanto jovem, devo pedir a este Governo que construa realmente habitações, mas habitações para quem realmente precisa, não habitações para aqueles que já têm, não para as classes dirigentes, mas para o povo que não tem condições de construir uma habitação, habitação realmente social para que aquele que ganha um salário ao nível médio possa ter condições de adquirir essas habitações. Eu pessoalmente sou um exemplo, fui contemplando com uma casa, daquelas de Madalena, mas tive que a devolver ao Estado, porque não tinha condições para pagar. Por isso, eu acho que este Governo deve encontrar uma forma de construir habitações, mas de forma mais acessíveis para que aqueles que realmente precisam possam ter acessos a essas habitações. O Governo deve adoptar políticas de investimento que possam gerar empregos realmente sobretudo para aqueles jovens que precisam formar família, que precisam criar base de sustento da sua família que hoje se encontra coarctada dessa possibilidade, porque não têm o primeiro emprego, não têm salário e não têm como criar e sustentar a sua família. Que o Governo dê alguma atenção a esta classe jovem que são cidadãos que têm os mesmos direitos como nós e que precisam também de viver condignamente neste país de todos nós.

Para finalizar, Sr. Presidente, para não ser muito longo na minha intervenção, o Sr. Deputado António Barros havia informado a esta Casa que lhe aconteceu um triste incidente no passado dia 1. Aproveito para apresentar a minha solidariedade, lamentar o facto, mas gostaria também de dizer a esta augusta Assembleia que, para além do Sr. Deputado António Barros, temos aqui na Sala um técnico da Assembleia que, há algumas semanas, também foi vítima da mesma situação, é o técnico Florêncio Noronha, e também aproveito para manifestar a minha solidariedade e já agora pedir ao Sr. Ministro dos Assuntos Sociais que faça algo no quadro das suas atribuições. Ao nível da Assembleia vamos ver o que poderemos fazer, enquanto Deputados, dar as nossas contribuições e chamar a sua atenção para o Sr. Florêncio e todos que são vítimas de incêndios, catástrofes e calamidades neste país.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Maria das Neves.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, eu gostaria de juntar a minha voz ao dos Srs. Deputados e Sras. Deputadas que me antecederam para, em primeiro lugar, saudar o Sr. Presidente da Assembleia, o Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco governamental, as Sras. e Srs. Deputados e desejar a todos um bom ano 2013 e que seja um ano com mais saúde, paz e com muito trabalho, é isso que o País precisa, e sobretudo com muita coesão nacional. É preciso que estejamos unidos para vencermos a pobreza, vencermos os grandes desafios que temos pela frente.

Sr. Primeiro-Ministro, quero felicitar Vossa Excelência pelo Programa que nos foi apresentado. Um Programa bastante sintético, com o essencial e elaborado e que responde também ao horizonte temporal que tem este Governo.

Sr. Primeiro-Ministro, a redução da pobreza só será uma meta a atingir se houver um crescimento económico permanente, como consequências de políticas económicas sãs que se consubstanciam numa estabilização dos principais indicadores macroeconómicos expressados numa inflação baixa e num crescimento real que seja superior ao crescimento da população. Só assim é que poderemos estar em condições de combater a pobreza.

O Governo tem de facto pouco tempo de vida, acabou de iniciar as suas funções, não nos brindou aqui com um diagnóstico da situação real em que encontrou o País, temos algumas informações, mas era preciso que num futuro próximo, certamente mesmo na apresentação do OGE, que o Governo nos dissesse qual é a situação real que encontrou a nossa economia, porque não há dúvida de que os reflexos da economias podem ser ressentidos muito mais tarde, mas podem ter também consequências muitos nefastas para o prosseguimento das acções que tem o Governo. Daí que precisávamos conhecer qual é a real situação e como é que nós podemos contribuir para a inverter.

O Governo elegeu o sector da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural como uma das suas prioridades «no combate à insegurança alimentar, na aposta no aumento de diversificação da produção, na melhoria do acesso ao mercado, na conservação e transformação dos produtos locais e consequentemente no aumento do rendimento das famílias». É em um dos três eixos para o sector e define algumas acções, tendo em conta o seu horizonte temporal. Acho que as acções propostas pelo Governo são bastante pertinentes e gostava de dar alguma contribuição nesta matéria porque, como sabe, Sr. Primeiro-Ministro, o

fenómeno das mudanças climáticas tem afectado consideravelmente quase todos os países e São Tomé e Príncipe não foge à regra, tem sentido também o impacto dessas mudanças climáticas. Hoje não sabemos quando é que começa a Gravana nem quando é que termina, já tivemos aqui sinais de secas, portanto, temos de prevenir as calamidades. Eu não vejo neste Programa acções que visem a continuação, porque isso já tem sido feito, do sistema de irrigação, de construção de reservatório de água para fazer face às calamidades, que são consequências das próprias mudanças climáticas.

Vimos umas das iniciativas que teve Sua Excelência o Sr. Presidente da República de, juntamente com os jovens, plantar árvores. Julgo que é um gesto que todos deveríamos seguir, porque hoje fala-se muito de crescimento verde e esse crescimento é um crescimento saudável, tendo em conta o ambiente. Não há dúvida de que nesses últimos tempos São Tomé e Príncipe tem sido vítima de abates indiscriminados de árvores.

O pior é muitas vezes quando se abate e não se planta, para substituir as plantas que foram abatidas. Daí que eu penso que é um gesto como pontapé de saída que foi dado ao mais alto nível e que o próprio Ministério da Agricultura e outros podiam continuar com essa iniciativa, incentivando as pessoas a plantarem as árvores como forma de proporcionarmos este crescimento verde que hoje é muito falado ao nível das instituições internacionais.

Há dois aspectos no seu Programa, Sr. Primeiro-Ministro, que eu gostaria de pedir ao Governo encarecidamente que se pudessem de facto realizar seria talvez também uma marca deste Governo, porque são questões que vêm dos governos anteriores. Julgo que desde 2004/2005 se tem falado da necessidade de realização de um recenseamento agro-pecuário, até agora aparecem quase em todos os programas de governos, mas até então nunca foi realizado. Nós necessitamos, a informação hoje não se pode, de maneira nenhuma, planificar e prever, se não estiver em estatísticas actualizadas. É necessário que se faça esse recenseamento agro-pecuário nacional.

Outra questão é o embargo que São Tomé e Príncipe sofre, imposto pela União Europeia. Nós temos um mar que até em termos de extensão é maior que a própria ilha que temos. Mar que todos dizemos que é rico em pescado e gostaríamos de promover a exportação, se nós tivéssemos de facto a capacidade de exportar os nossos produtos.

Esse embargo foi-nos imposto há muitos anos. Aparece também em todos os programas de governos o Levantamento do embargo à União Europeia, mas nunca fomos capazes de levantar esse embargo. Há pequenas condições que devem ser criadas e eu suponho que devemos fazer esforços para que se possa levantar o embargo, para que se possa começar a promover as importações.

Estamos a falar aqui da necessidade de recursos. Hoje com a crise todos os países têm problemas, é necessário que nós também comecemos a encontrar mecanismos para aumentar as nossas receitas. De acordo com os dados disponíveis, 90% das nossas receitas de investimento provêm do exterior, provêm da poupança dos outros países. Por isso, se nós pudermos fazer alguma coisa para promover a exportação, estaríamos, portanto, a contribuir para o desenvolvimento da nossa economia.

E falando ainda sobre a agricultura, há um aspecto que me escapou, está no Programa do Governo, é a questão do roubo e do furto. Sr. Primeiro-Ministro, não sei o que é que se pode fazer para combater o roubo neste país. Estamos a falar de combate à pobreza, estamos a falar de famílias que se sacrificam sem rendimento para plantarem e não conseguem colher a sua produção, porque os outros fazem o favor de antecipar, colhendo às vezes produtos verdes, deixando as famílias completamente descapitalizados. É necessário que se combata o roubo e o furto na agricultura, para que se possa de facto aumentar a exportação, aumentar a produção e incentivar a exportação e aumentar mesmo o abastecimento do nosso mercado.

Gostaria de me referir um pouco ao turismo. Eu vejo no Programa algumas acções, mas nós sabemos que São Tomé e Príncipe tem uma grande capacidade para desenvolver o turismo. Pensamos muito no petróleo, deixamos um pouco para trás o turismo, criou-se muitas expectativas nessa questão de petróleo e o turismo pode até trazer mais-valias para nós, porque o turismo provoca muita sinergia, ajuda a promover o tal emprego que nós precisamos, a reduzir as taxas do desemprego. É necessário apostar seriamente no turismo.

Eu vejo aqui algumas acções que foram propostas por este Governo, mas eu gostava de recordar que existe um plano estratégico de desenvolvimento do turismo que foi remetido ao artigo 6.º, como se diz aqui, está na gaveta e que nós deveríamos pegar neste plano estratégico do turismo, se está desactualizado, para o actualizarmos e implementar. Foi um plano elaborado com apoio do PNUD. O consultor que elaborou o nosso plano foi o mesmo que elaborou o plano estratégico de Cabo verde. Olhem como está desenvolvido o turismo em Cabo verde. Porque o plano foi implementado. O nosso não está a ser implementado.

Daí que eu gostaria de pedir ao Sr. Primeiro-Ministro, através do sector competente, que pegasse nesse documento e analisasse. Se estiver desactualizado vamos actualizá-lo e implementá-lo, porque estamos preocupados com a garantia de empregos e o turismo poderá nos ajudar a minimizar a situação do desemprego que temos no País.

Falou-se aqui da necessidade de promoção do sector privado, foi uma das questões que o Sr. Deputado Guilherme Octaviano tinha levantado, e eu vejo no Programa que o Governo fala um pouco de parceria. Gostaria também de sugerir que se promovesse a parceria público-privada. Hoje está de facto na moda a

promoção de parceria público-privada e que tem tido algum impacto muito positivo para as economias e era bom aqui também em São Tomé e Príncipe. Gostaria de sugerir a este Governo que dedicasse uma atenção a isso. Se for necessário, que se criasse mesmo uma legislação sobre parcerias público-privadas para promover e ajudar na realização dos estudos, no financiamento, nas construções, na gestão das infraestruturas. Hoje podemos muito bem aproveitar essa parceria público-privada.

Há uma questão que está na área social, mas que também tem muito a ver com a área económica e eu gostaria de levantar essa preocupação que se prende com a reforma. Nós sabemos que está definida a idade de reforma, mas temos constatado também, e porque parece-me que o diploma que aprova a idade da reforma é facultativo, que não é obrigatório e, num passado muito recente, começou-se a enviar as pessoas para casa sem prévio conhecimento. Muita gente tomou conhecimento na hora que tinha que deixar o emprego para ir-se embora para casa. Muitas mães e chefe de família, muita gente que vem reclamando porque acha que têm condições ainda para continuar a trabalhar. Enquanto na Europa se está a aumentar a idade de reforma, aqui está-se a obrigar as pessoas a irem para casa antes mesmo de atingirem essa idade de reforma.

Daí que eu gostaria de pedir a este Governo que analisasse essa questão, na perspectiva de haver justiça nessa matéria, porque estamos a falar de reforma e sabemos que a pensão é muito reduzida. O que se dá às pessoas aqui como pensão de reforma e como reforma de invalidez é uma coisa muito reduzida. Gostaria também de felicitar este governo por ter incluído essa matéria no seu Programa, no sentido de encontrar mecanismo para melhorar os níveis de pensões de velhice, sobrevivência e invalidez.

Há um compromisso que o País assumiu, vi na televisão que o País assumiu o compromisso de eliminar gradualmente o trabalho infantil. Não vejo no Programa e gostaria de pedir ao Sr. Primeiro-Ministro, porque se foi assumido ao mais alto nível, ao nível de Sua Excelência o Sr. Presidente da República, que se começasse a lidar com essa questão na perspectiva de se ir gradualmente eliminando o trabalho infantil.

É necessário dar às crianças os direitos que têm para estudarem e crescerem, terem a oportunidade e não começarem a trabalhar tão cedo como se tem generalizado em São Tomé e Príncipe. Por isso, eu gostaria de pedir a este Governo que reflectisse um pouco sobre isso e que pudesse tomar esta questão em consideração.

Por último, a questão do comércio. Eu vejo aqui na página 15 que se fala da criação de um organismo central de abastecimento de mercado. Gostaria de perguntar como é que isso será feito, que papel será reservado à Câmara do Comércio, tendo em conta que há documentos que comprovam que o Governo tem uma parceria estratégica com a Câmara do Comércio. Portanto, para que essa questão seja de facto analisada num contexto de liberalização do comércio, liberalização do preço, há um papel reservado à Câmara do Comércio de modo a não colidir nem provocar conflitualidade, mas que se possa encontrar a forma mais consensual de se lidar com esse problema.

Em linhas gerais é o que eu gostaria de dizer, felicitar de novo o Governo pelo seu Programa e manifestar toda a nossa disponibilidade, a minha particularmente, para ajudar naquilo que for necessário, porque todos somos poucos para fazer desenvolver este país.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, tal como fizeram outros, gostaria de desejar um bom ano a todos os presentes e esta saudação e desejo é extensivo a todo povo de São Tomé e Príncipe. Que o ano 2013 seja um ano de paz, de tranquilidade e de muito trabalho, para que o nosso país possa sair do marasmo em que ainda se encontra.

Sr. Primeiro-Ministro, antes de entrar no Programa, gostaria de felicitá-lo, em primeiro lugar, pela coragem e pelo espírito patriótico de ter aceitado chefiar um governo nas condições em que todos sabemos que surgiu, mas essa felicitação é extensiva também a Sua Excelência o Sr. Presidente da República. Alguém dizia que é homem de coragem, homem de carácter, mas acima disso tudo é um homem que tem alguma habilidade política e com muita experiência. Soube agir na hora certa e agiu de forma correcta e constitucional. Contrariamente a algumas acusações que lhe são dirigidas, mas costuma-se dizer que quando as pessoas lamentam e não apresentam soluções também não vale penas estarmos sempre a responder. Não se pode dizer que alguém está sentado de forma incorrecta numa cadeira, sem dizer qual é a forma correcta que ela deve assentar. Por isso, aqueles que estão sempre a bater na mesma tecla faz-me lembrar o filósofo Heraclito que dizia que o homem sábio nunca bate com a cabeça no mesmo obstáculo por duas ou mais vezes. Bate a primeira vez, mas na segunda tem que saber desviar o obstáculo. Se ele continuar a bater, deixa de ser inteligente e passa a ser besta.

O Sr. Primeiro-Ministro, na sua introdução, disse que este Governo vai trabalhar no âmbito de uma cooperação política e lealdade institucional. É exactamente isso que nós esperamos de si. Aqui foi dito que no passado apelou-se muito a esta cooperação política e lealdade institucional, ao diálogo, mas a arrogância foi o mais visto, tentando passar por cima de todos, fazendo de conta que só uma pessoa pensa, sabe e é inteligente dentre os 180 000 são-tomenses. Mas o surgimento deste Governo advém de um acto político, que é uma moção de censura que foi aprovada contra o anterior governo. E nesta moção de

censura vinha alguns pontos, algumas questões tendentes que precisam de ser esclarecidas. Embora o Governo tenha caído, nós precisamos de explicar à Nação quais são as verdades dos factos. Por isso é que eu esperava no seu discurso um breve historial, como alguém dizia aqui, do estado da Nação.

Já que não p fez hoje, se calhar irá fazê-lo aquando da aprovação do OGE.

Acrescentou dizendo, aquando do pedido de esclarecimento, que os dossiês fundamentais não foram entregues pelo anterior governo. Isso é gravíssimo. Se existem dossiês do Estado, negócios do Estado e esses documentos desapareceram, aí há um sector que tem que entrar no campo, o Ministério Público e a Polícia. Isso é trabalho da Polícia e naturalmente do Ministério Público para mandar investigar. Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, do nosso lado, pode contar com toda colaboração, mas nós não vamos ficar sossegados se não tivermos todos os elementos para esclarecer todas as questões que mencionámos na moção de censura. O Povo tem que saber tudo quanto nós pedimos para ser esclarecido na moção de censura.

O seu Programa é um programa fácil de entender, muito sintetizado, com coisas claras e precisas. Eu até acho que deve ser mesmo assim, porque mais do que aquilo que está escrito, alguém dizia aqui que a aprovação de programas do Governo já se torna um pouco fastidioso, quase que as pessoas já não a valorizam tanto. Em 22 anos a caminho de 23 já aprovámos cerca de 15 programas. Portanto, cerca de um ano e meio por programa. E daí que eu valorizo mais as acções. Se o anterior governo tinha um programa muito lindo, alguém dizia relativamente ao sector privado que as coisas não estão bem claras no seu Programa, mas disse que não está explícito, mas está implícito, mas no anterior o que estava inscrito aqui era: «...incentivar o Governo e apoiar iniciativas empresariais das comunidades em São Tomé e Príncipe, prestando particular atenção à melhoria e clarificação dos incentivos dentro de uma política global e coerente de promoção dos investimentos». Está inscrito, mas o que é que vimos durante esses dois anos e meio? O que vimos foi promoção de perseguição ao sector privado, promoção de falência ao sector privado nacional. Por isso, as acções aqui contam. Aquilo que nós registamos não tem nada a ver com aquilo que está inscrito no programa do anterior governo. Tudo ao contrário.

Relativamente à questão do petróleo, Sr. Primeiro-Ministro, eu vejo no Programa algumas acções, mas não vejo uma questão muito importante que é a forma como o Governo irá avaliar e clarificar os compromissos assumidos no sector petrolífero. É necessário avaliar e clarificar essa questão de muitos contratos, alguns deles foram assinados na Zona Económica Exclusiva que gerou uma séria de confusões na cabeça de muitos cidadãos e que é necessário esclarecer.

Empreendedorismo juvenil, não sei o Governo diz que vai incentivar, vai promover, mas em que moldes? Por isso também foi uma questão que criou muito barulho ao nível da Assembleia com o governo anterior. É preciso explicar qual é a modalidade que o Governo vai implementar nesta questão de promoção do empreendedorismo juvenil.

Nós temos um problema de escassez de água, gravíssimo. A produção com pequenas intervenções não tem dado resultados satisfatórios. É necessário que o Governo nos diga qual vai ser a sua filosofia para que haja maior produção de água para abastecimento a toda população de São Tomé e Príncipe.

Falando do género, cultura, pesca e desenvolvimento rural, naturalmente que todas as políticas que aqui estão escritas vão ao encontro do desenvolvimento rural, mas há uma questão que é muito importante ter em conta. As pessoas podem produzir, ter mais rendimento, mas se onde elas trabalham não tem todas outras condições de uma vida saudável, elas regressam à cidade. É por isso que há um êxodo rural altíssimo em São Tomé, sobretudo na capital.

É necessário tentar requalificar as infra-estruturas ainda existentes em algumas empresas agrícolas. De certeza que requalificando algumas delas nós criaremos condições melhores para que as pessoas se sintam à vontade e satisfeitas para viver nas empresas agrícolas e algumas pessoas se calhar regressarão. Nós temos o caso da empresa Agostinho Neto. Todos os governos têm sempre um projecto para Agostinho Neto, mas cada dia que passa está a degradar-se. Casas lindas, hospital, se calhar, mais bonito que temos em São Tomé, mas nenhum aproveitamento está a se fazer dessas infra-estruturas. Existem mais outras, em Vista Alegre, em Ubua Budo, em Diogo Vaz, em Colónia e em muitas outras. Portanto, se nós tivermos uma política de requalificar essas infra-estruturas, de certeza absoluta que vamos fazer um desenvolvimento rural mais saudável.

Quanto à questão do turismo que alguém levantava cá, eu não conheço a tal carta ou plano, mas deixe-me dizer-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, que quando falamos do turismo temos que ver todos os sectores conexos. É o turismo que salta à vista logo que se fala. Para além de prestação de serviços, são os hotéis e as praias. As nossas praias não convidam ninguém para um turismo saudável.

Temos que requalificar as nossas praias, dar um tratamento saudável. Por exemplo, no fim do ano estavam para cima de 5 a 10 000 pessoas nas praias. E eu pergunto: quando essas pessoas sentissem a necessidade fisiológica, iam para onde? Para lá mesmo?

Risos totais.

Isso é turismo saudável!? Isso é um turismo poluente, que pode pôr em causa a saúde das pessoas. São necessárias coisas pequenas. Requalificar as praias, construir um balneário público, ainda que se pague. Coisas pequenas e que têm impactos para a vida nacional e também para os turistas. Qualquer turista não

vai banhar numa praia onde não há uma casa de banho nem um chuveiro para que depois de banhar ele possa tirar a salina.

Também nós temos falado um pouco do sector de Transportes. É necessário dinamizar essa questão de transportes, sobretudo terrestre. Queremos falar do turismo e quando voltamos para os nossos táxis, um turista pode vir e não tem que alugar um Jeep, ele pode apanhar um táxi. Mas onde é que temos o táxi? Onde é que estão os nossos táxis para um turista? É preciso incentivar, trabalhar e promover com os turistas ou com a Associação de taxistas, para criar melhores condições para os nossos taxistas e táxis. Os carros todos quase obsoletos, alguns deles sem faróis, outros que andam com depósitos de combustível ao lado do estofa à vizinhança da mudança, para controlar a quantidade de combustível que vai gastando. Isto não dignifica um país que quer promover o turismo. Direi, nós podemos ter várias espécies de táxis. Há táxis próprios que se pode implementar para os turistas, mas temos que dar atenção aos nossos táxis que também têm estado a labutar connosco dia-a-dia.

Relativamente à questão de casas sociais, eu acho que não está em causa o problema de as pessoas não pagarem as casas. Os governos têm sido impotentes para cobrarem as casas. O último até fez uma lista com as dívidas e publicou, como se fosse o povo a cobrar essas dívidas às pessoas. O Governo é que tem instrumentos para fazer com que as pessoas paguem as casas. O mas grave ainda é quando 90% ou mais das pessoas que foram beneficiadas com essas casas são funcionários públicos. Então, o Governo paga salário a uma pessoa e não tem como descontar para pagar a casa que ele próprio concedeu? É uma impotência, é preciso nós começarmos a agir. Se as pessoas que são funcionárias públicas pedem dinheiro emprestado ao banco, porque é que não pagam a casa? Ora, o desconto directo. As pessoas têm o seu salário, estabelece-se um acordo, vai-se descontando 1, 2 ou 3 milhões, em função dos salários que as pessoas usufruem e faz-se o desconto directo, para não estarmos a dizer que as pessoas não têm vontade de pagar. Claro! Há pessoas que ganham 4 ou 5 milhões, elas saem por vontade própria para pagar 1 ou 2 milhões ao Estado? Não, elas não vão fazer isso! Mas se o Estado estabelecer isso como regra e se fizer o desconto directo, elas não terão como, porque já fica descontado. E é nessa estratégia que eu acho que deveríamos construir mais e muito mais casas, mas de forma muito bem enquadrada. Não é construir por construir. Eu acho que nós temos bairros que têm que ser requalificados.

Se tivermos que construir casas sociais bonitas, bem acabadas, porque também tem o problema de acabamento, temos o exemplo das casas sociais do Campo de Milho, convenhamos! Eu costumo visitar algumas, aquelas não são casas. Fizeram quatro paredes com algumas portas e entregaram às pessoas. Aquelas não são casas. O acabamento é péssimo! E se quisermos fazer as coisas como devem ser, então temos que encontrar locais para fazer nova urbanização. O País está a precisar de urbanização feita com cabeça, tronco e membros.

Mesmo na política de distribuição de terras é preciso dizer às pessoas «vamos distribuir terrenos, mas as casas que vão ser construídas aqui têm que ter uma tipologia “Y”». E toda a gente tem de cumprir! Nós vemos casas com três andares ao lado de uma de rés-do-chão. A pessoa está no seu quarto lá em cima a ver o quintal do outro e toda a sua privacidade, porque ninguém respeita o que são os alçados. O próprio Estado tem-se mostrado impotente. Há uma fiscalização, há a DOPU – está cá o director a assistir –, que devia acompanhar. As fachadas têm que ser normalmente uniformizadas. Muros de vedação, uns com paredes de muro, uns com zínco, outros ainda com plantas, etc. Isso não devia ser assim! Temos que encontrar uma forma de dizer «não, pára, aquilo que foi o passado tudo bem, mas agora temos que encontrar uma forma de fazer as coisas como devem ser».

Eu conheci alguém que acabou por desistir de construir um anexo, porque alguém veio construir dois prédios ao lado dele. Ele sentiu-se diminuído. Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, como eu disse de início, o meu partido e o meu grupo parlamentar estão totalmente disponíveis para colaborar, pode contar connosco, mas não se esqueça de fazer aquilo que nós dissemos por várias vezes «não deixe que as coisas apodreçam depois para vir nos dizer que se esqueceu». É na hora que se dizem as coisas que senhor tem que fazer, porque se só o fizer em discursos, seremos obrigados a promover um debate sobre o estado da Nação e aí o Governo vai ter que trazer as coisas que nós pedimos. E há outras medidas que têm que ser tomadas depois de este Programa ser aprovado. Há alguns sectores que devem ser mexidos. Não vale a pena estarmos aqui com a questão de inclusão. Inclusão, sim senhor, deve incluir-se todos, mas há que haver uma estratégia. O Governo tem que ter uma estratégia. Aqueles que perturbam ou que criam dificuldades ao Governo, meus senhores, que não querem colaborar, vão para outro lado.

Muito obrigado.

Aplausos.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Deputado e Líder Parlamentar do PCD. Eu não tinha anunciado o tempo, mas porque há tendência de se falar muito, isso até é positivo, acho que foi em boa altura que tomamos a decisão de promover a continuação do debate amanhã. O MLSTP tinha 52 minutos, o Governo tem 80, o PCD tinha 36 minutos, agora diz-me a Sra. Secretária que só 3 minutos. O Sr. Deputado Delfim Neves e o Sr. Deputado Gil Costa quase que «comeram» o tempo todo. O MDFM tem 9 minutos. Vamos continuar, Srs. Deputados. O MLSTP/PSD tem 37 minutos, isso na perspectiva de terminarmos às 16 horas. Se decidirmos continuar, voltaremos a fazer o tempo.

Portanto, o Sr. Deputado António Barros tem a palavra, por favor.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, neste segundo eixo do Programa do Governo despertou a minha atenção o sistema de Saúde. Na página 16, 2.10 diz «Um sistema de Saúde mais eficiente e de melhor qualidade. De facto, é necessário que haja mais eficiência no sistema de Saúde, porque nós vivemos, infelizmente, dois anos e meio com um sistema, digamos, deficientíssimo, e isso não pode continuar. Gosto muito de falar da Região Autónoma do Príncipe, o Círculo Eleitoral onde fui eleito. Quero chamar aqui a atenção deste Governo no que toca à evacuação de casos graves nessa Região. Num passado muito recente e não só, já aconteceram casos em que as pessoas só não morreram porque Santo António do Príncipe as protegeu. Não é normal que no hospital do Príncipe ficamos com doentes em estado crítico, a administração do Centro Hospitalar faz contacto para um voo de urgência ou de emergência – porque são diferentes tipos de voos – para evacuação e já houve casos em que esse voo só aconteceu 3 ou 4 dias depois, e com muita pressão. Portanto, é necessário que haja um sector preparado para atender a essas situações, porque não pode continuar assim. Há um caso em que se faz contactos e não se obtém respostas. Outras pessoas, pelo facto de terem um ministro amigo e terem acesso a falar com esse ministro, ligam dizendo: «Sr. Ministro, passa-se assim, assim, assim, ...», mas muitas vezes esse Ministro nem fica no País e esta forma não funciona, põe em causa a vida das pessoas.

Há coisas que não vale a pena falar. Tivemos casos mais tristes. Eu já assisti uma senhora ficar no aeroporto do Príncipe, numa maca, em estado de coma e regressar para o hospital no mesmo estado, porque foi ao aeroporto e não conseguiu vir naquele voo. São coisas tristes que não podem continuar.

Bem, uma outra questão neste segundo eixo tem a ver com infra-estruturas, ambiente e Recursos Naturais. Aqui mesmo em cima, na página 17, no segundo parágrafo diz: «Organizar o sistema de transportes e telecomunicações de forma a reduzir o custo da dupla insularidade». Suponho eu que, ao falar da dupla insularidade, o Príncipe é, sem dúvida, a região que padece muito com esse problema, associado à descontinuidade geográfica. Ao falar da redução desses custos, eu sou obrigado a retomar uma política que já tinha iniciado há muito tempo, no que toca à subvenção das passagens aéreas. Portanto, no orçamento passado foi criado e ficou dotado uma rubrica com o objectivo de subvencionar a passagem para os residentes do Príncipe, porque o anterior governo, em vez de executar o orçamento que saiu da Assembleia Nacional, executou o orçamento que tinha apresentado à Assembleia e essas coisas ficaram por fazer. O que nós ouvimos depois foi o Sr. Ministro das Finanças ir à televisão dizer que não transferiu a verba para a subvenção das passagens, porque não houve financiamento, uma explicação que não me convenceu e vou aproveitar a oportunidade aqui para dizer ao povo do Príncipe que se não se subvencionou essas passagens não foi por falta de financiamento, mas sim por falta de vontade política, porque era um governo que nunca foi sensível às causas e ao sofrimento do povo da Região Autónoma do Príncipe.

Portanto, do Príncipe para São Tomé são 35 minutos de voo e se nós compararmos o preço em função da distância para Angola, Libreville, Cabo Verde, está-se a pagar uma fortuna para ir ao Príncipe e lá as pessoas não têm condições. Viver no Príncipe e ter que viajar para São Tomé não é um luxo, é uma grande necessidade. Portanto, algumas coisas têm-me falhado, compreenderão que eu não estou no meu melhor depois de tudo o que me aconteceu.

Mesmo agora ia falar alguma coisa que já me falhou, mesmo relacionada com essa questão. Ah, agora já me lembrei! Essa questão da subvenção das passagens, para quem seguiu atentamente, dentre as várias reclamações que estavam no texto da Moção de Censura, também estava. E eu entendo que se no texto da Moção de Censura, que derrubou o XIV Governo Constitucional estava a questão de subvenção das passagens, isso quer dizer que este Governo tem que resolver, porque esse problema foi um dos problemas que originou a queda do outro governo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pires Neto.

O Sr. **Adelino Pires Neto** (MDFM/PL): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco, Sras. e Srs. Deputados, muito boa tarde.

Antes de iniciar a minha intervenção, também vou fazer o mesmo que os outros, queria saudar a todos e desejar que em 2013 possamos ir com mais velocidade, não com *leve-leve*, e desejar força e coragem para todos aqueles que são elementos do Estado e que têm que trabalhar para o Estado, para servir o povo são-tomense e para todo o povo lá da minha zona «*bom zu ano*». Eles, de certeza já me responderam «*ano miolado cuma ichi*».

Também queria saudar ao Sr. Presidente da República pelo seu discurso do fim do ano. Para nós esse discurso foi um discurso de homem do Estado e em poucas palavras posso dizer que foi mesmo espectacular. Sempre que o Presidente fala à Nação nessa dimensão toda gente sabe que para nós os são-tomenses, as nossas mães e avós, consideramos aquela pessoa como «*papelu fina. É xê ni ké sá quá plicisu.*»

Sr. Presidente da Assembleia, nós temos um novo governo graças à coragem que teve o Sr. Primeiro-Ministro de assumir essa responsabilidade, que temos que louvar. Todos sabemos a causa, mas também

há uma coisa, Sr. Presidente. Confesso-lhe que tenho muita vontade de conhecer Deus, quero ir para o céu, mas para isso é preciso muito trabalho. Não posso aceitar uma pessoa que é elemento do Estado, que tem que servir o Estado e mostrar ao povo aquilo que ele é, depois de ter abandonado a Sala, como estamos a ver, e ainda neste momento ter na sua posse o transporte do Estado. Ouvi que os serviços da Assembleia Nacional ainda dão combustível. Não sei se é verdade. Meus senhores, onde é que estamos?

Sr. Presidente, por aquilo que eu vi aqui, não lhe posso dar ordens, mas quero dizer-lhe uma coisa: junto aos serviços, mande uma nota aos Srs. Deputados que não estão em funções que têm viaturas do Estado, da Assembleia, – porque ora estão em greve, ora não, não querem trabalhar – que metam as viaturas no parque da Assembleia, por favor!

Aplausos.

E outra coisa, Sr. Presidente, não sei se eles já o reconheceram como Presidente da Assembleia Nacional. Quando tiverem que fazer cartas a pedir o passaporte diplomático, terão que enviar junto uma outra carta a dizer: «Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia e pedir desculpas. Só então o senhor poderá autorizar o pedido, porque eles têm que lhe reconhecer como Presidente.

Aplausos.

Em seguida, Sr. Primeiro-Ministro, não quero falar muito do seu Programa, porque muitos aqui já o fizeram, mas vou dizer-lhe uma coisa no nosso crioulo «tenson sá missa, xintido sá vangéli». É uma expressão religiosa, com sentido bíblico e eu o aconselho a trabalhar com isso.

Risos.

E o lema que aconselho ao Governo é «Falar menos e fazer mais» e, para isso, contem connosco.

Sr. Primeiro-Ministro, enquanto os senhores entravam nesta Sala, senti-me bem satisfeito em ver jovens hoje com capacidade de assegurar o exercício da governação, mas também devia ter adultos para assegurar um bocado...

Risos.

...mas depois fiquei um pouco triste ao ouvi-lo proferir o seu discurso e o Sr. Ministro das Infra-estruturas, quando veio explicar algumas coisas que nós não podemos deixar passar. Sou como os outros Deputados, não vou sossegar enquanto o senhor não disser tudo o que aconteceu. Só com este bocado que ouvi quero confessar-lhes uma coisa: alguém disse que o ex-Primeiro-Ministro Patrice Trovoada «faltou com a verdade». Sinceramente, eu não costumo utilizar esta expressão. O Sr. Patrice Trovoada é mentiroso. Grande mentiroso.

Risos.

Mentiu-nos durante todo esse tempo. Pedimos de joelhos que ele nos explicasse o que estava no alto mar. Eu já sabia que o barco é maior do que um campo de futebol, porque alguns pescadores me disseram «vapô cu sá aí sá maxi tamé do quê campo bola!». Eu já sabia! Agora deixo uma pergunta que os senhores têm a obrigação de responder: onde é que está esse dinheiro? Sim, a receita do barco, onde é que está? Os senhores podem não querer responder, porque é coisa do Estado, mas nem tudo do Estado aqui está escondido. Temos que saber onde está esse dinheiro. Temos que saber!

O estado em que todos os actuais Ministros encontraram os gabinetes e os ministérios. Querem esconder porque é assunto do Estado, quem saiu é primo, tio, não dá para falar sobre isso, mas, meus senhores, não devem esconder nada! Os senhores deviam chamar a televisão para filmar aquilo e pôr ao público para verem que um homem que se dava ao luxo e andava muito arrumado, afinal tinha a sua «casa suja». Não concordo que isso passe despercebido!

Portanto, meus senhores, qualquer um de nós que cá está, quando começou a crescer, caiu muitas vezes e sempre se levantou, nunca ficou no chão. Este é o primeiro governo que caiu neste país? Já caíram vários governos, mas os outros que caíram tinham educação caseira, esperavam os seus substitutos, passavam a pasta e iam-se embora. Era isso que o Governo cessante devia fazer. Agora fazer todo aquele aparato que vimos? Meus senhores, vou ficar por aqui e mudar de assunto.

Falando do trabalho dos vossos ministérios, os senhores têm que ter muito cuidado, porque têm lá gente muito perigosa, já não é oposição, são inimigos. Agora em São Tomé costuma-se dizer: «nomigo sá gumbá, a pô tlabá, dá campo fogo, xtleno dá son só é cá dá uê». É muito perigoso!

Portanto, todos aqueles que estão do vosso lado, que não querem colaborar, que desafiam o Ministro, que não querem mostrar os documentos, meus amigos, não tenham receio, os senhores hoje estão lá, amanhã estarão fora. Devemos fazer isso para mostrar ao povo que não houve assalto ao poder.

Começaram a abandalhar o poder, queriam matar a democracia e nós assumimos defender a democracia e juntamente com o Governo temos que dar provas ao povo.

Aplausos.

Eu já disse que «*nomigo sá gumbá*». Também digo que «*tudu plocô manjoca, non pô pê quá ni lixi, muda chitu, é cá cobô manjoca cu inhe*». Eles escavam mesmo o chão para tirar a mandioca com as unhas. Em nenhum lado onde haja possibilidade de dinheiro, esses senhores podem estar, porque eles «comem».

Risos.

Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, já todos falaram do Programa e eu quero dizer-lhe que o senhor fez um bom trabalho. Aqui em São Tomé costuma-se dizer «*minda daua sa minda muchingi*». O senhor tem pouco tempo, como sabemos e sabemos também que não vai conseguir cumprir a 100%, mas tem que estabelecer prioridades, cumprir tudo com transparência e os Ministros têm que encontrar algum tempo e ter o espírito de falar com pessoas, porque às vezes são boas notícias que vêm de fora e que poderão servir para os vossos ministérios e, portanto, é bom ter aquela relação humana.

Os Srs. Ministros são jovens, precisam de tempo para gozar os seus feriados e fins-de-semana, mas pelo menos peguem nas vossas esposas, namoradas ou amigos e vão passear, quem sabe, até Santa Catarina ou outro lugar e conviver com aquele povo, porque eles também os ajudarão a governar, retratando os problemas das suas localidades, e assim os Ministros já poderão fazer algo pela população daquelas localidades.

Vou dirigir-me agora ao Sr. Ministro da Saúde. Uma vez aqui eu disse à ex-Ministra que a Saúde só estava no seu Ministério. O senhor neste momento tem que tirar a Saúde do Ministério e espalhá-la por todo São Tomé e Príncipe, um pouco para toda gente, quer dizer, em todos os hospitais e mesmo nos *funca-funcas*. Tudo o que o senhor puder fazer pela saúde, por favor faça, porque com saúde pode-se ir à cama com fome, mas sem saúde, mesmo comendo, podemos morrer.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rafael Branco.

O Sr. **Rafael Branco** (MLSTP/PSD): — Muito obrigado Sr. Presidente.

Muito brevemente, neste segmento, eu queria sublinhar a importância, para São Tomé e Príncipe e para os nossos projectos de desenvolvimento, da necessidade de garantir a estabilidade do acordo que temos com Portugal, que garante a estabilidade da nossa moeda.

Se hoje temos a inflação que temos, infelizmente é superior àquilo que se tinha anunciado, mas mesmo assim é graças a esse acordo e apesar das explicações que foram dadas ultimamente, nós sabemos que houve um tempo em que esse acordo esteve em situação bastante crítica. Agora, eu entendo também que o nosso debate aqui é um debate entre nós e o Governo e haverá coisas que teremos que debater entre nós mesmo, porque podemos identificar o problema e as respostas não serem iguais. Quero referir-me ao domínio do Turismo. Sr. Primeiro-Ministro, acho que um dos méritos deste Programa que não aparece claramente à vista é o casamento virtuoso, quanto a mim, que o senhor faz entre o presente e o futuro. Há aqui algumas acções que estão inscritas nesses eixos que são fundamentais para o último capítulo do seu Programa, que é «preparar o futuro». Vejo isso a propósito do turismo e a propósito do nosso património das roças. Acho que as nossas roças são grande património turístico e penso que deveríamos encontrar forma de estabelecer parcerias público/privadas que permitissem que essas casas fossem um segmento importante do nosso turismo. Isso é consensual, toda gente acredita que o nosso turismo não é só um turismo de sol e praia, é também turismo de natureza cultural e essas casas são patrimónios extremamente importantes. Por razões que têm a ver connosco mesmos, legislação ultrapassada, muitas dessas casas estão a deteriorar-se e ninguém faz nada. Mas creio que as parcerias público-privadas nesse sentido, envolvendo nacionais em parceria também com estrangeiros, ajudariam a recuperar todo esse património e colocá-lo ao desenvolvimento do nosso turismo.

E depois como dizem que o mundo é uma bola, dá voltas, foi o seu governo – que eu tenha conhecimento – que deu o primeiro passo, o passo decisivo para a construção do porto de águas profundas. Passaram-se todos estes anos, são os meus votos que o senhor seja o Primeiro-Ministro que vai dar novo arranque à construção desse porto. E aí faço novamente a ligação entre o passado e o futuro. Sem esse porto, o que o senhor anuncia no seu Programa, no Capítulo V, será muito difícil. Quem diz porto diz aeroporto e aí quero chamar a atenção, no Programa fala de «concluir o processo de intervenção no Aeroporto Internacional». É muito importante, mas também é muito importante melhorarmos a oferta dos voos entre as ilhas e entre as ilhas e o continente, porque eu não acredito que este Estado, por muito tempo, possa manter os subsídios para as ligações entre São Tomé e Príncipe. Vai-se ter o problema de critério, de justiça mesmo, mas isso pode-se resolver com aviões com maior capacidade, que possam levar mais pessoas e que possam diminuir o custo das passagens. Eu acho que o nosso trabalho deve ir nesse sentido e os nossos parceiros verão em que medida poderemos ter um avião maior e com voos muito mais

frequentes para a ilha do Príncipe. Assim estaremos em condições de diminuir os custos das passagens e só subsidiar aqueles que efectivamente estiverem muito necessitados desse subsídio, senão o próprio Estado. E isso vem a propósito também das parcerias público-privadas que se falou cá. Eu creio que foi a Sra. Vice-Presidente da Assembleia que falou da necessidade de termos umas leis, porque hoje há muitos países que estão na bancarrota por causa das parcerias público-privadas. Portanto, temos que ser muito criteriosos e ter um quadro minimamente regulador que oriente isso, senão cada um faz a parceria que quer, consoante as suas conveniências e depois somos nós todos que sofremos.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Deputado Rafael Branco.

Tem a palavra a Sra. Deputada Filomena Monteiro, para uma intervenção.

A Sra. **Filomena Monteiro** (MLSTP/PSD): — Obrigada Sr. Presidente, muito boa tarde Sr. Primeiro-Ministro e seu Elenco Governamental, muito boa tarde Sras. e Srs. Deputados. Primeiramente gostaria de desejar-vos bom ano 2013 e sucessos nesta tarefa árdua que têm pela frente, e para os colegas, de igual forma.

Tomo a palavra sobretudo no que diz respeito à Saúde. Alguns Srs. Deputados que me antecederam já falaram de muitos aspectos que são vividos no Ministério da Saúde e gostaria de frisar alguns aspectos que eu acho que no Programa que temos em mãos, talvez por compreensão minha, não está muito bem clarificado.

Temos numa das alíneas «Luta contra doenças, promoção, protecção e prestação de cuidados de Saúde». Claro que essas actividades são actividades que nós à partida iremos implementar e são actividades que nós fazemos, mas para isso temos que ter todos os meios possíveis. Uma das alíneas que eu acho que deveria estar especificada neste Programa do Governo é a garantia de aquisição e disponibilidade de medicamentos. Vamos lutar contra as doenças, temos duas áreas, como é do conhecimento de todos, área preventiva e área curativa, mas temos que ter uma linha específica na aquisição e disponibilidade de medicamentos, porque o Estado deve garantir a saúde da população. Nestes últimos dias, para não dizer ano, temos vindo a confrontar-nos com a situação de ruptura de stock, porque não houve uma política por parte do governo anterior de forma regular, como se vinha fazendo, para abastecer os nossos centros de saúde e hospitais.

Por um lado, alguém já falou da evacuação sanitária, e evacuação sanitária não pode ser só internamente, só ao nível do País, mas tem-se que tomar em consideração também as pessoas que não vão para o exterior, porque nós neste momento não temos os meios de diagnóstico de forma cabal para resolvermos todos os problemas aqui. Portanto, tem-se que tomar em consideração todos estes aspectos.

Por outro lado, no Programa do Governo, vejo «Implementação da política do plano de recursos humanos da Saúde. Eu gostaria que ao se implementar essa política se tivesse em conta as vertentes de carreiras a todos os níveis de formação e capacitação no Orçamento Geral do Estado.

Sr. Primeiro-Ministro, nós devíamos adoptar uma política de prevenção e controlo de qualidade de produtos médicos, porque sabemos e ouvimos rumor de que há medicamentos que entram, mas que no fundo não são medicamentos, são feitos com matabala, etc. Portanto acho que devíamos tomar medidas para fazer face a essas situações. Sabemos que o tempo que o Governo dispõe é curto, porque embora sintetizado sabemos que o tempo é pouco, mas há coisas que nós podemos ainda fazer neste período de 18 meses.

No capítulo da Segurança e Protecção Social, sabemos como é em São Tomé, fazem distribuição de cabazes, fazem distribuição de valores para as mães carenciadas e nós congratulamo-nos com isso, mas há um grupo de crianças que são desprovidas desses apoios. Falo de crianças órfãs e temo-las espalhadas por todos os distritos do País. Por vezes são as tias, os tios ou os avôs a educar, mas essas pessoas não estão inscritas e não recebem nenhum tipo de apoio. Enquanto temos uma mãe carenciada, mas que o pai está por aí, há crianças órfãs que já perderam o pai ou a mãe ou ambos, mas não recebem nenhum apoio.

Portanto, vejo aqui para «desenvolver acções conducentes à melhoria de níveis de pensões de velhice e sobrevivência». Que não se esqueçam desse grupo alvo, que são as crianças órfãs. Portanto, é um exercício que se tem que fazer ao nível dos distritos, junto à Câmaras, portanto, aquilo que o Governo, as ONG puderem fazer, e que nós os são-tomenses que temos um pouco mais para dar. Então, é um grupo que nós também pretendemos da parte social dar um apoio.

São estes aspectos que eu queria aqui realçar.

Muito obrigada.

O Sr. **Presidente**: — Obrigada Sra. Deputada pela sua intervenção.

Sr. Primeiro-Ministro, na lista que temos sobre a Mesa já não há Deputados inscritos, daí que gostaria de saber se Vossa Excelência tem considerações a fazer.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo**: — Muito obrigado Sr. Presidente. Como disse Vossa Excelência, este segundo eixo do Programa do Governo é mais extenso, envolve uma série de subitens e as diferentes intervenções que tiveram lugar cá revelam a importância daquilo que nos propusemos realizar. Eu diria que das intervenções iniciais nós adoptamos uma conduta um estilo, — os Srs. Deputados dir-me-ão se estão de acordo ou não — nós quisemos, sob o timbre da não polémização a congregação de todos os são-tomenses para debelar os efeitos da crise, mas não esconder. Optamos por não mostrar, não revelar, não no sentido de ocultação, porque jamais ocultarei ao povo, a quem eu jurei servir com toda a lealdade e dedicação, aquilo que o possa prejudicar. Apenas, nesta fase em que estamos à procura da congregação de todos os são-tomenses, para atingirmos os objectivos comuns, nós tínhamos decidido não polemizar, não obstante os ataques que nos são desferidos todos os dias nos meios de comunicação social, e com mentiras. E a mentira tem pernas curtas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque a infâmia que consistiu em dizer que a Sra. Ministra dos Negócios Estrangeiros foi ao Príncipe de avião fretado por ela e pago pelo Governo é uma mentira grosseira e algumas pessoas deviam ter vergonha. Já é tempo de pormos termo a esse tipo de coisas. Como o povo deve saber e sobretudo os parlamentares e representantes do povo, vamos dizer exactamente o que é que se passou e quero ver com que caras vão ficar os arquitectos da mentira, que não ousam utilizar todos os meios para fazer crer o povo que são realmente amigos do povo, mesmo que tenham de recorrer a actos que são completamente falaciosos e falsos.

A Sra. Ministra ia ao Príncipe, mas antes, logo de manhã, eu recebi um embaixador e a Sra. Ministra estava presente, no quadro das acções que temos que fazer, empreender e mobilizar para em fim conseguirmos meios para resolver os problemas do povo.

A aeronave da STP-AIRWYS, que deveria partir, teve indicações de que a Sra. Ministra estava a terminar essa audiência. Era uma coisa, se calhar, de mais de 15 minutos ou meia hora, mas foi deliberadamente tomada a decisão de deixar a Sra. Ministra em terra, num gesto de manifesta a má vontade. Eu tenho a carta da empresa que vai exactamente nesse sentido. Temos um crédito em termos de horas de voo, 27 ou 30 horas, pois como os senhores sabem o avião é da Air Connection e o Estado são-tomense paga para tais ligações entre São Tomé e Príncipe e, portanto, a direcção da empresa decidiu fazer mais um voo para levar a Sra. Ministra ao Príncipe. Está nesta carta e eu posso colocá-la à disposição dos Srs. Deputados. O Estado são-tomense não pagou nem um tostão e a Sra. Ministra não fretou avião nenhum. É indigno da pessoa que diz isso com o sentido de denegrir.

Srs. Deputados, eu não quero entrar em polémicas histerias, quero respeitar o povo e quero dar explicações, mas não quero perder tempo com manobras diversionistas que não têm outro fim senão fazer-nos perder tempo para não fazermos coisas sérias, para dizerem que somos incapazes.

Portanto, fica aqui o esclarecimento de que não houve nenhum avião alugado para a Sra. Ministra dos Negócios Estrangeiros, para a transportar ao Príncipe, que tivesse custado qualquer um cêntimo aos cofres do Estado.

Compreendemos e temos estados a tolerar. Iremos tolerar e não deixaremos periclitare os salgues, não estaremos distraídos quanto à incitação à violência, não deixaremos o País, volto a dizer, soçobrar no caos, no anunciado caos, ouviremos toda agente, mas faremos exactamente aquilo que devemos fazer para preservar o Estado, a calma, a paz e a tranquilidade. E disto que ninguém tenha dúvidas que, nos marcos da lei, seremos firmes, de forma a podermos cumprir a missão que nos é incumbida por vias de Vossas Excelências, representantes do povo, porque não há nenhuma inconstitucionalidade nem nenhuma ilegalidade. A Assembleia Nacional é efectivamente uma Assembleia Nacional com plena legitimidade e a moção de censura foi votada, não foi a primeira vez e, se calhar, não será a última. Foi votada e se os estudiosos da coisa constitucional se dessem ao trabalho de ver convenientemente a lei sobre esses aspectos, ter-se-iam percebido que estavam elaborando em erro, na medida em que se havia alguma coisa ou alguma questão que deviam ter colocado, era aqui dentro. Não tendo colocado, pronto. Os ausentes têm sempre culpa. Os ausentes não têm razão.

Assumimos isto não porque estávamos à espera. Não estávamos à espera de nada. Nós que vivemos cá, que sempre trabalhamos em prol deste povo, nós que não utilizamos este povo para os nossos benefícios pessoais e que morreremos cá, decidimos dar satisfação ao vosso apelo para que chegássemos ao fim da legislatura e que um novo ciclo da forma de se fazer política se instalasse neste país. É isso efectivamente que sabiamente Vossas Excelências chamam de patriotismo. Somos um grupo de patriotas decididos a inverter a situação. Será difícil, porque não há dinheiro, mas faremos o estado da Nação e nada ocultaremos.

Pagamos os salários do período do fim do ano e o subsídio do Natal. Fizemo-lo com respeito pelas pessoas que trabalham, fizemo-lo com algum sacrifício, na medida em que não havia dinheiro. Não havia e não há dinheiro. Disseram-nos, «nós avisamos». Os «vendedores de sonhos» dizem «nós avisamos que não havia dinheiro», mas então porque é que diziam às pessoas que saíam para buscar dinheiro? Srs. Deputados, eu não saí de São Tomé e Príncipe toda hora no avião, subir e descer, porque estou a ir buscar dinheiro nenhum, porque o Estado tem regras, o endividamento do Estado é controlado, ninguém tem o direito de estar a endividar o Estado como muito bem entende. É preciso a gestão regada da coisa pública, é preciso contenção nas despesas públicas e o exemplo deve partir de nós. Desmistifiquemos tudo

isso. Fazer miséria com dinheiro do outro não dignifica. Fazer política de braços estendidos, não dignifica. Sejam os pobres, humildes, mas com dignidade.

Aplausos gerais.

Srs. Deputados, faremos o estado da Nação e teremos muito gosto em fazê-lo, mas sem inventar coisas que não correspondem à verdade, porque temos o sentido de Estado. Nós nos propusemos dignificar este Estado, nos propusemos contribuir para que o nosso país tenha uma boa imagem e que, à semelhança de Cabo Verde e de outros países da lusofonia, possamos andar com a nossa cara erguida sem dar o triste espectáculo burlesco de que vamos buscar dinheiro para poder fazer seja o que for. Estou convencido de que, se fizermos uma boa política interna e se criarmos um ambiente de negócio para que as pessoas venham aqui em São Tomé e Príncipe negociar connosco, porque temos vantagens comparativas, porque temos uma posição geoestratégica que atrai, não meu negócio como Primeiro-Ministro, não negócio dos Srs. Ministros que integram o meu Governo, mas um negócio da coisa pública, porque eu não terei negócios, enquanto estiver a gerir a coisa pública, enquanto merecer a vossa confiança eu não terei negócios, nem os meus Ministros o terão. E desde já quero anunciar-vos que decidimos fazer a declaração dos nossos bens e gostaria que os Srs. Deputados registassem esse nosso compromisso, porque estamos verdadeiramente empenhados em fazer uma gestão transparente da coisa pública, porque para ser mulher de César, é preciso dar a César.

Vamos saber quem é quem neste país. Vamos saber enfim como é que isso tudo se arquitecta e como é que isso tudo funciona. Não temos qualquer receio.

Peço apenas aos Srs. Deputados, naquilo que ouviram, naquilo que contribuíram com o vosso saber para melhorar, que sejam exigentes para connosco. Sabemos, tenho plena confiança na equipa que formamos, essa equipa que decidiu virar uma nova página na forma de fazer política, que os resultados estarão à vista. Não estou a prometer resultados estrondosos em matéria económica, mas estou a dizer que é possível que os nossos operadores económicos sintam que eles têm o apoio do Estado para poderem fazer coisas que vão no sentido de dar a este país outro fôlego económico. É possível mobilizar-se fundos limpos para que a nossa economia possa conhecer dias melhores, para que o cidadão são-tomense ou o operador económico são-tomense sinta que não é excluído, e eis a razão de dizermos que queremos uma política de inclusão. Vamos utilizar os mecanismos económicos, vamos utilizá-lo através da fiscalidade. Não uma fiscalidade para poder arrebentar com as pessoas, mas vamos, no quadro das relações que temos com os nossos parceiros, mormente as instituições de *Bretton Woods*, Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, procurando cumprir as metas alcançadas, sem arranjar artimanhas para poder fazer crer as pessoas que estamos em *ranking* que muitas das vezes não correspondem à verdade, pois estamos nessa vida política há algum tempo e sabemos como é que isso funciona.

Aquilo que for bem feito seremos os primeiros a reconhecer aqui, mas não vamos dizer coisas que não podemos fazer, não vamos com megalomania criar situações mirabolantes. Vamos com os nossos próprios meios mobilizar a nossa população para que ela assuma os seus destinos e estamos dispostos a trabalhar para o bem-estar deste país e deste povo.

A solidariedade é uma palavra extremamente importante. A questão das passagens, melhor dizendo, dos subsídios que se dá, da subvenção, que é a melhor expressão para que os concidadãos que são vítima da descontinuidade territorial e geográfica possam comprar o bilhete de passagem a um preço mais barato. Vamos também pensar de acordo àquilo que disse o Sr. Deputado Joaquim Rafael Branco, estudar uma forma de se poder resolver esse problema.

Não pode ser um eterno recomeçar, e um dos nossos grandes males é o eterno recomeçar. Temos que encontrar vias e meios para poder resolver os problemas, mas pelo menos os que preocupam as nossas populações.

É possível e nós podemos, com humildade, com o conhecimento da realidade, com ida para os distritos, ter com o povo para saber exactamente quais são as suas angústias de todos os dias, de ir para cama sem poder ver uma novela, sem sequer ouvir o telejornal, não saber o que se passa aqui no nosso país, porque a TVS não chega a Malanza, porque a população de Santa Catarina não ouve a Rádio Nacional. Há coisas que temos que resolver e é isto que nos impera a não regatear esforços para que possamos fazer isso com toda a energia. A falta de medicamentos é um problema. Quando chegamos, fizemos um apelo de emergência ao Instituto Vale Flor, porque corríamos o risco de não ter anti-palúdico, mormente quinino, sobretudo no corredor de Micoló e noutras bolsas, onde o paludismo ainda nos faz frente. Uma batalha de sucessivos governos, uma batalha que vimos travando e logrando êxitos, de uma forma séria e em parceria com os nossos parceiros de desenvolvimento, para deixarmos de ter ou pelo menos controlar esse flagelo que constitui o paludismo. De maneira nenhuma podemos recuar. De um momento para outro descobrimos que não havia quinino em São Tomé e Príncipe, o que podia pôr em risco as conquistas já alcançadas. Felizmente chegou o barco. Sabe-se que somos fortemente dependentes do exterior e a greve nos portos de Portugal fez com que houvesse reflexos e que houvesse processos negativos logo e de imediato aqui em São Tomé e Príncipe, na exportação de produtos como cacau e na importação de tudo em quanto necessitamos para o nosso dia-a-dia.

Não podemos descurar esse problema de medicamentos, no só resolvê-lo. Há aqui um acordo que foi assinado e pelos vistos não tem dado os seus frutos e temos que resolver esse problema, para saber exactamente como é que vamos manter o País com os medicamentos essenciais. Não há medicamentos para a tuberculose e sabemos que se houver recrudescência da tuberculose aqui em São Tomé e Príncipe os efeitos serão muito mais devastadores, catastróficos. Portanto, o Governo tomou conhecimento dessa falta de medicamentos ao nível da tuberculose. Vamos ter informações mais exactas sobre alguns dossiers que consideramos como sendo dossiers estruturantes, essenciais para o nosso devir correctivo. Há o dossier do porto em águas profundas. Ninguém me entregou dossier nenhum, não o vi. É possível que esteja algures. Eu não tenho visto nenhum dossier, mas vamos desenterrá-lo lá onde ele estiver. Vamos saber, porque isto não é só um problema de ética política, é mais do que isto. É que somos detentores de cargos públicos e quando abandonamos os cargos públicos, devemos transmitir os dossiers do Estado. Tenhamos a ira ou as birras que tivermos, mas isso não nos desresponsabiliza, pelo facto de não termos lidado com a coisa pública como deve ser. Pode-se dizer que aquilo realmente revela um sentido de Estado um pouco anacrónico. Porque não é possível. Mas, Srs. Deputados, não haverá dossiers ocultos e eu não avocarei dossiers nenhuns aos Srs. Ministros, porque os Srs. Ministros não são meus comissários. São Ministros da República e são chefes da administração do Governo que eu tenho a coordenação. Não tenho a veleidade de avocar as questões segundo os meus interesses. Não há e não terei interesse nenhum. Os processos, consoantes a sua natureza, irão parar aos ministérios e serão discutidos com os técnicos, valorizar-se-á os técnicos, e eles terão as suas responsabilidades, e é para isto que o Estado os paga, de forma que as decisões devem ser tomadas criteriosamente como sucede em Estados de direito democrático.

Eu também estou preocupado com a questão do acordo com Portugal relativamente à ancoragem monetária. Como nós todos sabemos, a ancoragem monetária conferiu à dobra alguma estabilidade, um conforto sobretudo, porque vimos que em relação ao euro já há algum tempo que não há oscilação. É uma boa coisa, mas é preciso que tenhamos a consciência de que se não respeitarmos o acordo que esteve na base dessa ancoragem monetária, o nosso parceiro, neste caso Portugal, dirá que não é possível nós continuarmos, e veremos os efeitos.

Vamos estar atentos à questão do branqueamento de capitais, não só para respeitarmos os desideratos que estão contidos na Lei de Branqueamentos de Capitais, sobretudo é preciso sabermos donde é que sai tanto dinheiro que entra no circuito financeiro, em condições inexplicáveis. Temos elementos da entrada de dinheiro, cuja origem não sabemos, para o nosso sistema monetário. Entendemos que o nosso Estado não pode correr o risco de ser um narco-Estado. Temos que ter o controlo do nosso Território e por isso é que isso está de uma forma firme, e também não haverá acordos ocultos. Matérias sensíveis serão matérias sensíveis, mas não há nenhum acordo que a representação nacional não possa saber. Pelo menos comigo, não. Não há nenhum acordo que vincule o Estado são-tomense que a representação nacional não possa saber.

É por isso é que teremos todo o gosto, em matéria de política externa, de trazer para Vossas Excelências questões de interesse nacional e, no nosso sentido de Estado, até o chefe da oposição participa nessas questões. Há coisas que ele deve estar informado, porque se estamos a pensar num país onde a alternância é um processo perfeitamente normal e não dá azo a agitação nem a turbulência, quem está na oposição hoje, estará no poder amanhã. Em matéria da política externa e em matéria da defesa nacional e segurança, o País connosco falará uma só voz. Portanto, não haverá cacofonia perturbadora da estabilidade institucional, não haverá conflitos desnecessários e nem espectáculos burlescos que fazem com que o Estado fique nas ruas da amargura. Desprenderemos todas as nossas energias para permitir que se resgate a imagem do Estado, de um Estado sério que funcione de forma transparente e virado para o cidadão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente:** — Obrigado Sr. Primeiro-Ministro. Srs. Deputados, estamos num bom caminho. Tínhamos propostos trabalhar hoje até às 16 horas. Temos ainda três eixos e, pela exposição, os conteúdos do documento são pequeno, daí que gostaria de propor ao Srs. Deputados que continuássemos a trabalhar no sentido de ver se podemos concluir ainda a apreciação do Programa hoje. Se estiverem de acordo e caso os Srs. Ministros e o Sr. Primeiro-Ministro também estejam disponíveis, daremos continuidade e abriremos agora o eixo sobre a «formação e valorização dos recursos humanos» e deixarem os últimos dois eixos para apreciação em conjunto, ou seja, «a política externa» e «preparar o futuro».

Portanto, Srs. e Sras. Deputadas, «formação e valorização dos recursos humanos», contendo Educação, Emprego, Formação Profissional e Relações do Trabalho, Comunicação Social e Direito a Informação, Juventude e Desporto, XIV Jogo da Lusofonia e, por último, a Cultura.

Tem a palavra o Sr. Deputado Albertino Bragança.

O Sr. **Albertino Bragança** (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Membros do Governo, Srs. Deputados, boa tarde.

Sr. Presidente, estou aqui desde a manhã retido por uma arreliadora indisposição e só esta tarde conseguiu libertar-me quase desse incómodo.

Houve aqui sectores muito afins e de manhã não pude sequer me pronunciar, mas agora que me sinto mais bem-disposto gostaria de cumprimentar o Governo.

Falou-se aqui muito de patriotismo e de facto esta é uma palavra bem empregada aqui, porque se tratou mesmo de patriotismo e este Governo é o reflexo dessa chama de patriotismo que felizmente não se extingue em alguns de nós.

Queria, por isso, saudar o Sr. Primeiro-Ministro e o Governo e, tal como já foi dito aqui, ouvi muitos bons discursos, boas intervenções e reputados conselhos. Quero dizer-lhe que estamos sempre disponíveis para ter uma ligação umbilical com este Governo que saiu desta crise que já foi aqui muito propalada.

Sr. Primeiro-Ministro, vamos falar agora da Educação, de Juventude, de Desporto. Eu queria dizer-lhe que a Educação é uma área que me é afim, como sabem, e vejo aqui no Programa referências muito importantes sobre a implementação da carreira docente, que é algo que nunca se conseguiu. Esta é uma luta que se vem travando e se o senhor for capaz de concretizar eu creio que entrará no pódio dos primeiros-ministros e o Sr. Ministro entrará no pódio dos ministros da Educação, aliás onde já estive.

Falou-se também, no Programa, de «dignificação dos recursos humanos, adopção de política que visam qualificar os professores», mas há algo que não se falou de forma explícita, porque no Programa eu vejo ausência de uma referência explícita à qualidade do ensino.

Sinto-me à vontade para falar disso e muito satisfeito e confiante, na medida em que temos como Ministro alguém que já foi Ministro da Educação e que tem uma boa comutação no sector. É um homem de diálogo e que tem estado presente em todos os fóruns importantes da Educação deste país. Nós tivemos o último Fórum da Educação que foi uma realização muito importante da Educação e, neste aspecto, gostaria de aconselhar este Governo a dar uma atenção especial às recomendações do Fórum Nacional da Educação. Repetir, foi uma grande realização em que nós tivemos o prazer de colaborar.

Refiro-me à qualidade de ensino porque de facto o ensino está sem qualidade. Quero chamar a atenção do Sr. Primeiro-Ministro, porque nós não nos devemos contentar com o alcance dos Objectivos do Milénio, fazendo isso ao arrepio e contra a qualidade. Seria importante que atingíssemos os Objectivos do Milénio, do desenvolvimento, mas isso não pode ser feito à revelia da qualidade. Hoje ouve-se dizer, por exemplo, que uma criança de 3ª, 4ª classe não sabe escrever o seu nome. E é algo que atemoriza. Mete medo, porque se não sabe escrever o seu nome, na 4ª classe, vai aprendê-lo quando? E se a questão fosse só não saber escrever o nome, estaríamos um tanto ou quanto garantidos. Mas a questão esvai-se, propaga-se e é um aspecto que eu chamo atenção do Governo e nesse aspecto sei também que tem a audiência do Sr. Ministro da Educação, no sentido de nos atermos a esta questão da qualidade, com muita atenção.

Outra questão a que teremos que dar muita atenção é a de apoio ao ensino superior e aí temos que alargar a rede, primar pela qualidade como condição essencial, para que os nossos alunos possam prosseguir os estudos no País, diminuindo o fluxo daqueles que demandam o ensino superior no exterior. É uma tarefa de vulto, mas somos capazes de ir concretizando. É certo que o Governo tem 18, 19 meses, não irá fazer tudo, mas pelo menos devemos focar a nossa atenção nessas questões que são, quanto a mim, vitais para o futuro da Educação.

Ainda em relação à qualidade, queria chamar atenção para algo que quem está ligado à Educação sabe. Nós tivemos, há pouco tempo, algumas provas de avaliação orientadas pelos professores aos alunos de outras escolas e o Sr. Ministro da Educação sabe que foi uma catástrofe. Quando as provas são orientadas pelos professores da mesma escola, há como que solidariedade. Ultimamente, tentou-se fazer com que as provas fossem orientadas pelos professores de outras escolas, pessoas desconhecidas, e os resultados foram catastróficos. Essas provas deram sinal do que sabíamos existir, que «algo vai mal no reino da Dinamarca», com situações e dizeres.

Em relação ao Desporto há aí uma expressão que eu não percebi. Fala-se aqui na página 20 de «elevação de actuais níveis de profissionalização» e assim gostaria de ser esclarecido a que profissionalização se refere, em que domínio e a que nível se refere essa profissionalização.

São essas as preocupações, Sr. Primeiro-Ministro, e se for necessário voltarei à Tribuna para conversar com a Vossa Excelência e digníssimos membros deste Governo.

Sr. Presidente, é só para esclarecer e aclarar uma coisa. As provas a que me refiro anteriormente eram de aferição.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, estou aqui a fazer a gestão do tempo que alguns grupos parlamentares não têm. Como dizem os economistas, estou a «receber dinheiro sem ter mercadoria para vender». Neste momento, pedi aos serviços que me fizessem nova distribuição de mais uma hora e por isso é que deixei o Sr. Deputado falar para além do tempo que o PCD tinha, porque o PCD tinha 3 minutos e 65 segundos. Permitti-lhe falar um pouco mais, porque sei que o PCD vai ter mais tempo. Daí que peço a vossa compreensão neste sentido.

Tem a palavra o Sr. Deputado Adllander Matos.

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, como não podia deixar de ser, também gostaria de associar-me aos demais Deputados que me antecederam, desejar a este Governo e a Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro muito sucesso e um bom ano aos meus colegas Deputados e Deputadas e que esse ano seja efectivamente de muito trabalho e de realizações.

Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro da Educação, como podiam prever, venho tecer as minhas considerações no domínio da Educação. O Sr. Deputado Albertino Bragança esvaziou parte da minha intervenção, mas gostaria de tocar em alguns pontos, como no que tange à implementação do Estatuto da Carreira Docente.

Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro da Educação, vi com muita satisfação que o Governo pretende, durante a sua vigência, implementar o Estatuto da Carreira Docente. Está pronto há muito tempo e também há muito tempo não se consegue implementá-lo. Sr. Primeiro-Ministro, espero que isso não fique só no papel. No meu entender e no meu ponto de vista, seria bom que no Orçamento de 2013 que Sua Excelência irá apresentar a esta augusta Assembleia pudesse já constar medidas orçamentais para a implementação desse Estatuto. Espero bem que sim, porque nós não podemos continuar a ver, na classe docente, professores com mais de 30 anos equiparados a professores de 1, 2 e 3 anos.

Sr. Primeiro-Ministro e Sr. Ministro da Educação, também gostaria de tecer as minhas considerações no que tange também ao ensino superior. Creio que deve estar bem definido o tipo de ensino superior que se pretende para o País, um ensino superior de qualidade e de nível internacional. Há necessidade de se diminuir efectivamente as despesas com o envio de estudantes para o exterior, para formação em áreas que já temos no País.

Sr. Primeiro-Ministro, existem algumas questões que certamente deveram encontrar respostas por parte deste Governo no que se refere ao ensino superior, como por exemplo: quantos são, quem são, onde estão, como estão os quadros formados no País, em que área o País ainda deve formar quadros e em que área o País ainda não tem quadros formados. Garantir a inspecção e a avaliação das instituições do ensino superior, quer privadas quer estatais, procurando respostas para as questões como: quais são as instituições do ensino superior no País, como estão, o que estão a fazer, como estão a fazer e que tipo de apoio precisarão do Estado são-tomense.

Sr. Primeiro-Ministro, são algumas questões para as quais urgem encontrar respostas e o senhor tem a tutela do Ministério da Educação, é um decano da casa, um homem com suficiente experiência e que saberá, com a ajuda de recursos à sua disposição, encontrar respostas a estas e outras questões.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, recapitulando, o MLSTP/PSD tem 41 minutos, o PCD tem 11 minutos, o Deputado do MDFM/PL tem 3 minutos e o Governo tem 75 minutos. Inclui já a nossa redistribuição.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, é a primeira intervenção que faço para abordagem do Programa do Governo e, antes da comunicação final, vou antecipar aqui um reconhecimento do espírito patriótico que moveu Vossa Excelência e todos os membros de Governo a participarem neste desafio de 1 ano e 6 meses.

Estaria a ser lacónico se aqui também não trouxesse, e isto em primeiro lugar, reconhecimento da sapiência e do sentido de Estado que Sua Excelência o Sr. Presidente da República teve na condução desse processo.

Relativamente à Educação, Sr. Primeiro-Ministro e Sr. Ministro da Educação, eu gostaria de fazer aqui algumas referências que me parecem muito importantes e que não vêm contempladas neste Programa.

Daqui vejo com ênfase importante à formação de professores, mas eu gostaria que o nosso sistema não descursasse, em momento nenhum, a oportunidade de, nesta dinâmica de formação de professores para garantir a qualidade, que os gestores da Educação, estou-me a referir aos inspectores e metodólogos, sejam devidamente equacionados nessa perspectiva, sob pena de termos uma Educação, sim, professores formados, mas sem agentes que controlam e que acompanham diariamente o funcionamento do sistema e desses mesmos professores.

Vejo aqui referência à Carta Política Educativa, visão 2022 e eu gostaria aqui de partilhar com Vossas Excelências um sentimento de realismo. Eu estive no Fórum e sei que uma das perspectivas que temos e que foi traçada para a Educação é que em 2016, salvo erro, o 9.º ano seja obrigatório. É mais ou menos nessa perspectiva. Quero confessar, muito honestamente, que olhei para aquilo com algum cepticismo e hoje esse meu cepticismo é mais elevado ainda, porque no meu ponto de vista, se fizermos ênfase na formação de professores e metodólogos do Ministério da Educação, de uma forma geral, e conseguirmos ter uma rede saudável, entre aspas, de escola para o ensino obrigatório que temos já na nossa Lei até 6.ª classe e se formos capazes de garantir outras condições indispensáveis para o funcionamento e garantia deste ensino obrigatório, acho que estaríamos a dar um contributo significativo, sustentado e realista para aquilo que são os imperativos nacionais e as condições que realmente temos para fazer essas coisas todas. Eu não estou a ver-nos com capacidade para um ensino obrigatório até o 9.º ano. Abade Joaquim Porto

Alegre e outras zonas teriam que ter condições de acessos e outras para essa garantia do ensino obrigatório a este nível. É um desafio!

Sr. Ministro, uma coisa importante é a estatística da Educação. Isto é um elemento que me parece indispensável e tem sido, no meu ponto de vista, fatal para a clarificação dos pontos em que está o sistema, para onde é que nós queremos ir e o que é que já fizemos.

Eu não quero tirar muito tempo aos meus camaradas de Grupo, por isso vou entrar noutra sector que é a Juventude.

Sr. Ministro da Juventude e Desporto, olhei aqui para o Programa e parece-me ter havido um equívoco. Se não, explicará melhor. Nós temos aqui na página 20, no penúltimo parágrafo: «Relativamente ao desporto e criação do ambiente para a saúde física e psicológica, as políticas a prosseguir serão centradas na elevação dos actuais níveis de profissionalização». Estou a entender que seja, digamos, uma questão transversal para todo o sector da Juventude e Desporto. Depois vem «garantia de funcionalidade dos mecanismos de participação cívica e o espaço de opinião, incluindo o exercício pleno dos seus direitos». Penso que aqui não será especificamente para o Desporto. «Criação de um ambiente de relação institucional que promova a oportunidade de emprego a partir da orientação e apoio às iniciativas privadas e à própria instrumentalização dos mecanismos de transferências e absorção da tecnologia». Penso que aqui também não é uma referência ao Desporto. Penso não ser, mas o Sr. Ministro depois esclarecerá.

Já que eu estou neste sector da Juventude, gostaria de dar um conselho que pode ser retido e por este Governo e isso tinha iniciado consigo, Sr. Primeiro-Ministro, e na altura eu era Ministro da Juventude. Tínhamos lançado incubadora juvenil. Penso que era das coisas mais importantes para o empreendedorismo juvenil. Ainda nesta Legislatura, no governo anterior, convidámos o senhor Secretário de Estado da Juventude, para partilhar com ele algumas ideias sobre a incubadora juvenil e esse projecto está lá nos recursos humanos. Está lá! Não conheço passos concretos dados relativamente a isso, mas parece que é uma oportunidade que pode ser aproveitada caso acharem pertinente.

Sobre os jogos da lusofonia, eu penso, e estou a sentir, porque vejo aqui escrito que há uma subvenção deste Governo para a realização desses jogos.

Sr. Primeiro-Ministro, é a primeira vez que vi isso. Faz poucos meses que eu ia tendo um ataque de risos. Para mim se perfilou como uma das maiores anedotas do século XXI. Eu não conheço nenhum país do mundo que queira vender a sua imagem, que pense em, num espaço temporal de uma ano e meio, realizar jogos da lusofonia com a dimensão e as implicações que nós todos ou muitos de nós conhecemos.

Sr. Primeiro-Ministro, a realização dos jogos da lusofonia significa ter aqui no País não menos de seiscentas pessoas, aproximadamente. Estou a falar de atletas, jornalistas, de pessoas que vêm para assistirem os jogos e de tudo isso. Agora, é preciso respondermos às seguintes questões: Como albergar as pessoas que vêm? Quais são as competências técnicas em termos de quadros que temos para acompanhar tecnicamente a realização desses jogos? Vou para aquilo que me parece ser mais importante ainda. Quais são as infra-estruturas desportivas à altura desses jogos? Em que modalidades vamos competir? E quando respondermos a essa pergunta sobre que modalidades vamos competir, então teremos que dizer assim: São Tomé e Príncipe, no mínimo, terá que ter uma medalha de bronze. Isto é uma questão de dignidade. Se fosse um festival, organizaríamos aqui o festival, batíamos palmas e dançávamos, mas isso não é um festival de dança. Independentemente de serem jogos de amizade, são jogos de competição desportiva saudável. Temos condições para isso? Se eu fosse o lançador da ideia, a primeira coisa que faria é o seguinte: perguntaria ao Governo, numa perspectiva daqui há 8 anos, podemos começar a criar bases para a realização dos jogos da lusofonia? Ia aos técnicos e as federações: «meus caros, temos condições técnicas para preparar atletas para daqui há 8, 6 ou, no mínimo, 4 anos, participarem em diversas modalidades desportivas? E para isso há uma questão de fundo estruturante e mais importante, não há nenhum país que faça jogos da lusofonia sem ter o desporto escolar que seja minimamente organizado. É lá onde se vai buscar valores, constantes testes de eficiência física.

Eu gostaria de pedir ao Sr. Primeiro-Ministro que relançasse uma discussão interna e técnica sobre a oportunidade do desporto. Acho que ficaremos a ganhar mais se conseguirmos tomar uma posição mais realista em função das condições correctas daquilo que será esses jogos da lusofonia.

Eu tenho um assunto sobre a comunicação. Não vou dizer muitas coisas também, penso que o essencial parece que está aqui no Programa do Governo que faz referencia a «necessidade de melhoria das condições de infra-estruturas, equipamentos e formação do pessoal». Gostaria de pedir encarecidamente ao Governo que fizesse revisão do Estatuto das Rádios Privadas e que fosse revista a Lei de Imprensa. Os estatutos que temos foram aprovados na altura em que fui ministro da Comunicação Social.

O governo anterior teve uma tendência de excluir toda gente, todos partidos, todas forças políticas e todas as opiniões que contrariassem a sua posição. Vou parafrasear o Sr. Ministro da Agricultura que disse que o ADI transformou a Televisão em sua casa, no quarto do seu poder. Em vez de transformar a Televisão no quarto poder, transformou-a no quarto do seu poder. De facto isso não dignifica e não dignificou a nossa democracia. Isso foi uma das coisas pequeninas que nos fez despertar as outras e que levou à queda daquele governo. Acho que a comunicação social deve estar aberta para todas as opiniões. Deve estar aberta aos partidos com acento parlamentar e, mais, quando eu sugeri a necessidade de revisão da Lei de Imprensa, era para permitir que mesmo esses partidos que não têm acento parlamentar possam

ter um espaço para dizer alguma coisa. Vamos regulamentar e vamos criar oportunidades para isso. Eu digo isso porque somos democratas e digo-o, porque ninguém tem direito de pensar que é o dono de todas a verdade. Os outros também têm a verdade!

Sobre a Comunicação Social, eu não quero tirar mais tempo e vou pedir uma e última coisa, também é a nossa responsabilidade, que o Governo leve até às últimas consequências a forma catastrófica como a gestão da TVS, única Televisão pública foi feita. Pior do que isso só na era medieval.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa. Recordo ao Sr. Deputado Gil que a seu Grupo Parlamentar tem apenas 11 minutos.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Sr. Presidente, vou ser breve.

Primeiramente, gostaria de agradecer Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro, pela explicação que deu cá, não só a mim, mas ao povo de São Tomé e Príncipe sobre a questão do afretamento do avião, porque se coloquei esta questão aqui é porque não era apenas uma preocupação minha. Como outrora eu era um dos Deputados que caía muito em cima do governo, logo que essa questão veio à tona, — há um sítio, onde costumo estar para aprender e onde se discute muito a política, que é a Residencial Avenida — começaram a cair sobre mim: «êpá, vocês andaram a criticar o outro governo e agora este Governo...». Foi com este propósito que eu levantei a questão, para que ficasse esclarecida e que não restasse dúvida, porque também confio e acredito no seu rigor.

Sra. Ministra, está esclarecida a questão, não tinha nada contra si.

Falando um pouco desse terceiro eixo, a questão da comunicação social, Sr. Primeiro-Ministro, não podia deixar felicitar-lhe por ter dito que irá despartidarizar a Comunicação Social. Entranhou-me ver o Secretário-geral do ADI criticar a comunicação social, aparecendo na comunicação social, para dizer que estavam a ser censurados, quando antes nós mesmos aqui éramos impedidos de criticar a comunicação social, porque o Ministro de tutela não aparecia. O Grupo Parlamentar que sustentava o governo abandonava a Sala, para inviabilizar o debate, para que nós não tivéssemos o direito à palavra, ou poder exercer o nosso direito de informar o povo.

Quero dizer ainda que a não existência de um Ministério de Comunicação Social, no anterior governo imperou muitas acções, porque fui Director de Gabinete do Ministro de Comunicação Social, aquando do Governo do Dr. Rafael Branco e estavam em curso algumas acções que deixaram de existir pelo facto de não existir um ministério da Comunicação Social. Nem houve passagem de pasta e não sabíamos onde é que os dossiers foram parar. Tínhamos feito uma visita de Trabalho a Portugal, eu pessoalmente chefei a delegação em substituição do Ministro. Fizemos vários contactos, eu e a Dra. Eugénia Alamão, com a SIC, com a TVI, com a Agência Lusa, quase todos os órgãos de Comunicação Social de Portugal, para criarmos parceria, mas que depois não teve seguimento, porque não houve a passagem de pasta e nem houve o ministério de Comunicação Social. Espero que com este Governo haja esse enquadramento e que essas pessoas que têm algum conhecimento na matéria sejam chamadas para poderem colaborar, para dar realmente um novo rosto à nossa comunicação social.

Relativamente a juventude e desporto, não quero aqui felicitar o Governo por aparecer no Programa a implementação de Lei de Mecenato, irei felicitar depois de ser implementado, mas é verdade que é uma situação preocupante. Como dirigente desportivo, antigo presidente do clube, hoje o meu clube está na segunda divisão, é com muita tristeza que vejo hoje Santana Futebol Clube na 2.ª Divisão, porque não temos uma política no País que possa permitir patrocínios aos clubes, que possa permitir a sobrevivências e a sustentabilidade dos clubes. Poucas são as pessoas e pouco são os empresários que patrocinam os clubes, porque não têm contrapartida e o nosso desporto, particularmente o nosso futebol, está cada vez pior por falta de investimento. Por isso, acredito e espero que a Lei de Mecenato venha realmente a ser implementado para voltar a dinamizar o nosso desporto, particularmente o futebol.

Como tenho pouco tempo não vou ser mais longo e muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, em relação a este terceiro eixo, eu vou ser rápido.

Página 20, ponto 3.3 «Comunicação Social e o Direito a Informação». Apenas para lembrar que infelizmente o povo do Príncipe não goza do direito a informação, porque temos vários problemas com os sinais de rádio e televisão. O pouco que ainda se assiste é graças ao esforço do Sr. Teodoro, responsável da CST, que tem feito um grande esforço. Quero aqui aproveitar a oportunidade para lhe agradecer por tudo o que tem feito. É um problema que eu já havia reclamado aqui, quando o anterior governo nos apresentou aqui uma proposta de taxa, ficamos sem saber se era taxar ou cobrar impostos. Na altura dissemos ao governo que não precisava de autorizações para taxar, se calhar se fosse para impostos sim. Na altura já tinha chamado atenção, não perdi tempo, que se podia taxar a de televisão e de rádio em São Tomé, mas que no Príncipe ninguém iria pagar por um serviço de que não beneficia.

Sua Excelência Sr. Primeiro-Ministro, registei uma frase sua há bem pouco tempo em que dizia: «...angústia de ir para a cama sem ouvir notícias...» e, na linha do seu pensamento, eu vou avançar um pouco com coisas que até podem não ser muito relevantes, mas que de alguma forma fazem parte da vida. Angústia dos amantes das telenovelas, quando a telenovela termina num capítulo ou numa parte muito boa, que a pessoa quer seguir no dia seguinte e a TVS vai abaixo, também é um sofrimento. Angústia dos amantes do desporto. No próximo dia 13, se não me engano, vem aí um Benfica/Porto, ou Porto/Benfica. Não sei quem vai receber, mas a única coisa de que tenho certeza é que o Benfica vai vencer. Angústia de um amante do desporto lá na Região Autónoma do Príncipe que não terá a possibilidade de assistir esse jogo por causa dos sinais. Daí que chamo atenção, já houve várias promessas dos sucessivos governos para resolver essa situação, e até hoje continua na mesma. Gostaria que este Governo desse uma atenção a esse problema.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, eu gostaria de dizer ao Sr. Deputado, que compreendo pessoalmente a preocupação dos amantes do Desporto e quero recordar uma música de um cantor angolano que dizia, a dado momento: «sabem tudo de Portugal, mas não sabem nada do que se passa no Gira Bola». Portanto, nós nos preocupamos muito de facto com o desporto do exterior por ser mais desenvolvido, mas muitas vezes não sabemos quais das equipas internas estão a jogar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Felício.

O Sr. **Felício Leite** (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco governamental, Srs. Deputados: Antes de iniciar a minha intervenção, gostaria de primeiramente desejar boas festas do ano de 2013 ao nosso elenco governamental, que tenha sucesso e êxito nos seus trabalhos, que tudo de bom possa acontecer e que não se esqueça de que estamos aqui para ajudar.

Venho aqui no âmbito do Programa do Governo que estamos a discutir. Nunca poderia deixar passar esta oportunidade, porque temos uma equipa de futebol na Trindade, a Trindade Futebol Clube. Sabemos que é uma equipa histórica, tem estado com grandes dificuldades para a subida de divisão, pelo facto de os sucessivos governos terem estado a prometer o espaço para o campo de futebol, mas que nunca foi concretizado, uma vez que acabaram com o campo de futebol e fizeram uma escola, o que é de louvar.

Ultimamente tivemos já um espaço para a construção de um campo de futebol, mas para o nosso espanto o governo cessante, na pessoa do Sr. Secretário de Estado, ocupou o espaço para fazer a sua moradia. Portanto, gostaria de apelar ao Sr. Primeiro-Ministro junto ao Ministro da Juventude e Desporto para que pudessem tentar resolver esta questão, no sentido de termos um campo de futebol.

Não sei se o Secretário de Estado, na altura quando ocupou o espaço, prometeu um outro lugar para tentarem construir um outro campo. Portanto, que vissem nos dossiers se existe algum projecto ou alguma coisa nesse sentido, porque temos grandes dificuldades. Quando a equipa quer treinar tem que se deslocar. Isto tem estado a trazer grandes dificuldades para a nossa malta juvenil.

Peço encarecidamente ao Governo que resolva esta questão dentro das suas possibilidades e que não vá na leva dos sucessivos governos que andaram a prometer, prometer e que nunca fizeram. Portanto, este é um apelo que gostaria de fazer em nome da juventude da Cidade Trindade, para a equipa de Futebol Clube da Trindade.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Adelino Pires Neto.

O Sr. **Adelino Pires Neto** (MDFM/PL): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro: Se tomo a palavra é porque ainda faço parte dos elementos do desporto. Gostaria sinceramente de agradecer ao senhor pelo facto de ajudar o Sr. Ministro da Juventude e Desporto, que ainda é jovem. Sinceramente, gostaria de dizer ao senhor que o desporto no nosso país está virado para o futebol. Hoje já temos até equipas femininas em todos os distritos. O que quero dizer com isso é que temos que dar uma mão ao desporto. O governo cessante prometeu tanto para o desporto, mas não deu nada. Houve jogos internacionais e o Presidente da Federação tinha que se sacrificar. Tenho conhecimento de que o Sr. Presidente da República é que ajudou os nossos atletas. O Governo prometeu, prometeu e não deu nada.

Eu venho aqui com propósito: o senhor disse aqui que é são-tomense, nasceu aqui, vai trabalhar aqui, se morrer aqui, vai ser inteirado mesmo aqui, isso é muito importante. Eu queria que o senhor não fizesse a comparação com o outro Primeiro-Ministro. Tínhamos o jogo da taça de São Tomé e Príncipe, no nosso país, e havia um jogo em Gabão entre a Seleção de Portugal e a de Gabão. O Sr. Ex-Primeiro-Ministro, Patrice Trovoada, que, como todos nós sabemos, não é são-tomense, abandonou-nos aqui e foi ao Gabão assistir o jogo. Por isso, desde aquele momento vi que aquele senhor é mesmo estrangeiro, não pode ser são-tomense. Em todo o lado do mundo, todos os dirigentes têm a tendência de assistir a um jogo oficial de final de taça do seu país, mas o senhor fulano de tal deixou o seu país e foi para outro assistir a um jogo amigável. É muito triste!

Por isso, quero pedir a este Governo que dê uma mão ao desporto e ajude a todos os agentes desportivos, criar mais incentivos, arranjar mais verbas para o desporto, porque com o desporto também haverá desenvolvimento para todos nós.

Eu peço ao Sr. Ministro da Juventude e Desporto que tente esforçar-se um pouco mais e chame todos os intervenientes do desporto para que possam dar uma mão, porque estamos à espera que o desporto cresça em São Tomé e Príncipe.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rafael Branco, para um intervenção.

O Sr. **Rafael Branco** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sua Excelência Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo: Antes de entrar na matéria que me fez vir cá, queria apresentar um protesto pela maneira como o Sr. Presidente da Assembleia referiu-se a um facto importante que foi aqui anunciado pelo nosso colega Deputado do Príncipe «que é mais que certa a vitória do Benfica sobre o Porto».

Risos gerais.

Quanto aos outros senhores que vieram aqui levantar problemas, porque os seus clubes estarem na 2.^a divisão e mais, quero também anunciar que está aberta uma nova época e estou disponível para ser treinador...

Risos gerais.

...e podem estar seguros de que vão subir de divisão.

Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, muito rapidamente, queria aflorar duas questões que eu penso que são importantes: nos últimos anos, no domínio da educação, fomos dando muitos saltos em frente, anunciando muitos projectos e coisas boas, mas que não têm, quanto a mim, assento na nossa realidade, sobretudo na realidade de recursos.

Muita gente falou aqui do ensino superior, é verdade que é obrigação do Estado financiar esses estudos superiores, muitos de nós hoje somos alguém, porque tivemos a possibilidade de ter propinas pagas ou bolsas para estudar, mas há momentos em que um Estado tende a tomar decisões face aos seus recursos. Nós continuamos a dar bolsas para as pessoas se formarem em Direito, Gestão e outras disciplinas – o Sr. Deputado que falou antes de mim referiu-se a isso, mas quando olhamos para o panorama temos falta de engenheiros, de matemáticos, físicos, químicos, biólogos, geólogos. Acho que o Estado, dando oportunidades a todos, todos os anos, deveria ter uma lista daquelas disciplinas para as quais estão abertas bolsas de estudos, para que, mesmo tempo que vai satisfazendo as necessidades dos cidadãos, vai atendendo à necessidade do País em geral.

Nisso de saltos, também me preocupa a questão do ensino técnico profissional. No Programa foi feita uma alusão breve, mas eu acredito que temos que investir muito mais no ensino técnico profissional: no ramo de agricultura, da pecuária, operários especializados. Hoje é muito difícil só para as nossas necessidades encontrar muitos e bons electricistas, pedreiros, que nos outros países são profissões muito mais bem pagas do que os de formação superior.

Também não tocamos na questão da cultura. Eu sei que recursos são muito escassos. Eu tenho alguma dúvida se neste momento da nossa história possamos ter uma verdadeira lei de mecenato. Os impostos vão buscar o que podem. Eu não sei quando abriremos esse espaço o que é que vai ficar. É uma questão delicada. Eu pessoalmente não queria lançar muitos foguetes antes de essa questão ser devidamente estudada e de se ver as possibilidades reais da sua implementação, para ter os impactos que todos nós desejamos.

Mas no que diz respeito cultura, acho que é extremamente importante, não só para a nossa identidade, mas outra vez ligando tudo o que precisamos ligar para o desenvolvimento, a promoção do nosso turismo e tudo o que queremos fazer. Acho que temos que fazer um esforço adicional no domínio da cultura. Estamos com jovens, apesar de tudo, muito criativos. Às vezes é preciso só um pequeno estímulo para que eles desabrochem e comecem até a trazer recursos para o País. Não duvido que apareça um cantor famoso aqui que ganhe milhões. Não sabemos, mas é preciso dar-lhe algumas oportunidades.

No domínio da imprensa, gostaria de referir-me a um sector que eu conheço bem, que é a imprensa escrita. O País precisa de ter jornais com qualidades mínimas e não temos aqui a capacidade de impressão instalada. Até pouco tempo havia uma empresa nacional que nos oferecia esse serviço, mas tem certamente alguns problemas. Precisamos de capacidades de impressão aqui, não só para jornais, também para livros, revistas. Isso ia também dinamizar a nossa imprensa escrita. Eu gostaria que na medida de possível isso fosse atendido.

No que diz respeito à comunicação social estatal, era urgente que puséssemos autoridades no sector, quer da Televisão quer Rádio, prover-lhes de uma direcção profissional isenta, que faça verdadeiramente um serviço público que o nosso país precisa.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Gil Costa, quero recordar-lhe que o seu Grupo Parlamentar tem, neste momento, apenas 3 minutos e 20 segundos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bragança.

O Sr. **Albertino Bragança** (PCD): — Sr. Presidente, vou ser muito breve. Há uma questão que eu queria aconselhar ao Governo e a nós todos. Há uma questão que é o Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa. Estamos numa situação no País, em que cada um escreve como quer, uns estão a usar a antiga ortografia e outros escrevem de acordo com o novo Acordo e temos que tomar uma posição. Venho acompanhando o Acordo desde de 1986 como delegado. Nós ratificámos o Acordo, mas não o metemos em vigor, porque isso implica custos, sobretudo em materiais escolares, livros escolares, etc. Os outros países estão muito preocupados com isso e temos que tomar uma posição. É um alerta para que o Governo adopte o Acordo como algo em que devemos meditar.

Por outro lado, quero dizer-vos uma coisa, em relação à cultura. Trago outra vez como exemplo Cabo Verde. Cabo Verde vai concorrer com a Morna como património da humanidade. Vocês estão a ver o alcance. Nós temos a Rumba que é só nossa, ela reflecte a nossa realidade. A cubana é outra coisa, o congolês é outra coisa. Quando é que o são-tomense pensa em fazer o mesmo em relação à Rumba?

O Sr. **Presidente**: — Obrigado o Sr. Deputado Bragança, questões muito importantes foram referenciadas.

O Sr. Deputado Gil Costa vai esgotar o tempo do Grupo Parlamentar do PCD.

Neste momento o MLSTP/PSD tem cerca de 14 minutos, o Governo tem 75 minutos.

Estou a fazer uma engenharia no sentido de fazer uma proposta ao Governo. Vamos ter a necessidade de continuidade dos trabalhos. Em vez de fazermos uma nova distribuição d tempo, após a intervenção do Sr. Deputado Gil, eu farei uma proposta ao Sr. Primeiro-Ministro, para a utilização racional do tempo do Governo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Sr. Presidente, vou pedir a sua indulgência, mas vou procurar ser rápido.

Sr. Presidente, esta minha intervenção não será para o Governo, mas sim para o povo de São Tomé e Príncipe, que façam atenção a essas questões.

O Colega Deputado Felício Leite falou da atitude de um ex-dirigente desta República, mais grave ainda titular da pasta do Desporto, o ex-Secretário de Estado, que prometeu lutar para o desenvolvimento do desporto. Recordo-me muito bem ter visto na televisão esse mesmo Secretário de Estado, com aparato, anunciar a construção de um campo de futebol na Trindade, exibindo o terreno e mais, prometendo ao povo que ia construir o campo. Esse mesmo Secretário de Estado, responsável da área, teve a coragem de pegar o mesmo terreno, que devia destinar à construção do campo de futebol, construir a sua habitação. Onde é que está a autoridade moral para hoje estar a falar, criticar e aparecer na comunicação social como se fosse o detentor da moral? É necessário que povo saiba disso. Não entendo como é que os residentes do Distrito de Mé-Zóchi conseguem lidar com essa situação, sobretudo parece que o mesmo indivíduo é Secretário Distrital do Partido ADI no Distrito de Mé-Zóchi. Isso é grave e o povo deve estar atento a essas questões.

Sr. Presidente, agora peço a sua indulgência para duas questões rápidas, agora sim para o Governo.

Sr. Primeiro-Ministro, muita gente tem reclamado sobre o facto de deixarmos de ouvir o nosso Hino Nacional na abertura das emissões da TVS. Não sei tecnicamente o porquê desta situação, mas se for possível, se justificar, gostaria que essa situação fosse retomada, mais ainda porque temos que admitir que muita gente não sabe cantar o nosso Hino Nacional, deixou-se de cantar nas escolas. Se fosse possível que não fosse só instrumental, mas com a letra cantada, para nos irmos habituando com o nosso Hino. Agradeceria que esse expediente fosse feito, Sr. Primeiro-Ministro.

Outra questão rápida é relacionada com o desporto, visando os jogos da lusofonia. As obras do nosso Estádio Nacional de 12 de Julho estão por concluir. Há uma questão muito importante que é a Pista de Tartan, para a prática do atletismo. Neste momento só tem alcatrão, parece que há um problema com a última tranche da verba, para que a empresa possa concluir as obras. Se estamos a pensar realmente em organizar os jogos da lusofonia, Sr. Ministro de tutela e Sr. Primeiro-Ministro, que encontrem uma forma junto à empresa resolver a situação, para permitir que tenhamos realmente a pista de Tartan.

Espero não ter ultrapassado o tempo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, Excelências, chegamos ao fim da discussão do terceiro eixo. Eu iria sugerir ao Sr. Primeiro-Ministro que passemos rapidamente à discussão dos últimos dois eixos, porque são pequenos, e posteriormente daríamos palavras aos Sr. Ministros para esclarecerem as questões levantadas no terceiro eixo. Caso Vossas Excelências estejam de acordo, estão abertas as inscrições. Neste momento, apenas o Governo e o MLSTP/PSD dispõem de tempo. O Governo tem, como dizia, 75 minutos e o MLTP/PSD tem 14 minutos. Peço aos serviços que façam a redistribuição do tempo do Governo. Estou a propor que o Governo fique com os 30 minutos do seu tempo e que os restantes 45 fossem distribuídos. Apresentaram-me uma proposta: O PCD passaria a ter 13 minutos.

O Sr. Primeiro-Ministro já anuiu há muito tempo.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo**: — A colaboração é total.

O Sr. **Presidente**: — O MDFM/PL teria 3 minutos. Deram ao MLSTP/PSD muitos minutos e quero diminuir esse tempo do MLSTP/PSD, porque passaria a ter mais tempo do que o próprio Governo. Vamos iniciar enquanto fazemos aqui umas continhas.

Srs. Deputados, está a aberta a inscrição para quatro e o quinto ponto, nomeadamente, «Política Externa» e «Preparar o Futuro».

Tem a palavra o Sr. Deputado Albertino Bragança, para fazer a intervenção nos últimos dois eixos.

Murmúrios de alguns Srs. Deputados.

O Sr. **Presidente**: — Acabaram de comunicar-nos que há interferência na nossa comunicação. Os nossos emissores têm uma potência inferior aos da Voz da América. Srs. Deputados, estão a me ouvir bem? Podemos dar continuidade?

Tem a palavra o Sr. Deputado Albertino Bragança.

O Sr. **Albertino Bragança** (PCD): — Sr. Presidente, o Programa do XV Governo, em matéria de relações externas, é um Programa objectivo, incisivo e suficientemente global para abarcar importantes acções. Nós vimos que há três grupos de questões, mas queríamos, em relação ao reforço das relações diplomáticas, que nós nos encaminhássemos no reforço de relações com os países emergentes, em busca de oportunidades para São Tomé e Príncipe.

Vamos ser muito breves. Outra questão importante é em relação à diáspora. Sabemos que a Europa enfrenta uma crise grave, económica e financeira, que a diáspora está com problemas e há são-tomenses que querem regressar ao seu país. Quem diz são-tomense diz também outros grupos de países estrangeiros que querem regressar ao seu país. Acho que o Governo deve encarar essa questão e ver que apoios deverá conceder a esse desejo de regresso ao País.

Por último, uma questão que foi muito badalada e que nós são-tomenses, ao fim ao cabo, até hoje perguntamos o que é que verdadeiramente aconteceu.

Murmúrios.

O Sr. **Presidente**: — Meus senhores!

O Sr. **Albertino Bragança** (PCD): — Não se falou do Kosovo, mas falou-se do acordo diplomático, falou-se do reconhecimento do Kosovo, falou-se também que isso teria implicado, umas séries de concessões às pessoas que assinaram, falou-se de São Tomé e Príncipe. Gostaria de saber por parte do Governo o que é que verdadeiramente aconteceu. Falando em são-tomenses, creio que toda gente está na expectativa de saber se este Governo tem ou não informações concretas a esse respeito.

O Sr. **Presidente**: — Gostaria apenas de anunciar o tempo. O MDFM/PL tem 3 minutos, o PCD tem 15 minutos, menos o tempo já utilizado pelo Sr. Deputado Bragança, o MLSTP/PSD 35 minutos e o Governo tem 32 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rafael Branco, para um intervenção.

O Sr. **Rafael Branco** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, sobre as relações todas, acho que o Programa está bem explícito. Está tudo que nós desejaríamos que o País fizesse e quero desejar sucessos no cumprimento dos objectivos aqui fixados.

Sobre a questão que o Sr. Deputado Albertino Bragança referiu, o que eu queria dizer é que é muito importante, que daqui para o futuro o país fale uma só voz. Nas relações internacionais, o que conta são as posições do Estado da República Democrática de São Tomé e Príncipe e não pode haver duas vozes. Quer dizer que deve existir uma intensa, eu diria até íntima colaboração entre os órgãos de soberania que actuam nessa área. Aí também quero incluir a Assembleia, que tem relações externas importantes e que pode desempenhar um papel importante. Para isso temos que estar todos sintonizados naquilo que queremos para o país e que cada um de nós, cada instituição ou cada órgão faça a sua parte. Nesse sentido, somos todos agentes dessas relações, mas tem de haver um fio condutor e uma articulação cuidada dessas posições.

Sem querer substituir o Governo, gostaria de dizer que sou estudioso de relações internacionais e essa questão do Kosovo sempre me preocupou. Se forem para o site da *Internet de kosovo.org* ou na Wikipédia, vêem a lista de países que reconheceram o Kosovo e vão ver São Tomé e Príncipe, depois cliquem num *link* desta página e vai aparecer uma resolução do Conselho de Ministro a dizer que reconhece e que o assunto será levado à ratificação das entidades competentes. Penso que está tudo dito sobre esta matéria.

O Sr. **Presidente**: — Gostaria de saber se os Srs. Deputados têm intervenções ainda a fazer. Srs. Deputados, estamos a discutir o Programa do Governo e gostaria que concentrassem maior atenção nisso. Tem a palavra o Sr. Deputado Rafael Branco, para um intervenção.

O Sr. **Rafael Branco** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, sobre o quinto eixo, o meu grupo parlamentar tinham-me encarregado de falar disso. Eu queria somente felicitar o Sr. Primeiro-Ministro, pela maneira clara e transparente como colocou isso a esta Casa Parlamentar e através de nós ao nosso povo. Acredito que a esperança do nosso povo passa pela implementação disso e a maneira como o Sr. Primeiro-Ministro aborda me parece convincente. É uma coisa que está articulada, está pensada e, sobretudo, porque o último parágrafo é claro e prevê um processo de planificação nacional e inclusão de todos os são-tomenses nesse processo. Porque se vamos ter um futuro melhor, serão todos os são-tomenses a participar nisso, a fazer isso com os são-tomenses e, como o senhor costuma dizer, para os são-tomenses. Aí sim eu acredito que se avançarmos nessa área, há possibilidade de fazê-lo, o nosso futuro pode ser diferente e melhor.

Eu queria felicitar vivamente o Sr. Primeiro-Ministro por essa decisão.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, há mais intervenções? Não havendo mais intervenções, convido Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro para os esclarecimentos julgados necessários.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, eu quero agradecer aos Srs. Deputados pelas questões levantadas aqui.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, quero recordar-lhe que ainda não é a sua última intervenção. Não estamos ainda a encerrar o debate. Quero que o Sr. Primeiro-Ministro faça referência aos três últimos itens.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo**: — É exactamente o que estou a fazer.

O Sr. **Presidente**: — Ok, obrigado. Não entendi.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo**: — Relativamente aos últimos eixos em discussão, houve intervenções relativamente ao sector do Desporto e da Juventude.

Nós dizíamos, o Sr. Presidente da Assembleia estará certamente lembrado, que a juventude é o motor da revolução. Hoje os tempos são outros, não é revolução, mas é o desenvolvimento e a juventude tem sempre esse papel. Hoje é batalha pelo desenvolvimento num país maioritariamente jovem e de outra forma não poderia ser. Nós teremos que consagrar a atenção especial na nossa juventude. Se não o fizermos, teremos problemas muito sérios.

Digo aos Srs. Deputados que com olhos de ver. Quando vejo os estudantes a saírem do nosso Liceu Técnico, a quantidade de jovens que temos e que está diametralmente oposto àquilo que podemos oferecer a esses jovens, o crescimento do desemprego, temos que realmente ficar assustados, porque temos muitos jovens sem empregos e que vendem nas ruas, que são levados a terem essas actividades para sobreviverem. Muitas vezes o que acontece é que Polícia não os deixa vender lá onde vendem, compreendo, numa preocupação de manter alguma ordem, mas se não buscarmos alternativas credíveis para esses jovens, teremos uma convulsão social.

Temos que ter a consciência exacta da situação que o País tem, da nossa fraca capacidade de gerar emprego, para lutar de forma sustentada contra o desemprego. Temos que ter capacidade suficiente para, sobretudo, encontrar alternativas para esses jovens, porque se não o fizermos, teremos o futuro comprometido. Os jovens não serão o motor do desenvolvimento e não serão aptos para o desenvolvimento que almejamos. Daí é a importância da política do Governo em direcção aos jovens e temos consagrado o Ministério ou retomado a ideia de que deve haver um Ministério que se preocupe com a questão de políticas para a juventude, já que o nosso país é maioritariamente jovem.

Eu tomei boa nota da preocupação relativamente aos XIX Jogos da Lusofonia. É uma questão que encontramos e nos preocupou, sendo responsáveis pela governação deste país. Seguimos os debates, as contradições nos órgãos da comunicação social relativamente a factibilidade ou preparação do País para receber os jogos da Lusofonia. Achamos que é uma responsabilidade grande, não há dúvidas nenhuma. Por isso é que nós criámos uma espécie de comissariado para os jogos da Lusofonia. Pusemos esta questão, não só como uma preocupação do Governo, como também dos outros órgãos de soberania, porque se esses jogos forem um fiasco é o País que estará em causa. O Governo é, evidentemente, o órgão executivo, mas se tivermos uma má prestação, todo o País terá o ónus. Por isso é que estamos a ponderar seriamente este assunto e desde logo criámos um comissariado para os jogos da Lusofonia, mas vamos tomar em consideração o que foi dito aqui, reavaliar a situação e decidir em função dos resultados que aconchegarmos relativamente a esta questão.

Política externa. Dissemos que a política externa está virada para a captação de meios para poder financiar o nosso Orçamento Geral do Estado, numa óptica ou numa perspectiva de política transitória. É

matéria assente que nós não vamos continuar de braços estendidos. Temos que encontrar uma solução, temos que procurar e os nossos recursos deverão ser bem empregues para que saíamos da situação em que nos encontramos. Vamos continuar a fazer esforços no sentido de ajuda externa, mas temos que contar com as nossas próprias forças. Então, enquanto instrumento de formação, digamos, da nossa soberania, mesmo como um pequeno Estado insular, enquanto meio para levarmos aos nossos concidadãos que se encontram espalhados pelo mundo aquilo que nós fazemos e proteger sobretudo os nossos cidadãos. Não o fazemos se calhar da melhor forma, como eles merecem, mas vamos utilizar este instrumento para melhorar aquilo que até hoje temos estado a fazer. Vamos reflectir, conjuntamente, como disse e bem aqui o Sr. Deputado Rafael Branco. A Política externa não é apanágio do Governo, envolve responsabilidade do Chefe do Estado, que representa São Tomé e Príncipe nas relações internacionais. Eu não posso comprometer São Tomé e Príncipe nas relações internacionais sem o aval dos órgãos que têm competências nessa matéria.

Quanto à questão do Kosovo, confesso que as informações que foram dadas aqui correspondem à verdade. Isto é, houve uma resolução do Conselho de Ministros a reconhecer o Kosovo, num documento que foi assinado pelo Sr. Ministro da Justiça. Suponho que ele terá tido o aval do Governo ou plenos poderes do Governo para o fazer. Apenas estanhou-nos uma coisa, ter constatado que o papel timbrado no qual consta o texto é do Ministro Secretário-geral do Conselho de Ministros, mas que a assinatura é efectivamente do Sr. Ministro da Justiça. São piloros distintos, mas só o governo anterior pode explicar o porquê dessa ginástica que até agora não sabemos. É uma matéria para ficar esclarecida e que os Srs. Deputados naturalmente serão devidamente informados, quando tivermos a mais ampla informação sobre essa questão. Quero dizer-vos muito franca e sinceramente, pelos menos como dissera, respeito o meu Governo, não pode haver prostituição diplomática. Ou nós fazemos as coisas com coerências, volto a dizer que o País falará numa só voz, porque é algo do seu interesse, não pode haver cacofonia, isso não há expedientes paralelos. Se há uma matéria que merece o consentimento do Estado são-tomense, que entra na lógica daquilo que é a política definida pelos responsáveis do Estado nessa matéria, as coisas serão feitas com cabeça, tronco e membro e com a tramitação devida. Não deve haver, pelo menos com este Governo, qualquer equívoco. Nós não figuraremos na lista de países que adoptam expedientes para resolver outros problemas, que depois não sabem exactamente o que é. Se nos relacionarmos com Estados, esse relacionalmente deverá obedecer critérios bem definidos, sobretudo para que o Estado são-tomense fique bem dignificado. Essa é a nossa maior preocupação.

É um paço para a normalização desses aspectos todos que chamaria de situação anómala da política externa do País e vamos fazer todos os esforços, contrariamente àquilo que é dito aos quatros ventos, que este é um Governo de moço de recados. Não! Este não é um Governo de moço de recados coisa alguma. É um Governo da representação parlamentar, que seguirá os preceitos constitucionais, que sobretudo está interessado na dignificação externa e interna do País, como sempre com vista ao respeito dos novos interesses do povo são-tomense. E essa questão será clarificada, volto a dizer, no seu devido tempo, como outras questões que são do interesse do Estado.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, isso é o que me oferece dizer sobre essa matéria e muito obrigado pela vossa atenção.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, não há mais inscrições e estamos na recta final da apreciação do Programa do Governo.

Queria recordar apenas aos Srs. Deputados e ao Governo que não registamos até este momento nenhuma proposta de rejeição do Programa por qualquer dos grupos parlamentares...

Murmúrios gerais.

...nem tão pouco recebemos da parte do Governo qualquer solicitação, propondo a votação de um voto de confiança, como reza o artigo 221.^o.

Não sendo o caso, passaria então a encerrar o debate e, como diz o artigo 220.^o, no seu ponto 4, «o debate termina com as intervenções de um Deputado de cada grupo parlamentar e do Primeiro-Ministro, que o encerra».

Neste sentido, convido o líder do grupo parlamentar do PCD ou o seu representante, para fazer a sua intervenção.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Falará o Sr. Deputado Albertino Bragança.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Albertino Bragança para uma intervenção.

O Sr. **Albertino Bragança** (PCD): — Sr. Presidente, após um debate tão profundo e incisivo, no contexto do qual as questões foram abordadas com a paixão que só a verdade pode proporcionar, permita-me que diga o que penso estar na mente de todos. Valeu a pena ter ousado avançar com determinação e patriotismo no sentido de ultrapassar os obstáculos que se levantavam à nossa democracia. Em boa hora o

fizemos, pois com isso demos azo à actual situação, marcada pelo surgimento deste Governo que, pelos pontos fulcrais do Programa ora apreciado, nos concede as garantias de que não se repetirão os equívocos protagonizados pelo anterior, os quais tiveram na origem da sua queda.

Sr. Primeiro-Ministro, por tudo quanto acabo de dizer, desejo ao seu Governo e também aos membros que o constituem felicidades no futuro, uma boa prestação à medida da expectativa do povo de São Tomé e Príncipe, dizendo uma vez mais que poderão contar, como sempre, com o apoio aberto e franco do Grupo Parlamentar do PCD, pois esta é uma aposta que temos para o futuro.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Da mesma forma convido o Líder Parlamentar do MLSTP/PSD para proferir as palavras representantes do seu grupo parlamentar.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, antes desta referência final, gostaria de pedir encarecidamente que o Governo se providenciasse, no sentido de que este debate que tivemos aqui hoje possa ser ouvido pela nossa população, através da televisão, porque rezeamos que ainda possam existir censuras propositadas e muito bem direccionadas a favor de um passado recente.

«Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Excelências: O exercício que acabamos de fazer emerge das obrigações constitucionais e estatuídas no artigo 219.º, pontos 1 e 2 e o artigo 220.º, todos do Regimento da Assembleia Nacional e, há um ano e meio do fim da Legislatura, é consequência de uma política irresponsável do ADI, que não tem sentido de poder e despido da noção de Estado, no pleno século XXI.

Atitude de caris medieval, basta ver e observar o que aconteceu nesta Sala hoje por parte dos Srs. Deputados do ADI; atitude pacóvia e semelhante ao ritual de certas tribos trajadas de tanga. Como dizia o outro, «ser neófito na política é pior que burrice».

Fomos o MLSTP/PSD acusados de assalto ao poder, afirmação bacoca e patética. Foi a atitude de exclusão, de frágil capacidade política e de défice democrático da liderança do ADI que despertou em nós o sentido patriótico na defesa do Estado; na protecção da democracia; na travagem da violação das leis da República e do aumento de suspeita de casos que indiciam a corrupção e a delapidação de bens públicos.

O XV Governo Constitucional surgiu no espírito patriótico e daqui uma mensagem de reconhecimento ao comportamento de Sua Excelência o Sr. Presidente da República, como verdadeiro Chefe de Estado. Foi a mestria do Chefe de Estado, foi o sentimento patriótico do MLSTP/PSD, do PCD, do MDFM/PL e a compreensão do nosso povo em geral que contribuíram para debelar a crise.

A aceitação da sua parte, Sr. Primeiro-Ministro, para liderar este Governo e a não recusa de fazer parte da equipa por parte de todas as Sras. e Srs. Ministros deste XV Governo Constitucional relevam, de igual modo, o sentido patriótico da vossa parte.

O conteúdo deste Programa reflecte o conhecimento que o Governo tem da Nação. Gostaria, contudo, de ter aqui todos os grupos parlamentares para travar o contraditório necessário. Fomos educados assim, mas infelizmente o Grupo Parlamentar do ADI não entende e não sabe o que é estar num regime democrático. Porém, estamos convictos que, acima de tudo, os termos do Programa reflectem o que o País exige ou necessita. O enfoque ao capital humano, o enfoque dado à Justiça e à Defesa, enquanto sectores pilares do Estado merecem a nossa especial atenção. Relevante é o tratamento dado aos outros sectores e, em especial, tendência programática no sector das Finanças e da Economia em geral, à estabilidade macroeconómica, ao crescimento económico, à formação e valorização dos recursos humanos.

É com agrado que sentimos uma preocupação acrescida com a comunicação social pública que o Governo do ADI transformou no seu quarto.

Gostaria, ao terminar, de desejar que o Sr. Primeiro-Ministro tenha muito respeito pelos seus membros do Governo, muito êxito e quero deixar-lhes alguns conselhos: primeiro, o Programa que aqui aprovamos, recebemos de bom grado e temos a consciência absoluta de que tudo que está aqui não será passível de ser realizado num ano e meio. Aliás, é dos poucos programas que aparecem aqui com uma visão prospectiva. É um Programa que nos dá algumas linhas do caminho para o futuro.

É preciso racionalizar e hierarquizar muito bem algumas acções aqui programadas e reequacionar a possibilidade da sua realização.

Segundo conselho, respeito escrupuloso às leis da República.

Terceiro, respeito aos órgãos de soberania, a quem o Governo deve alguma obediência.

Quarto, modéstia.

Quinto e último, coragem e muito boa capacidade de equipa para a realizar daquilo que está aqui neste Programa.»

Aplausos gerais.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Muito bem nosso líder!

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sou mesmo o vosso líder!

Risos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Convido Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro para encerrar o debate.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo**: — Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Srs. Deputados: Hei-nos chegado ao fim da apresentação do Programa do Governo, hei-nos na recta final para a plenitude das competências deste Governo perante esta augusta Assembleia.

Permitam-me pois agradecer penhoradamente Vossas Excelências pelo contributo e enriquecimento que deram ao Programa do XV Governo Constitucional. Tomamos boa nota de tudo quanto foi dito, no sentido do seu enriquecimento em prol do bem-estar e do progresso social, económico e cultural do povo são-tomense.

Gostaria de reiterar a esta augusta Assembleia que tudo quanto dissemos aqui sobre o que será a nossa conduta à testa do Estado é rumo à sua dignificação, rumo ao resgate dos valores que devem estar na base do funcionamento do Estado de direito democrático, rumo à criação de um ambiente de entendimento alargado em São Tomé e Príncipe, rumo, portanto, à criação do consenso relativamente àquilo que é importante e é estruturante para o nosso dever colectivo.

O Governo sai desse debate consciente do apoio de Vossas Excelências, indispensável à sua acção governativa.

O Governo sai também consciente das dificuldades que encontrará certamente perante uma situação económica extremamente difícil e perante um país onde tudo é prioritário, um país com fracturas sociais enormes, mas também convicto de que é possível mudarmos os destinos deste país.

É possível, com todo o povo e com a vontade de todos, trilharmos novos caminhos para um São Tomé e Príncipe melhor, próspero para toda a gente e onde a solidariedade não será uma palavra vã, mas estará nos actos de todos os dias de forma a podermos debelar a pobreza extrema em que vive uma grande parte das nossas populações, para que as nossas crianças tenham mais e melhores escolas, para que o pão chegue à boca de todas, para que a saúde não seja uma miragem, para que possamos reduzir substancialmente as doenças que ainda assolam uma parte importante da nossa população.

Estamos cientes das nossas dificuldades, mas estamos convencidos de que, com humilde e espírito dialogante, levaremos este barco a bom porto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, um bem-haja a todos.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, chegamos ao fim dos nossos trabalhos.

Quero agradecer a colaboração de todos e de todas e desejar muitos êxitos ao Sr. Primeiro-Ministro e à sua equipa, na certeza de que o Governo fará o seu melhor para que as perspectivas geradas por nós possam ser de facto realizadas em prol do benefício do nosso povo.

Quero, em nome dos meus colegas Deputados e Deputadas, assegurar-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, que tudo faremos para que a nossa acção de fiscalização e de controlo das actividades governativas sejam realizadas, respeitando as leis da República e no quadro da solidariedade institucional a que a Constituição nos obriga.

Em vosso nome, Sras. e Srs. Deputados, quero agradecer uma vez mais a presença do Governo e desejar-lhe sorte.

Declaro encerrada a sessão.

Eram 16 horas e 45 minutos.

Faltou à sessão o seguinte Sr. Deputado:

Acção Democrática Independente (ADI):

Carlos Alberto Pires Pinheiro